

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

RENAN DE MORAES MARTINS

**POLÍTICAS DE ATENÇÃO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM
TEMPOS DE COVID-19: REFRAÇÕES RADICAIS DA QUESTÃO SOCIAL NO
CAPITALISMO BRASILEIRO**

FRANCA/SP

2023

RENAN DE MORAES MARTINS

**POLÍTICAS DE ATENÇÃO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM
TEMPOS DE COVID-19: REFRAÇÕES RADICAIS DA QUESTÃO SOCIAL NO
CAPITALISMO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, campus Franca, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de Concentração: Estado, Sociedade e Políticas Sociais.

Linha de pesquisa: Estado, Políticas Sociais e Serviço Social

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda de Oliveira Sarreta.

FRANCA/SP

2023

M386p Martins, Renan de Moraes

Políticas de atenção à população em situação de rua em tempos de covid-19 : refrações radicais da questão social no capitalismo brasileiro / Renan de Moraes Martins. -- Franca, 2023

97 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca

Orientadora: Fernanda de Oliveira Sarreta

1. População em Situação de Rua. 2. Questão Social. 3. Pandemia. 4. Covid-19. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Impacto potencial desta pesquisa

Pretende-se propiciar a apreensão crítica acerca do fenômeno população em situação de rua enquanto elemento constituinte e inerente ao modo de produção capitalista. Ademais, espera-se que este estudo subsidie outras reflexões científicas/profissionais sobre essa que pode ser considerada uma das refrações da questão social mais agudas da sociedade de classes contemporânea.

Potential impact of this research

It is intended to provide a critical understanding of the phenomenon of homelessness as a constituent and inherent element of the capitalist mode of production. Furthermore, it is hoped that this study will support other scientific/professional reflections on what can be considered one of the most acute refractions of the social issue in contemporary class society.

RENAN DE MORAES MARTINS

**POLÍTICAS DE ATENÇÃO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM
TEMPOS DE COVID-19: REFRAÇÕES RADICAIS DA QUESTÃO SOCIAL NO
CAPITALISMO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Estado, Sociedade e Políticas Sociais.

Linha de pesquisa: Estado, Políticas Sociais e Serviço Social

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Fernanda de Oliveira Sarreta
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Profa. Dra. Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Profa. Dra. Celeste Aparecida Pereira Barbosa
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais

Franca, 25 de Outubro de 2023.

Dedico este estudo

À minha avó materna, Pedrina Zadra Moraes Martins, por todos os ensinamentos, puxões de orelha, abraços apertados e frutas frescas colhidas na fonte.

(in memorian)

À minha tia-avó, Dirce Zadra Moraes Martins, por ter sido minha fiel amiga, sempre amorosa, cuidadosa e com aquele humor peculiar.

(in memorian)

Ao meu tio, Sérgio de Moraes Martins, pelos infindáveis conselhos, por ter me apresentado à música, à poesia, à leitura e à educação.

(in memorian)

À minha companheira de vida, Ana Luiza Rosa Lucas, por todo amor, carinho, paciência e cuidado despendidos.

AGRADECIMENTOS

Antes de falar sobre mim, sinto-me na necessidade de saudar as duas mulheres que foram essenciais no meu percorrer mundano: Dona Pedrina Zadra Moraes Martins e Dona Dirce Zadra Moraes Martins - meus sustentáculos, minhas fontes de inspiração, mulheres aguerridas, grandes educadoras, companheiras de lar, de momentos tristes e alegres, mães, irmãs, pais, tudo num só ser. Com vocês vivi os melhores momentos da minha curta e intensa vida!

Faltam-me palavras para descrevê-las; para demonstrar o amor pulsante e genuíno que reside aqui dentro. A dor da saudade arde o meu ser. Independentemente de onde estiverem, não economizarei palavras para tentar - ainda que de maneira insuficiente e banal -, explanar para o mundo que os dias nunca mais serão os mesmos sem vocês. A vida perdeu diversas cores. A poesia ainda pulsa, mas de forma capenga. As noites parecem não acabar; o café esquenta, esfria; os alimentos não possuem aquele velho sabor prazeroso; os sorrisos são mais breves. Como dizia Belchior: “a minha alucinação é suportar o dia-a-dia”. Dia-a-dia pensando em vocês, no acalento que ambas me forneciam gratuitamente, de forma natural e sincera; uma espécie de bálsamo impagável.

Se hoje estou vivo, respirando, lutando e caminhando - ainda que muitas vezes por caminhos tortos -, com o coração batendo, o pulso pulsando e os dedos digitando estas breves e desorganizadas palavras, é porque vocês me forneceram as bases concretas para que isso pudesse ser feito.

É por isso que eu digo e repito: mãe não quem pari. mãe é quem cuida. mãe, minha amiga, é quem ama. mãe é quem reparte o coração em diversas partes. mãe, meu caro, é quem abraço com sinceridade. mãe é quem sorri e faz sorrir com naturalidade. mãe é quem chora, quem ora por ti. mãe é luz que reluz. mãe é ouro, prata e bronze. mãe é água, fogo, ar e terra. mãe é afeto desde quando tu eras um feto. mãe é começo; meio e; fim.

Eu, Renan de Moraes Martins, nascido em Porto Ferreira – cidade do interior de São Paulo. Filho da classe trabalhadora (pai operário e mãe trabalhadora doméstica). Primeiro da família a concluir o Ensino Superior, após ter passado por outras duas graduações – Ciências Sociais e Educação Especial -, ambas na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), não concluídas por inúmeras razões.

Em 2014 ingressei no curso de Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). No segundo período, fui aprovado no processo seletivo do Programa de Educação Tutorial (PET), um dos espaços mais importantes que tive a oportunidade de compor

por quase três anos. Estudos, debates, projetos de extensão e muitos aprendizados. Também tive a honra de participar ativamente da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Eu não seria o mesmo sem as riquíssimas contribuições dessa entidade representativa de base brilhante, de luta, coerente e corajosa. Conheci diversas universidades, cidades e sujeitos magníficos nesse processo. Participei ativamente de espaços político-organizativos que foram essenciais para o meu processo de formação profissional. Pude compor também o Centro Acadêmico XV de Maio, outro espaço elementar para minha formação durante a graduação.

Logo após a conclusão do curso, ingressei no Programa de Residência Profissional da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na área de Atenção ao Paciente em Estado Crítico (APEC) – experiência marcante, carregada de aprendizados, desafios, desgaste e intensidade, sobretudo durante o início da pandemia. Faltando cerca de cinco meses para concluir a residência, fui convocado no concurso público da Prefeitura de São Sebastião do Paraíso/MG. Mudei-me para a referida cidade, onde atuei como assistente social no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS Ad) durante um ano. Trajetória extremamente rica para ampliar meu arcabouço teórico-prático. Em meados de Junho de 2021 fui convocado em outro concurso público, desta vez da Prefeitura de Uberlândia/MG, onde atualmente trabalho. Inicialmente compus a equipe do Centro de Atenção Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), porém, por questões éticas, políticas e ideológicas, solicitei remoção para outro serviço. Desde então, atuo como assistente social em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Ingressei no Programa de Mestrado em Serviço Social da Unesp no primeiro semestre de 2021, ou seja, durante a pandemia (o que ocasionou uma experiência bem limitada, pois as aulas presenciais, o calor humano e as trocas são insubstituíveis). Primeiramente tinha em mente o desejo de seguir carreira docente. Agora, o objetivo central é colaborar - ainda que de modo tímido - com um tema que permeia minha vida pessoal e profissional: pessoal porque tenho um irmão, Mateus, que vive em situação de rua há mais de dez anos. E profissional porque esta pesquisa é um “desdobramento” do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “Consultório na Rua enquanto efetivação de direitos da população em situação de rua: história, avanços e desafios em tempos de desmonte do SUS”, que começou a ser construído a partir de dúvidas, reflexões, inquietações e aproximações obtidas e sentidas durante o Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social no Programa Consultório na Rua (CnR) de Uberaba/MG.

Os últimos meses foram intensos por aqui: luto, processo depressivo e uma infinidade

de crises. Mas, graças à Ana Luiza, minha amada companheira de vida, consegui resgatar as forças para seguir caminhando em meio ao caos. Sem você, amor, eu teria desistido.

Agradeço, ainda, à minha amiga do coração, colega de mestrado e de inúmeras outras aventuras mundanas, Sarah. Você é uma espécie de bálsamo para mim.

Os dias permanecem difíceis, pois uma das minhas maiores referências humanas não está mais entre nós (sim, ele se faz presente de outras formas). Meu tio-pai, Sérgio (diretor de escola pública, grande entusiasta dos valores democráticos, da luta política, da coisa pública, do conhecimento, das variadas manifestações artísticas e culturais, sujeito consciente e solidário, infelizmente veio a falecer no mês de março deste ano. Sem mais delongas, este trabalho é dedicado a você, “Tutú”. Você que sempre quis concluir o mestrado iniciado na UFSCar, em meados de 2010. Lembro-me bem daquele tempo. Eu fazia alguns trabalhos acadêmicos para você (mesmo não entendendo nada de engenharia urbana), porque você atuava como vereador em nossa cidade de origem, e não conseguia tempo para realizar as tarefas do mestrado. Infelizmente você não conseguiu o tão sonhado título. A questão central não era bem o título; seu objetivo maior era a expansão e partilha de conhecimento, pois você tinha ânsia de aprender, de ouvir, de ensinar, de acolher, de ser afetuoso e resolutivo. Obrigado por me ensinar o valor da vida, da amizade, da sinceridade, do amor, da parceria, da leitura, das artes, da educação (e toda sua abrangência de significados) e do ser pai mesmo não sendo (biologicamente falando).

Por fim, mas não menos importante, agradeço à minha orientadora, professora Fernanda, por ter me aturado e apoiado durante todo esse tempo.

Resumidamente: *“Eu sou apenas um rapaz latino-americano, sem dinheiro no banco, sem parentes importantes e vindo do interior”*.

*Ninguém pode ser considerado vivo comendo sobras de lixeiras,
erguendo mão para pedir esmolas
Fumando crack
Perdendo a saúde puxando carroças de papelão
Não existe vida em DPS, CDPS, viaturas, reformatórios, presídios e tribunais
Não existe vida nos subempregos com salários de fome
Nas casas devastadas pelo lícito alcoolismo
Nas mulheres reféns do machismo e da violência doméstica
Não existe vida nas esquinas e puteiros
Que estupram as crianças invisíveis do Brasil
Não existe vida nos bolsões de miséria
Que fazem armas serem atrativas para meninos e meninas que antes dos 25 estarão em caixões lacrados
Quem vive de lucro já tá enterrado com o ente que se foi
Quem viu o filho desaparecer depois do enquadro da polícia
Perdeu qualquer razão para viver
Quem é um número de matrícula prisional
Não passa de uma alma que vaga pelo cárcere, de presídio em presídio
Morremos quando rimos do menor
Que aparece na internet sendo torturado em supermercados
Quando aceitamos as versões oficiais
Que alegam que o excluído executado pela PM atirou primeiro
Quando aceitamos os laudos manipulados que apontam que as balas que mataram a criança negra
Saíram do armamento do tráfico
Morremos quando votamos nos que afirmam que a pacificação do país passa pela aniquilação dos menos favorecidos
Se não fôssemos corpos vazios
Equilibrados por sistemas esqueléticos
Não teríamos opiniões formadas pelos que monopolizam os meios de comunicação
Se não fôssemos apenas sistemas respiratórios aspirando pólvora
Tiraríamos do poder os tiranos que aprovam decretos
Que acabam em helicópteros brincando de tiro ao alvo em comunidades carentes
Aí, opressor
Eu sei que você comprou com a sua riqueza suja o direito da existência
Eu sei que você conhece a estrita legalidade
Conhece o respeito à integridade física, psíquica e moral
Tem o privilégio de pensar de forma independente
Sem coação televisiva e educacional
Eu sei que você sabe que o Código Penal e o martelo do juiz jamais te alcançarão
E é por essas e outras
Que quanto mais retalham o nosso direito a uma vida digna
Mais põe seu coração podre na mira de uma 'Sig Sauer'*

*Vamos segurar faixas de luto
Pelas escolas militarizadas
Pela liberação das armas
Vamos prestar condolências para a sociedade do confronto
Em conjunto com a política do nepotismo
Do 'fake news'
Do Judiciário partidário
Do roubo de presidências
Irmão de guerra,
Sinto muito em te informar
Que quem não tem o padrão de vida estabelecido na Constituição
Federal
Já tá em estado avançado de putrefação
Quem tem a probabilidade de uma morte violenta
Por sua condição financeira e cor de pele
Já sobrevive dentro de um túmulo
A coroa de flor é só um detalhe para nós
Que caminhamos sem vida
Na escuridão da indignação
Viver é ter a opção de crescer profissionalmente e intelectualmente
De não ser metralhado pela polícia
De não ser torturado num sistema prisional
Puramente vingativo
Enquanto não pudermos impedir o genocídio
O racismo
A alienação
O aprisionamento em massa
A pobreza extrema e a anulação social
Não passaremos de cadáveres que respiram
Meus pêsames para todos nós que vegetamos
No Necrotério dos Vivos.*

(Eduardo Taddeo, 2020.)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o fenômeno população em situação de rua enquanto uma refração radical da “questão social” no âmbito do capitalismo dependente brasileiro, desvelando as potencialidades e os entraves das políticas de atenção desenvolvidas principalmente durante a pandemia de Covid-19, com enfoque na realidade do município de Uberlândia/MG. E, como objetivos específicos estudar as determinações sociais desse processo; compreender a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PSR) a partir da realidade brasileira; e realizar um levantamento sobre as ações desenvolvidas para a população em situação de rua durante a pandemia da Covid-19 a nível federal e na cidade de Uberlândia/MG. Partimos do pressuposto de que a sociedade capitalista se organiza, produz e se reproduz, sobretudo a partir da exploração da força de trabalho e que seu horizonte sempre foi e sempre será a expansão dos lucros em detrimento do desenvolvimento real dos povos, com vistas à emancipação humana. Nesse sentido, o fenômeno população em situação de rua configura-se enquanto uma manifestação radicalizada desse sistema socioeconômico e das contradições inerentes a ele, ou seja, é uma das expressões da “questão social” mais alarmantes do capitalismo, e que possui particularidades no Brasil. A metodologia baseou-se em estudos e levantamentos de materiais bibliográficos produzidos por autoras/es que refletem sobre a temática e dialogam frontalmente com o referencial teórico-crítico do Serviço Social, além de pesquisa documental por meio de análises de legislações e outros documentos pertinentes. Para tanto, o estudo foi fundamentado no materialismo histórico dialético desde o processo teórico-metodológico até a leitura da realidade da população em situação de rua. Ao longo do processo de levantamento de dados, foi possível apreender algumas características fundamentais da PSR, tendo como base de análise pesquisas efetuadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), além de outros materiais relacionados à temática. No tocante ao contexto do município de Uberlândia, utilizou-se como referência o sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD). Todas as fontes indicam um crescimento vertiginoso da PSR, fenômeno atenuado durante a pandemia.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Questão Social. Capitalismo. Pandemia. Uberlândia/MG.

ABSTRACT

The general objective of this research is to analyze the homeless population phenomenon as a radical refraction of the “social issue” within the scope of Brazilian dependent capitalism, revealing the potentialities and obstacles of care policies developed mainly during the Covid-19 pandemic. , focusing on the reality of the city of Uberlândia/MG. The study has the specific objectives of studying the social determinations of this process; understand the National Policy for the Homeless Population (PNPR/2009) based on the Brazilian reality; and carry out a survey on the actions developed for the homeless population during the Covid-19 pandemic at federal level and, particularly, in the city of Uberlândia/MG. We start from the assumption that capitalist society is organized, produces and reproduces itself mainly through the exploitation of the workforce and that its horizon has always been and will always be the expansion of profits to the detriment of the real development of people, with a view to human emancipation. In this sense, the homeless population phenomenon is configured as a radicalized manifestation of this socioeconomic system and the contradictions inherent to it, that is, it is one of the most alarming expressions of the “social issue” of capitalism, and which has particularities in Brazil. The methodology was based on studies and surveys of bibliographic materials produced by authors who reflect on the theme and who dialogue head-on with the theoretical-critical framework of Social Work, in addition to documentary research through analyzes of legislation and other pertinent documents. To this end, the study was based on dialectical historical materialism from the theoretical-methodological process to the reading of the reality of the homeless population.

Keywords: Homeless Population. Social issues. Capitalism. Pandemic. Uberlândia/MG.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Medidas emergenciais aplicadas na cidade de Uberlândia/mg para a psr no contexto da pandemia.	74
Tabela 2 - Número de pessoas em situação de rua no Brasil (2012-2022)	79
Tabela 3 – Número de famílias em situação de rua* na cidade de Uberlândia/MG (2019-2023), de acordo com os dados do CadÚnico**	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das pessoas em situação de rua por sexo em Uberlândia (2023)	81
Gráfico 2 – Distribuição da PSR por faixa etária	82
Gráfico 3 – Cor/Raça/Etnia	83
Gráfico 4 – Grau de Instrução	84
Gráfico 5 – Pessoas com deficiência (PCDs)	85

LISTA DE SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional da Habitação
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CECAD	Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT	Centro Único dos Trabalhadores
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EC	Emenda Constitucional
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
JK	Juscelino Kubitschek
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MPC	Modo de Produção Capitalista
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MPF	Ministério Público Federal
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGS	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCR	Programa Consultório na Rua
PCD	Pessoa com Deficiência
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPSR	Política Nacional para População em Situação de Rua
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSR	População em Situação de Rua
PT	Partido dos Trabalhadores
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SNI	Serviço Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I - FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	23
1.1 CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	23
1.3 MARCOS HISTÓRICOS DA CONSTITUIÇÃO DO CAPITALISMO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: UMA BREVE RETOMADA	38
CAPÍTULO II - QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL	51
2.1 QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL.....	51
2.1 RESPOSTAS DO ESTADO FRENTE ÀS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	57
2.3 EU ME ORGANIZANDO POSSO DESORGANIZAR: O MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	60
CAPÍTULO 3 - PANDEMIA DE COVID-19 E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	63
3.1 FACES DE UMA NOVA (VELHA) BARBÁRIE.....	63
3.2 MEDIDAS DE CARÁTER EMERGENCIAL DESENVOLVIDAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	95

INTRODUÇÃO

Vivemos em um tempo histórico agitado, complexificado, repleto de tensões, contradições e intensas regressões no campo dos direitos sociais. O avanço desenfreado da ideologia neoliberal, reforçado pelo discurso falacioso em defesa do “Estado mínimo”, alinhado ao processo de criminalização das classes subalternas – composta essencialmente por negras/os, povos indígenas, população ribeirinha, pessoas LGBTQIA+, mulheres e pessoas em situação de rua; além do processo de crescimento do desemprego e desregulamentação do trabalho, que evidenciou ainda mais a feição barbarizante do sistema capitalista.

Após o golpe de Estado ocorrido em 2016, que culminou na destituição da então presidenta Dilma Rousseff, o Brasil viveu dias nefastos. O impeachment possibilitou que o reacionário Michel Temer assumisse a presidência da república, colocando na agenda do dia uma série de pautas antipovo, conforme discutiremos ao longo deste estudo.

Mais adiante, como uma espécie de continuidade do golpismo, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, que aparecia em primeiro lugar nas pesquisas, foi injustamente preso na sede da Polícia Federal em Curitiba/PR, onde permaneceu por um ano e sete meses (580 dias). Ironicamente, após ser libertado, Lula derrotou, em segundo turno, o ex-presidente de extrema-direita Jair Messias Bolsonaro e voltou à Presidência da República. Logo após a solenidade de posse, ocorrida no dia 1 de janeiro de 2023, o país vivenciou uma tentativa de golpe, dessa vez por parte de bolsonaristas fanáticos - saudosistas da ditadura militar.

Em 8 de janeiro de 2023, um grupo de golpistas, simpáticos ao ex-presidente invadiu e saqueou as sedes dos três Poderes, em Brasília, com apoio (inclusive financeiro) de setores da burguesia e das Forças Armadas brasileiras. O objetivo central era, evidentemente, um só: tentar derrubar o então presidente eleito, alegando, entre outras aberrações, que as eleições haviam sido fraudadas. Encontra-se em andamento uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que está investigando os ataques.

Em meio ao mar turbulento da conjuntura nacional e internacional, corporações imperialistas e o poderoso capital estão gradualmente enfraquecendo as regulamentações governamentais com o claro propósito de diminuir os direitos sociais, pilhar o patrimônio público e os fundos governamentais. Essa “desregulamentação” é promovida como uma forma de “modernização” que supostamente valoriza a “sociedade civil”, libertando-a da tutela do “Estado protetor”. Nessa narrativa ideológica, são defendidos conceitos como liberdade, cidadania e democracia (NETTO, 2012).

Tal cenário foi drasticamente atenuado no decurso do período pandêmico, durante o

qual o governo de extrema-direita (in)gerenciado por Jair Messias Bolsonaro agiu de forma irresponsável e criminosa. Nesse contexto, a classe trabalhadora brasileira - sobretudo suas camadas mais pauperizadas e historicamente oprimidas, entre elas a População em Situação de Rua (PSR) -, sofreu de modo atroz os rebatimentos propiciados pelo projeto de arruinamento colocado em prática durante os quatro anos de mandato (2019-2022).

Tendo em vista a pertinência da temática e a ainda exígua produção acadêmica, política e reflexiva a respeito da PSR, de sua gênese, seus direitos, suas reais necessidades, suas lutas e o contexto sócio-histórico no qual está inserida. Além dos percalços socialmente impostos que enfrentam cotidianamente, e os desafios postos no campo das políticas públicas e sociais em tempos de acirramento da luta de classes no interior do capitalismo dependente tupiniquim, a presente pesquisa tem como propósito:

- Analisar o fenômeno população em situação de rua enquanto uma refração radical da “questão social” no capitalismo dependente brasileiro, desvelando as potencialidades e entraves nas políticas de atenção durante a pandemia da Covid-19, com enfoque na realidade do município de Uberlândia/MG. E, como objetivos decorrentes:

- Pesquisar as determinações sociais do fenômeno população em situação de rua;
- Compreender a Política Nacional para a População em Situação de Rua a partir das particularidades do Brasil;
- Caracterizar a população em situação de rua de Uberlândia;
- Realizar um levantamento sobre as ações desenvolvidas para essa população durante a pandemia da Covid-19.

Destaca-se, neste estudo, a escolha ético-política do termo População em Situação de Rua (PSR), por entendermos se tratar de uma condição derivada das contradições intrínsecas entre capital e trabalho, ou seja, trata-se de um fenômeno fruto de um processo socialmente imposto por um sistema socioeconômico predatório e ceifador de dignidade humana. Assim, compreendemos o referido fenômeno enquanto uma das expressões da questão social mais agudas e, ao mesmo tempo, inerentes ao sistema capitalista contemporâneo e sua fase neoliberal avançada

Assim, é fundamental construir inicialmente algumas reflexões acerca do Modo de Produção Capitalista (MPC), Questão Social e Política Social, de modo a abordar aspectos históricos e gerais do MPC, relacionando-o diretamente com as expressões da questão social, a política social e as particularidades do capitalismo na formação social brasileira, através de revisão bibliográfica. Ademais, buscaremos discutir sobre a acumulação primitiva do capital e de que forma podemos relacioná-la à questão social e suas múltiplas refrações, entre elas o

pauperismo e o lumpemproletariado, onde podemos inserir a massa do proletariado historicamente subalternizada, degradada, destituída de direitos fundamentais, como é o caso da PSR.

Torna-se tarefa complexa, que requer certos cuidados, delimitarmos com exatidão acontecimentos históricos de um período longínquo, a fim de evitarmos conclusões simplificadas. No entanto, faz-se necessário discorrermos, ainda que brevemente, sobre as determinações sociais e a respeito do cenário em que se intensifica a famigerada questão social. Além, de efetuar uma breve contextualização relacionada à criação e aos avanços das políticas sociais ao longo da história, objetivando pensar de que modo o Estado burguês vem direcionando suas intervenções na seara dos direitos sociais via políticas públicas.

É possível perceber a ausência de dados, informações científicas e debates sobre o tema. Essa constatação é um reflexo da tendência de naturalização do fenômeno, que no Brasil é acompanhada por poucas políticas sociais. Assim, este estudo buscará ampliar as discussões acerca do fenômeno PSR a partir de uma óptica histórica e crítico-dialética. O processo de reflexão acerca da atenção integral à PSR e da articulação intersetorial das redes de serviços socioassistenciais e de saúde que atendem essa população, poderá colaborar na amplificação de informações relevantes aos atores envolvidos, tais como, o poder público, profissionais e usuários dos serviços; além de nortear futuras intervenções e mediações no campo das políticas públicas e demais espaços intra e extrainstitucionais.

Esta temática também foi escolhida a partir de dúvidas, reflexões, inquietações e aproximações obtidas e sentidas durante período de Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social realizado no Programa Consultório na Rua (PcR) de Uberaba/MG, em meados de 2017, durante o processo de graduação deste autor/pesquisador, na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), que culminou na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado *Consultório na Rua enquanto efetivação de direitos da população em situação de rua: história, avanços e desafios em tempos de desmonte do SUS* (MARTINS, 2018).

A partir dessas inquietações, o presente estudo buscou elaborar uma interlocução teórico-metodológica com obras que não são “neutras”, pelo contrário, possuem direcionamento ético-político cristalino. Nesse sentido, consideramos o materialismo histórico dialético o mais adequado para apreender de modo crítico a estrutura e o dinamismo do objeto central desta pesquisa, e seus desdobramentos na sociedade a partir de algumas categorias fundamentais: totalidade, contradição, mediação, pauperismo, lumpemproletariado, luta de classes, proletariado, entre outras. De acordo com Netto (2011, p.22):

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto.

Para tanto, a pesquisa bibliográfica foi alicerçada em produções intelectuais, de livros, artigos, teses, dissertações e outros materiais, de autoras/es como Behring e Boschetti, Maria Lúcia Lopes da Silva, José Paulo Netto, Marx, Ricardo Antunes, Marcelo Braz, Florestan Fernandes, Clovis Moura, entre outras/os, os/as quais possuem vasta produção no campo da teoria social crítica de base marxiana.

O percurso metodológico do estudo baseou-se em revisão bibliográfica e pesquisa documental sistematizados a partir da interlocução com autoras/es que refletem sobre a temática e que dialogam com o referencial teórico-crítico do Serviço Social. Assim, trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental. A pesquisa documental foi elaborada a partir da leitura sistemática de legislações, portarias, pesquisas e censos elaborados por órgãos públicos, além de levantamento de informações sobre a população em situação de rua - elaborado a partir das bases de dados do Governo Federal, a exemplo do Censo Suas e do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico.

A pesquisa documental pode ser descrita como um procedimento que aplica métodos e técnicas para compreensão e análise de documentos (Kripka; Scheller; Bonoto, 2015). No caso do estudo, uma amostra representativa de registros institucionais escritos sobre a PSR faz parte do corpus. Foram selecionadas leis, portarias e demais normativas essenciais para compreender a construção da atual rede de atenção à PSR, como a Pesquisa Nacional para População em Situação de Rua, pesquisas (a exemplo dos estudos elaborados pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) e pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), entre outros.

Para além dessas, existe uma lista extensa de registros importantes para o entendimento da temática, pois:

[...] a partir da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), aprovada em 2003, diversas outras normativas voltadas à população em situação de rua foram aprovadas. Entre elas, podemos citar a Lei 11.258, aprovada em dezembro de 2005, que altera a LOAS no que se refere à inclusão da obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à PCR. Em 12 de dezembro de 2006, o MDS lança a Portaria n. 381, que prevê o cofinanciamento de serviços continuados de acolhimento institucional para população de rua, com municípios com mais de 250 mil habitantes. Entre 2007 e 2008, o MDS elabora a Pesquisa Nacional para População em Situação de Rua e, em 2009, promulga-se a Lei 7053 de 23 de dezembro de

2009, instituindo a Política Nacional para População em Situação de Rua. A Instrução Operacional conjunta – SNAS e SENARC Nº 07, data de 22 de novembro de 2010 – e reúne orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Portaria Nº 843, de 28 de dezembro de 2010 – Dispõe sobre o cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais ofertados pelos CREAS e pelos Centros Pop e dá outras providências. Portaria 139/2012: Dispõe sobre parâmetros para o cofinanciamento federal para oferta de serviços socioassistenciais pelo Centro POP [...] (BRASIL, 2019, p.3).

Cabe ressaltar, ainda, que foi necessário inserir novos documentos no decorrer do estudo, devido a intertextualidade de documentos, a fim de perceber a forma que esses são construídos, suas referências e aprofundar na temática (Flick, 2009). Após selecionar e definir o corpus da pesquisa documental, os dados foram analisados a partir das categorias teóricas definidas para o estudo.

A evolução da pesquisa se deu a partir de abordagem qualitativa, pois

[...] a pesquisa qualitativa busca, em sua essência, abordar questões no aspecto da realidade que não é mensurável numericamente. Em outras palavras, seu enfoque se direciona para o âmbito dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, explorando um nível mais profundo das interações, dos procedimentos e dos fenômenos que estão além da simplificação em variáveis operacionais (Minayo, 1994, p. 21-22).

CAPÍTULO I - FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

1.1 CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Aqui pro cidadão honesto ter um teto só pondo o fogão na cabeça e invadindo o prédio Saindo na mão com o PM do Choque, sobrevivendo ao tiro da reintegração de posse Pergunta para o tio do terreno invadido no escuro o que é um trator transformando tua goma em entulho (Facção Central, 2001).

Conforme dito inicialmente, o fenômeno População em Situação de Rua (PSR) constitui-se enquanto uma refração radicalizada da questão social¹ imanente à dinâmica de organização, produção e reprodução das sociedades capitalistas, ou seja, trata-se de uma problemática decorrente da própria gênese do sistema socioeconômico vigente e das contradições existentes nas relações entre capital e trabalho.

Neste estudo, usaremos a concepção de “questão social” que a define como sendo,

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão. Requer, no seu enfrentamento, a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e afirmação de políticas sociais de caráter universais, voltadas aos interesses das grandes majorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia política, da cultura na construção da esfera pública (Iamamoto; Carvalho, 1983. p.77).

Sob tal perspectiva, o referido fenômeno

[...] vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem

¹ Neste estudo usaremos a concepção de “questão social” que a define como sendo “as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão. Requer, no seu enfrentamento, a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e afirmação de políticas sociais de caráter universais, voltadas aos interesses das grandes majorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia política, da cultura na construção da esfera pública.” (Iamamoto; Carvalho, 1983. p.77)

características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo (Silva, 2006, p.95).

[...] é consequência de diversos condicionantes, como: fatores estruturais – ausência de moradia, trabalho e renda; fatores biográficos relacionados à vida particular do indivíduo – por exemplo, a quebra de vínculos familiares, doenças mentais e uso abusivo de álcool ou drogas; e fatos da natureza [...] (Lopes *apud* Brasil, 2014, p.8).

Desse modo, para compreender um fenômeno social multideterminado e complexo como este, a partir de uma óptica histórica, materialista e crítico-dialética, que consiga superar a sua aparência imediata e desvele a sua essência, faz-se necessário tecer breves reflexões sobre os elementos constitutivos da chamada questão social, suas múltiplas expressões e as medidas tomadas pelo Estado diante desse cenário de contradições no bojo do capitalismo. Nesse sentido, Santos (2012, p. 26) afirma que:

[...] a gênese da questão social é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital. Esse processo remete à incorporação permanente de inovações tecnológicas pelos capitalistas, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social e a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias. Essa tendência, por sua vez, produz um movimento simultâneo de aumento do capital constante e diminuição do capital variável, que corresponde à força de trabalho.

De acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), considera-se população em situação de rua (PSR)

[...] o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009a, p.1).

Ou seja, estabelece quatro condições para a caracterização como pessoa em situação de rua: pobreza extrema; vínculos familiares interrompidos ou fragilizados; inexistência de moradia convencional regular; e utilização dos logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento.

Diante da escassez de estudos e/ou pesquisas sobre o tema; e com o intuito de atender demandas oriundas dos movimentos sociais representativos e ampliar o debate acerca da temática População em Situação de Rua, além de angariar informações relevantes sobre a realidade do grupo, com vistas à formulação de políticas públicas, o Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou, entre agosto de 2007 e março de 2008, o 1º Censo e a 1ª Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. A pesquisa foi realizada em 71 cidades brasileiras, sendo 23 capitais (suprimindo algumas que já haviam feito levantamentos desta natureza - São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife), além de 48 municípios com população superior a 300 mil habitantes (BRASIL, 2008).

Embora traga números bastante alarmantes, a Pesquisa Nacional não retrata a realidade da população em situação de rua de maneira ampla, pois não abarca crianças e adolescentes que vivem em situação de rua; e, também, não foi realizada em todos os municípios brasileiros. Ou seja, o que temos é apenas uma pequena amostra de um fenômeno que possui proporções ainda maiores. Ainda assim, a pesquisa é um mecanismo extremamente relevante para que seja possível refletir e criar estratégias voltadas à PSR.

À época, a pesquisa constatou que existiam 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil (BRASIL, 2009). Deste total: dois quintos (40,1%) habitavam municípios com mais de 900 mil habitantes, mais de três quartos (77,02%) habitavam municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes; nos 3.919 municípios com até 10 mil habitantes habitem 6.757 pessoas em situação de rua (6,63% do total). No que tange ao perfil, a pesquisa mostra que 80% eram do sexo masculino, 39,1% se declararam pardos, 29,5% brancos e 27,9% pretos, o que já evidencia que o fenômeno da população em situação de rua está diretamente relacionado com a questão racial no Brasil, o racismo estrutural e a forma como se processou a abolição no país.

Em relação ao nível de escolaridade, 63,5% não concluíram o primeiro grau, 17,1% não sabiam ler e escrever, 8,3% apenas sabiam assinar o próprio nome, 95% não estudam atualmente e 3,8% afirmaram estar fazendo algum curso. Os principais motivos pelos/as entrevistados/as se referem a problemas de alcoolismo e/ou outras drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Como visto anteriormente, o fenômeno população em situação de rua é multideterminado. A pesquisa confirmou essa afirmação, demonstrando as inúmeras razões que levam sujeitos de diversas idades, gêneros, raça/etnia e localidades a estarem em situação de rua. Por vezes esses motivos se correlacionam.

Portanto, não devem ser compreendidos de maneira isolada. Além disso, 46,5% dos entrevistados afirmaram preferir dormir na rua, enquanto 43,8% afirmaram preferir dormir em albergues. Verificamos aqui uma grave constatação. Quais os motivos que levam os sujeitos em situação de rua a preferir dormir na rua em vez de pernoitar em albergues e/ou outros espaços institucionalizados? As instituições de acolhimento à PSR oferecem condições básicas para a permanência desses sujeitos?

Em relação ao trabalho e renda, 70,9% afirmaram para os pesquisadores exercer alguma atividade remunerada e 58% ter alguma profissão. Destacam-se as atividades de catador de materiais recicláveis (27,5%), “flanelinha” (14,1%), trabalhos na construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Apenas 15,7% afirmaram pedir dinheiro como principal meio para subsistência, enquanto apenas 1,9% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando com carteira assinada. Verificamos aqui uma espécie de “desmistificação” em relação à PSR. Historicamente tratados como “vagabundos”, “pedintes” e “ladrões”, os números mostram que a maioria dos sujeitos em situação de rua exercem algum tipo de trabalho cotidianamente. Entretanto, tais trabalhos não são ancorados/regulamentados por leis trabalhistas e, portanto, carecem de direitos elementares.

No que tange à alimentação, 79,6% dos entrevistados afirmaram que consegue fazer ao menos uma refeição diariamente e 19% não conseguem se alimentar todos os dias. Em relação às questões de higiene, 32,6% disseram utilizar a rua para tomar banho, 31,4%, albergues/abrigo, 14,2% banheiros públicos e 5,2% casa de parentes ou amigos; em relação às necessidades fisiológicas, os principais locais utilizados são: a rua (32,5%), os albergues/abrigo (25,2%), os banheiros públicos (21,3%), os estabelecimentos comerciais (9,4%) e a casa de parentes ou amigos (2,7%).

Em relação às discriminações sofridas, a pesquisa mostrou que 18,4% das pessoas em situação de rua entrevistadas já foram impedidas de receber atendimento na rede de saúde, 29,8% já foram impedidos de entrar em transporte coletivo, 31,3% já foram impedidos de entrar em shopping center, 31,8% já foram impedidos de entrar em outros estabelecimentos comerciais, 21,7% já foram impedidos de entrar em órgãos públicos, 26,7% já foram impedidos de entrar em bancos e 13,9% já foram impedidos de tirar documentos.

Cerca de 30% dos entrevistados relatam ter algum problema de saúde, sendo os mais citados: hipertensão (10,1%), sofrimento psíquico (6,1%), diabetes (5,4%) e HIV/AIDS (5,1%). Esses números são extremamente graves, pois estão acima da média da população brasileira em geral – como é o caso da prevalência de HIV/AIDS entre os entrevistados (5,1%). A Unids (The Joint United Nations Programme on HIV/AIDS), estima prevalência de 0,6% para a população brasileira, por exemplo. Estes dados expressam as condições drásticas de saúde/vida desses sujeitos, e evidenciam a realidade de violação de direitos da PSR.

Vale destacar que a vivência na rua maximiza a exposição a riscos de doenças, violências de diversas naturezas, ingestão de alimentos e água contaminados, variações climáticas extremas. Assim, enfrentam frequentemente impedimentos como: problemas nos pés, infecções, tuberculose, gravidez de alto risco, doenças crônicas e a saúde bucal (BRASIL,

2012). Essa população também apresenta alta prevalência de transtornos mentais tornando-se, também, um desafio para a rede de atenção psicossocial (HECKERT; SILVA, 2002).

Entre os benefícios e/ou programas governamentais recebidos pelos entrevistados, destacaram-se: aposentadoria (3,2%), Programa Bolsa Família (2,3%) e o Benefício de Prestação Continuada - BPC (1,3%). 88,5% não recebem qualquer benefício do Estado. Os jovens de 18 a 24 anos são os que menos recebem (92,6%). Entre aqueles com 55 anos ou mais, 73,6% não recebem. No que tange à organização política, apenas 2,9% confirmaram participar de algum movimento social ou associação; e 61,6% não votam por ausência de título de eleitor.

Os números obtidos por meio da Pesquisa Nacional refletem as contradições inerentes ao sistema socioeconômico vigente e suas reverberações desumanas que atingem de forma ainda mais radical a PSR – sobretudo os/as negros/as – e expressam a complexidade e a urgência em buscar a real efetivação de ações que visem à ampliação da garantia de direitos basilares. Trata-se de um fenômeno fruto da contradição entre capital e trabalho, que deve ser compreendido e enfrentado enquanto caso de saúde pública. Nesse sentido, frisa-se a necessidade de elaborar ações profissionais que assegurem a integração das políticas de educação, cultura, esporte, habitação, transporte, assistência social, entre outras.

Apesar de alguns avanços no campo das políticas sociais voltadas à PSR, conforme enunciado na Política Nacional, no Programa Consultório na Rua (PCR) e em outras normativas, as quais foram aprovadas após o reconhecimento da Assistência Social como política pública no Brasil, vale ressaltar que ações de natureza focalizadas, dispersas e residuais não surtirão efeitos práticos satisfatórios e emancipatórios.

A efetivação de direitos dessa população torna-se um desafio para as políticas de saúde e demais políticas públicas, especialmente quando se considera a integralidade e a intersetorialidade das demandas da PSR, como já defendido pela PNPSR. Monnerat, Almeida e Souza (2015) argumentam que os conceitos de intersetorialidade e seguridade social se inter-relacionam, pois visam basicamente o mesmo objetivo central: a superação do modo fracionado e desarticulado de enfrentar demandas sociais complexas no terreno das políticas públicas.

Apesar de compor o rol de diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), ao lado do controle social, da descentralização e de outras, o princípio de intersetorialidade ainda é pouco operacionalizado nas redes setoriais municipais, estaduais e federal. A própria PNPSR, em seu capítulo 7º, ao tratar dos objetivos da referida política, elucida a importância de se “[...] garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais

direcionadas às pessoas em situação de rua” (BRASIL, 2009a, p.2).

Outro ponto fundamental da PNPSR é o que discorre sobre a necessidade de incentivar pesquisas e produções sobre as temáticas que envolvem a PSR: “incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento” (BRASIL, 2009a, p.2). Apesar de algumas revisões de literatura identificarem um aumento significativo de estudos sobre condições e práticas de saúde vinculadas à PSR (Oliveira, 2018); estigma e exclusão social (Hallais; Barros, 2015); dependência química (Luchenski, et al., 2018), nota-se a pouquidade de materiais sobre intersectorialidade e políticas públicas voltadas para esse grupo populacional (Paiva et al., 2016).

A ausência de dados, informações científicas e debates sobre o tema é um reflexo da tendência de naturalização do fenômeno, que no Brasil é acompanhada por poucas políticas sociais. Assim, este estudo buscará ampliar as discussões acerca do fenômeno PSR, compreendendo-o enquanto uma das expressões da questão social mais agudas e, ao mesmo tempo, inerentes ao sistema capitalista contemporâneo.

A partir de uma óptica histórica e crítico-dialética, investigará o processo de atenção integral à PSR e a articulação intersectorial das redes de serviços socioassistenciais e de saúde que atendem essa população. Dessa maneira, poderá colaborar na amplificação de informações relevantes aos atores envolvidos (gestores públicos, profissionais e usuários dos serviços). Ademais, poderá nortear futuras intervenções que garantam não apenas a saúde da PSR, mas que assegurem seus direitos e ratifiquem condições dignas de existência (Hallais; Barros, 2015).

1.2 ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL E QUESTÃO SOCIAL: BREVES CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo buscamos traçar um breve contexto histórico-político acerca da gênese da questão social calcada na acumulação primitiva do capital com o objetivo de fundamentar algumas discussões posteriores.

Conforme exposto anteriormente, o fenômeno População em Situação de Rua (PSR) é multideterminado. Para compreender de maneira ampliada a gênese, as determinações da questão social, bem como a relação desta com o Modo de Produção Capitalista (MPC), é indispensável tecer algumas breves considerações baseadas na crítica da economia política

marxiana², tendo como elemento central a “lei geral da acumulação capitalista³”.

Nesse sentido, para Santos (2012, p.26):

[...] a gênese da questão social é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital. Esse processo remete à incorporação permanente de inovações tecnológicas pelos capitalistas, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social e a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias. Essa tendência, por sua vez, produz um movimento simultâneo de aumento do capital constante e diminuição do capital variável, que corresponde à força de trabalho.

Cabe salientar, que a introdução de novas tecnologias e a integração de novos mecanismos técnicos de produção, de maneira isolada, não é fator determinante do desemprego estrutural típico do sistema socioeconômico vigente. O progresso técnico é, nesse âmbito, condição essencial para que a quantidade de horas de trabalho necessárias seja diminuída, por exemplo. Entretanto, o processo capitalista de produção se aproveita dessa condição e se utiliza dele para buscar a valorização do capital por meio da consecução de mais-valia⁴. Numa frase “o desemprego em massa não resulta do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas de produção capitalistas” (NETTO; BRAZ, 2012, p.147).

O MPC tem como sustentáculo e objetivo primordial a reprodução ampliada com vistas à expansão de capital, conforme aponta Netto e Braz (2012):

A forma típica da reprodução do Modo de Produção Capitalista (MPC) é a reprodução ampliada (ou alargada). Nela, apenas uma parte da mais-valia apropriada pelo capitalista é empregada para cobrir seus gastos pessoais; outra parte é reconvertida em capital, isto é, utilizada para ampliar a escala da sua produção de mercadorias (aquisição de máquinas novas, contratação de mais força de trabalho, etc.) (Netto; Braz, 2012, p.138).

Por meio dessa lógica perversa de exploração do trabalho socialmente necessário e consequente valorização do capital, o desenvolvimento tecnológico acaba se tornando um dos elementos originadores do desemprego. Ao mesmo tempo em que diminui os custos de produção, aumenta a produtividade e expande a acumulação, acaba afetando de forma negativa

² Essa discussão pode ser aprofundada nos estudos de Netto e Braz (2012).

³ Ver: Netto e Braz, 2012.

⁴ Como exemplo ilustrativo, Netto (2012) utiliza o caso de um trabalhador contratado por um salário diário de R\$30,00 (expressão do valor real da mercadoria força de trabalho nas circunstâncias determinadas do contrato), a jornada estipulada pelo capitalista só terá sentido para ele se, ao cabo dessa jornada, o trabalho produzir um valor superior (excedente) ao equivalente àqueles R\$30,00; com efeito, o capitalista jamais contrataria um proletário para lhe restituir somente o valor expresso no salário. Assim, na jornada, contém-se um tempo suplementar de trabalho, no qual o proletário produz um valor que excede o equivalente àqueles R\$30,00. É desse valor excedente (que se designa como mais-valia) que o capitalista se apropria.

a massa de trabalhadores.

Sendo assim, não interessa aos capitalistas utilizar o desenvolvimento tecnológico em prol do trabalhador, visando melhores condições e diminuição do tempo de trabalho. Interessa a eles a expansão dos lucros e concentração de capital a partir da amplificação de trabalho excedente, o que gera um vasto número de desempregados que compõem o chamado “exército industrial de reservas”. Isso também interfere diretamente na regulação dos salários (atenuação salarial) e estimula a concorrência entre os trabalhadores.

A inovação tecnológica é um recurso utilizado pelos capitalistas para responder às pressões dos trabalhadores, mas também serve como recurso para impulsionar a concorrência entre os próprios capitalistas. Ora, aqueles capitalistas que mais acumulam encontram-se melhor posicionados para enfrentar a concorrência - por isso, a acumulação aparece tão conectada aos progressos tecnológicos e igualmente por isso se explica o extraordinário desenvolvimento das forças produtivas no MPC (Netto; Braz, 2012, p.143).

Adjacente ao processo de acumulação e concentração de capital, ocorre o que Netto e Braz (2012) denominam de “centralização”. Este, à diferença do anterior, não implica um aumento de capital em função de uma nova acumulação, mas tão-somente o aumento de capital pela fusão de vários outros. A centralização do capital realiza-se pela união (mediante cartéis, trustes e formação de holdings) de capitais já existentes. Operando conjuntamente, concentração e centralização promovem o surgimento de monopólios. Os dois processos ocorrem no âmbito da produção industrial quanto nos setores bancário e comercial (Netto; Braz, 2012, p.143).

Esse processo gera alterações na base tradicional de concorrência inerente ao MPC: o número de concorrentes diretos diminui amplamente, ficando restrito a um selecionado grupo de corpulentas empresas. Dessa maneira, as grandes e poderosas empresas tendem a “esmagar” as demais (pequenas e médias), de modo a restringir cada vez mais a influência destas na dinâmica econômica.

É nesse cenário de avanços e retrocessos no campo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, articulados e executados pelas grandes indústrias, que surge, no século XIX, o fenômeno do pauperismo. Esse último é definido por (Netto, 2012, p.4) como,

A pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX - o pauperismo - aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão. Este pauperismo marca a emergência imediatamente visível da dimensão mais evidente da moderna barbárie, a barbárie capitalista.

Conforme visto, as estratégias criadas pelos capitalistas para ampliar a acumulação, concentração, centralização e expansão de capital constituem as bases de sustentação do MPC. De acordo com Santos (2012, p.31) o período chamado por Marx de “acumulação primitiva do capital” se inicia na Inglaterra, entre os séculos XV e XVI, resultado da expropriação dos camponeses de suas terras.

Nesse período, os trabalhadores que antes viviam e trabalhavam em suas próprias terras, garantindo sua subsistência, se viram diante dos “cercamentos” que tinham como objetivo gerar oferta de trabalho com vistas à expansão de lucros do capital. Paralelo a isto, a Reforma Protestante da Igreja Católica também agia confiscando bens daqueles que não pagavam o dízimo (Santos, 2012). Dessa maneira, sob forte repressão e expropriação, o capital foi “varrendo” os camponeses de suas propriedades para que estes pudessem cumprir uma nova função na dinâmica social e produtiva: oferecer força de trabalho barata, de modo a expandir a produção e os lucros dos patrões e ficar cada vez mais distante dos valores gerados por meio do trabalho.

O segundo período histórico do capitalismo sob a lógica de “acumulação primitiva” foi a manufatura (entre os séculos XIV e XVIII), a forma de trabalho de origem artesanal, que demandava determinadas habilidades e agilidades distintas daquelas que antes eram utilizadas no processo de produção agrícola. Por conseguinte, as “opções” que se colocavam ao trabalhador eram diversas: o trabalho assalariado, a mendicância, a “vadiagem” ou a ladroagem como formas de resistir à nova dinâmica social (Santos, 2012). Nesta dinâmica, foram criadas leis coercitivas, que objetivavam punir aqueles que não aceitassem se submeter aos ditames do capital (baixos salários, e extensas jornadas de trabalho, por exemplo), punindo-os de maneira severa. Cabe frisar que este processo não se deu de maneira “natural”, “automática”, “pacífica”. Todos os acontecimentos supracitados tiveram em seu cerne determinações históricas, sociais, políticas e culturais e impactos destrutivos para os camponeses que foram “jogados” nos grandes centros urbanos que emergiam.

No percorrer da história, conforme aponta Santos (2012, p.35), “a partir da Revolução Industrial, que teve o seu marco histórico no século XIX na Inglaterra, houve uma agudização no processamento de pauperização da classe trabalhadora naquele país e nos demais países europeus”. À época, mulheres e crianças eram os alvos prediletos do modo de produção que crescia desenfreadamente no bojo do sistema capitalista central. As mesmas eram escolhidas pois não ofereciam muita resistência às ordens impostas pelos patrões, além de receber baixos salários, concretizando, assim, o objetivo central da indústria: a elevação das taxas de lucro.

Santos (2012, p.35) ressalta ainda que “naquele período histórico, a lógica concorrencial

encontrava-se em alta. Sendo assim, a classe trabalhadora foi diretamente afetada por medidas desumanas que visavam a redução de custos, e consequente amplificação da exploração da força de trabalho, com vistas à expansão dos lucros”. Jornadas de trabalho de 16 horas e condições de trabalho insalubres eram corriqueiras naquela época.

Com o avanço tecnológico e científico do referido período, esperava-se que ocorresse movimento contrário: em vez de jornadas de trabalho extensas e exaustivas, diminuição desta e otimização do sistema de produção. No entanto, o que pôde-se notar foi uma alarmante decadência no que se refere às condições de vida da classe operária; uma radicalização da pauperização que se refletia na ausência de condições dignas de vida; ausência de moradias e planejamento urbano; exploração da força de trabalho; alta taxa de mortalidade; aumento de doenças, fome e salários irrisórios (Santos, 2012, p.35). Em meio ao caos que se espichava ferozmente, a classe trabalhadora e seus diversos segmentos começaram a criar formas de resistência e lutas sociais contra as medidas desastrosas operadas pela classe dominante.

Santos (2012, p.40) afirma que um dos principais acontecimentos que expressa a luta sindical organizada naquela época, foi o “cartismo”, que ocorreu entre 1839 e 1847, e desencadeou na formulação da Carta do Povo, na qual continha os objetivos buscados pela classe trabalhadora.

1. Sufrágio universal para todos os homens adultos, são de espírito e não condenados por crime;
2. Renovação anual do Parlamento;
3. Fixação de uma remuneração parlamentar, a fim de que os candidatos sem recursos possam igualmente exercer um mandato;
4. Eleições por escrutínio secreto, a fim de evitar a corrupção e a intimidação pela burguesia;
5. Circunstâncias eleitorais iguais; a fim de assegurar representações equitativas;
6. Abolição da disposição, agora já meramente nominal, que reserva a elegibilidade exclusivamente aos proprietários de terras no valor de pelo menos 300 libras esterlinas, de modo que cada eleitor seja, a partir de agora, elegível (Martinelli *apud* Santos, 2012, p.40).

Apesar de inúmeras derrotas em busca de direitos políticos e trabalhistas, “o movimento conseguiu concretizar diversas reivindicações, como a redução da jornada de trabalho” (SANTOS, 2012, p. 41). Com o passar do tempo, o capitalismo se viu obrigado a se reestruturar para seguir ditando as regras da sociedade. Para tanto, iniciou-se um movimento de fusão entre os monopólios industriais e bancários, processo que começou a se concretizar a partir do último terço do século XIX. Netto e Braz (2012, p.192) afirmam que nessa época houve:

[...] a fusão dos capitais monopolistas industriais com os bancários, o que constitui o capital financeiro, que ganhará centralidade no terceiro estágio evolutivo do capitalismo - o estágio imperialista, que se gestou nas últimas

três décadas do século XIX e, experimentando transformações significativas, percorreu todo o século XX e se prolonga na entrada do século XXI.

A indústria bélica, junto ao desenvolvimento dos monopólios, teve papel importante no processo de consolidação do estágio imperialista do capitalismo. As sociedades capitalistas sempre foram marcadas por constantes guerras. Além de ser movidas por questões políticas, as guerras são motivadas por fatores econômicos. Sendo assim, os grandes monopólios viram na produção de materiais bélicos um caminho aberto para expandir seus lucros, de modo a transformar a indústria bélica em um dos eixos centrais da economia.

A mundialização do capitalismo traz consigo algumas implicações, como é o caso da divisão social do trabalho. Mas, conforme aponta Netto e Braz (2012, p.199)

[...] tal divisão não se restringiu às unidades produtivas ou mesmo a uma região: no curso da sua mundialização, o capitalismo induziu a uma divisão internacional do trabalho, com espaços nacionais especializando-se em determinados tipos de produção. Por isso mesmo, o desenvolvimento do capitalismo, do ponto de vista internacional, resultou sempre numa determinada hierarquização entre os países, com os mais desenvolvidos estabelecendo as relações de domínio e exploração sobre os menos desenvolvidos.

Nessa lógica, os países ditos “menos desenvolvidos” assumem um papel subserviente aos países desenvolvidos. O caso do Brasil é ilustrativo, quando pensamos na histórica posição de fornecedor de matéria-prima e de diversos outros insumos para os países centrais. É, portanto, um desenvolvimento desigual e combinado, conforme mencionam os estudiosos.

Para resumir de maneira didática o padrão de organização do trabalho industrial capitalista no início do século XX, Antunes *apud* Netto e Braz (2012, p. 210) alega que tal padrão se baseava:

[...] na produção em massa de mercadorias, a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada. Na indústria automobilística taylorista e fordista, grande parte da produção necessária para a fabricação de veículos era realizada internamente, recorrendo-se apenas de maneira secundária ao fornecimento externo, ao setor de autopeças. Era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o ‘desperdício’ na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração.

Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos. Paralelamente à perda de destreza do labor operário anterior, esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotaram o capital de maior intensidade na

extração do sobretrabalho. A mais-valia extraída extensivamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão absoluta, intensificava-se de modo prevaiente a sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais-valia.

Uma linha rígida de produção articulava os diferentes trabalhos, tecendo vínculos entre as ações individuais das quais a esteira fazia as interligações, dando o ritmo e o tempo necessários para a realização das tarefas. Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, “tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, ‘suprimindo’ a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica. A atividade de trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva” (ANTUNES, 2009, p.37)

O modelo fordista-taylorista expandiu-se de maneira veloz por todos os países capitalistas centrais, sob forte influência dos EUA, principalmente a partir da década de cinquenta. Tal processo, porém, não se deu apenas na esfera industrial. O famigerado “estilo de vida americano” era recorrentemente moralizado e divulgado pela indústria cultural (imprensa, rádio, cinema, televisão, entre outros) como uma espécie de modelo a ser seguido por outros povos.

Além disso, outras características típicas dos “anos dourados” são o crédito ao consumidor (com o objetivo de expandir a venda de mercadorias); a inflação (com o objetivo de facilitar o acúmulo de capital) e a expansão do setor terciário (onde se incluem atividades comerciais, de lazer, turísticas, de vigilância privada, entre outros) (NETTO; BRAZ, 2012). Outro fator intrínseco ao sistema capitalista são suas crises cíclicas. Ao longo da história, podemos citar diversos momentos em que as crises se manifestaram – 1891, 1900, 1907, 1913, 1921, 1929 e 1937-1938. Talvez a mais impactante delas tenha sido a de 1929, que fez com que a burguesia dos países imperialistas buscasse traçar novas estratégias de intervenção do Estado na economia.

A crise de 1929 revelou que novas modalidades interventivas tornavam-se necessárias: fazia-se imperativa uma intervenção que envolvesse as condições gerais da produção e da acumulação. Essa era uma exigência estritamente econômica; mas o contexto sociopolítico em que ela se punha condicionou largamente a modalidade em que foi implementada. Esse contexto estava marcado por dois fenômenos, que aliás se interligavam, conforme nos traz (Netto e Braz, 2012, p. 206).

O primeiro relacionava-se ao nível de organização e combatividade de amplos

setores operários: na Europa Ocidental e Nórdica industrializada, partidos políticos representativos dos trabalhadores ganhavam expressão e, vencendo obstáculos legais, desenvolviam políticas de massas e chegavam aos parlamentos. Por outra parte, o movimento sindical operário, desde a última década do século XIX, adquiria consistência e densidade, levantando bandeiras que mobilizaram grandes contingentes de trabalhadores. O segundo fenômeno, diz respeito à Revolução de Outubro, dirigida pelos bolcheviques na Rússia, em 1917: a criação do primeiro Estado proletário, simbolizando um conjunto de promessas há muito inscrito no imaginário dos trabalhadores, atraiu a simpatia e a adesão das vanguardas operárias, além de significar um duro golpe contra o imperialismo.

Esse movimento operário de resistência foi encarado como um risco pelos burgueses. Gerou-se, então, um temor entre os capitalistas, que se sentiram amedrontados diante da possibilidade de dilatação da experiência socialista e suas formas de organização social e política, principalmente após o final da Primeira Guerra Mundial. À época, eclodiram diversos partidos comunistas, incentivados pela criação da Internacional Comunista (criada em 1919).

No curso da crise de 1929, os avanços obtidos pela organização da classe trabalhadora não foram devastados pela nova forma de intervenção do Estado na economia. Caso contrário ocorreu na Itália e na Alemanha, que instauraram regimes políticos extremamente violentos - campo conveniente para o pleno desenvolvimento dos monopólios (fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha). Tais regimes forneceram as bases necessárias para a superexploração do trabalho, ampliação da militarização da vida social, criminalização das organizações dos trabalhadores e fortalecimento da indústria bélica controlada pelos grandes monopólios.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o capitalismo central começou a buscar suporte teórico para criar estratégias de regulação dos ciclos econômicos. Para tanto, se apoiou na inovação do pensamento de Keynes, conforme apontam os autores:

De acordo com Keynes, o capitalismo não dispõe espontânea e automaticamente da faculdade de utilizar inteiramente os recursos econômicos; seria preciso, para tal utilização plena (que evitasse as crises e suas consequências, como o desemprego maciço), que o Estado operasse como um regulador dos investimentos privados através do direcionamento dos seus próprios gastos - numa palavra, Keynes atribuía papel central ao orçamento público enquanto indutor de investimento. Nas três décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, as ideias de Keynes (as 'políticas keynesianas') experimentaram grande êxito (NETTO; BRAZ, 2012, p.208).

Porém, conforme vimos, o MPC é caracterizado pelas suas múltiplas contradições. Sendo assim, o que antes era algo exitoso, acabou se transformando no principal problema: a produção baseada no modelo keynesiano-fordista foi fator fundamental da crise da economia

capitalista nos anos 1970. Souza Filho e Gurgel (2016, p.105) elucidam esse período:

A dimensão keynesiana do modelo, potencializada com o Welfare State, além de outros aspectos críticos para o capital, converteu-se gradativamente em elevado custo para o Estado, provocando déficits e dívidas que comprometeram a capacidade de investimento público. Mas foi a crise do fordismo, afetando investimentos, emprego, renda e receita tributária, que breçou o círculo virtuoso do mercado e do Estado. [...] na comparação com os anos 1950-1960, em que as taxas de crescimento dos países capitalistas avançados (EUA, Alemanha, Inglaterra, França e Japão) exibiam uma média de 4,9% de crescimento anual do Produto Nacional, os 2,6% dos anos 1970 era um testemunho suficiente da crise.

Diante de uma nova crise, o capitalismo começou a buscar estratégias para superá-la. Sendo assim, buscou criar novas formas de produzir, alterando o modelo de acumulação. Influenciadas pelas ideias de Toffler, as empresas começaram a praticar a “administração flexível”, que tem como bases a reengenharia, downzing, rightsizing, terceirização e parceria, multifuncionalidade, remuneração flexível, contrato temporário, part-time, Banco de horas, virtualização etc. Tais mudanças alteraram o funcionamento das empresas, beneficiando o patronato - que acabou por reduzir custos de produção e estabeleceu uma espécie de descompromisso com os trabalhadores. Sobre esse processo, Mota e Amaral *apud* Souza Filho e Gurgel (2016, p.108) comenta que:

Enquanto a grande indústria fordista necessitava do keynesianismo, a indústria de produção flexível necessita da liberdade do mercado e da abolição de parte dos controles do Estado sobre as condições de uso da força de trabalho. Esta nova concepção, que já se materializava pela supressão de alguns mecanismos de proteção social, é corroborada pela ofensiva de mudança na legislação do trabalho.

Além de flexibilizar os produtos, fazendo com que se tornem obsoletos rapidamente, tal modo de administrar flexibiliza a estrutura da produção; a circulação, os pontos de venda - ao explorar o “ambiente virtual”; flexibiliza o contrato de fornecimento e prestação de serviço com a terceirização e as parcerias, flexibiliza o contrato de trabalho em vários planos, exigindo polivalência e multifuncionalidade dos trabalhadores; horas flexíveis; banco de horas etc (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016).

Diante desta conjuntura de flexibilização reemergiu o toyotismo, fenômeno oriundo da administração japonesa. O toyotismo tem origem nos anos 1950, com a crise da empresa Toyota, no ápice da Guerra da Coreia. Sobre este ocorrido, Ohno *apud* Souza Filho e Gurgel (2016, p.110), comenta:

[...] na realidade, a Toyota teve uma disputa trabalhista em 1950 como resultado da redução da sua força de trabalho. Imediatamente após o acordo, estourou a Guerra da Coréia que trouxe demandas diversas. Nós atendemos essa demanda apenas com o pessoal suficiente e ainda aumentamos a produção. Esta experiência foi valiosa e, desde então, temos produzido o mesmo que outras companhias, mas com 20 a 30% menos trabalhadores.

Após demitir cerca de 1.600 operários, a Toyota começou a reorganizar a sua linha de produção e a sua lógica administrativa, calcada na redução de custos de produção (e na redução do número de trabalhadores); na “eliminação do desperdício”; na “multifuncionalidade” do trabalhador; no trabalho “just-in-time” (sistema que determina que as mercadorias devem ser produzidas, compradas e transportadas na “hora certa”, ou melhor, na hora estipulada e/ou contratada - evitando, assim, grandes estoques); na “eliminação do desperdício” e na “automação” (o que abre a possibilidade para que um trabalhador opere mais de uma máquina). Todo esse processo de reestruturação acarretou consequências devastadoras para a classe trabalhadora: desemprego estrutural, fragmentação de classe, redução salarial, contratos de trabalho precarizados (com contratações temporárias, por exemplo) e retrocessos no campo da luta sindical.

Antunes *apud* Behring (2007, p.36) afirma que “esta configuração do mercado de trabalho revela uma processualidade contraditória que combina a desproletarização do trabalho industrial fabril com uma subproletarização (com aumento do assalariamento)”. Impõe-se, então, simultaneamente, uma tendência à qualificação e intelectualização dos trabalhadores centrais, de maneira paralela à desespecialização e desqualificação da maioria deste “subproletariado moderno”, embora existam também formas de inserção “por conta própria” fortemente especializadas.

Tal reestruturação produtiva vem sendo comandada pelo ajuste neoliberal, o qual implica, nas palavras de Behring (2007, p.37):

[...] a desregulamentação de direitos, no corte dos gastos sociais, em deixar milhões de pessoas à sua própria sorte e “mérito” individuais - elemento que também desconstrói as identidades, jogando os indivíduos numa aleatória e violenta luta pela sobrevivência. Assinala-se, então, que o caráter da organização do trabalho na revolução tecnológica em curso é desagregador da solidariedade de classe e regressivo.

Os ditos “países periféricos”, entre eles o Brasil, sofreram de maneira tardia os rebatimentos dessa conjuntura. No próximo subtópico evidenciaremos as influências desses processos na constituição do capitalismo brasileiro e as implicações para a sua formação sócio-histórica.

1.3 MARCOS HISTÓRICOS DA CONSTITUIÇÃO DO CAPITALISMO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: UMA BREVE RETOMADA

Este item tem como objetivo explicitar alguns aspectos históricos peculiares da formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ainda que de maneira breve. Limitamo-nos a discorrer sobre momentos e elementos relacionados à dinâmica econômica e política, de modo a subsidiar a compreensão das discussões que continuarão sendo feitas ao longo deste trabalho, principalmente no que diz respeito ao surgimento da questão social e as formas de enfrentamento de suas múltiplas expressões pelo Estado.

Nesse percurso sócio-histórico, cabe salientarmos desde já, que o processo de colonização do Brasil se deu por meio de um vasto e sangrento massacre dos povos indígenas⁵ que habitavam as terras brasileiras. Muito antes do século XV, do período “grandes navegações”, as expedições marítimas organizadas nos séculos XVI e XVII, principalmente por Portugal e Espanha, resultaram no descobrimento de um novo continente que viria a ser explorado pelos europeus, a América., e da chegada dos portugueses, o país era habitado pela população indígena, oriunda de várias etnias. Esses povos moravam em diferentes territórios do país, viviam basicamente da caça, pesca e agricultura, tinham cultura e costumes próprios.

Dito isso, podemos afirmar que o processo de colonização brasileiro foi realizado visando o atendimento às demandas/necessidades oriundas do mercado europeu. Ou seja, a Coroa Portuguesa via no Brasil um país com privilegiada e estratégica localização geográfica e recursos naturais imensuráveis, e assim a possibilidade de enfrentar, por meio da exploração de recursos naturais, a crise econômica que se alastrava na Europa Ocidental. A esse respeito, Santos (2012, p.55) afirma que:

Nesse mercado [europeu], o capitalismo já encontra em transição de sua fase de cooperação para a manufatura, que vai de meados do século XVI ao último terço do século XVIII. Isso significa dizer que o Brasil foi sempre visto pela metrópole como um fornecedor de artigos de exportação, na forma de matéria-prima, uma vez que o desenvolvimento, mesmo incipiente, das manufaturas foi castrado no século XVIII, tanto por medo da concorrência que poderia representar para uma economia atrasada e então em decadência como a portuguesa, quanto pela possibilidade de autonomia política.

⁵ “Podemos observar nos quadros estatísticos, organizados por Darcy Ribeiro, como, do ponto de vista da população, a adoção do modelo agroexportador sob o império da plantation foi um verdadeiro genocídio para o povo brasileiro. A população nativa que já habitava o território, em 1500, era de aproximadamente 5 milhões de pessoas. Acrescente-se que foram trazidos milhões de trabalhadores escravizados da África e, depois de 350 anos de exploração, no fim do século 19, havia pouco mais de 5 milhões de habitantes. Ou seja, foi um grande massacre de nossa população, indígena e negra, pelo capitalista colonizador europeu, que, sem sua presença, teria se multiplicado aos milhões no mesmo período” (STEDILE, 2005, p.9).

Assim, diante da necessidade de ampliar o campo de exploração de recursos naturais para exportação e frente à escassez de força de trabalho típica da época em que chegaram no Brasil, a Coroa Portuguesa começou a traçar estratégias para angariar mão de obra. É nesse percurso que começa o período trágico da escravidão moderna, com a exploração e comercialização de negros trazidos da África.

A escassez de trabalho é que move Portugal na direção do revigoreamento da escravidão na era moderna, uma vez que exploravam a costa da África e passaram a comercializar negros. O período da escravidão no Brasil, diferente do que ocorreu em outros países, nada tem a ver com o modo de produção escravista: esse tipo de força de trabalho foi utilizada já no contexto do capitalismo de natureza comercial (Santos, 2012, p.56-57).

Inicialmente, alocaram-se na Bahia e em Pernambuco (em meados do século XVII), tendo como centralidade produtiva o plantio e escoamento de cana-de-açúcar; posteriormente, o foco produtivo se deslocou para Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, no século XVIII, com a expansão, principalmente, da exploração de minerais, sobretudo de diamantes.

Diferentemente do que ocorria nos países colonizados pelos ingleses no “centro do mundo”, a colonização brasileira tinha como horizonte a máxima exploração das potencialidades do território. Lá, um dos objetivos era a construção de um novo mundo; aqui, os portugueses viam uma possibilidade real de enriquecer por meio da expropriação de recursos naturais e venda de gêneros alimentícios e especiarias que a Europa não tinha (SANTOS, 2012). Segundo Furtado *apud* Santos (2012, p.57):

A primeira condição para que o Brasil tivesse algum desenvolvimento manufatureiro, na segunda metade do século XVIII, teria de ser o próprio desenvolvimento manufatureiro de Portugal. Ora, cabe ao ouro do Brasil uma boa parte da responsabilidade pelo atraso relativo que, no processo de desenvolvimento econômico Europeu, teve Portugal naquele século. Em realidade, se o ouro criou condições favoráveis ao desenvolvimento endógeno da colônia, não é menos verdade que dificultou o aproveitamento dessas condições ao entorpecer o desenvolvimento manufatureiro da Metrópole.

Com o passar do tempo, o antigo modelo colonial brasileiro teve que se adequar ao contexto econômico mundial, que passava por um momento de transição do capitalismo comercial para o industrial. O Período monárquico, de 1822-1889, foi marcado por grandes tensionamentos nos campos políticos e econômicos. Conforme aponta Santos (2012, p. 60): “o reconhecimento internacional da independência do Brasil foi mediado pela Inglaterra, que tinha como interesse central a consolidação do novo mercado. Foi a Inglaterra que o Brasil recorreu para pagar a indenização cobrada pela Coroa portuguesa pela perda da Colônia.” Segundo a autora, esse é o ponto originário da nossa impagável dívida externa, que se expande a passos largos até os dias atuais.

Mudanças ocorridas no âmbito econômico e políticos (com a proibição do tráfico de escravos a partir de 1850, a diminuição de exportação de alguns produtos, entre eles o açúcar, o esgotamento das terras exploradas, entre outros fatores estruturais e conjunturais) fizeram com que a produção de café se expandisse velozmente, principalmente no interior paulista, e se tornasse um dos principais pilares econômicos do Brasil. Apesar da abolição da escravatura ter sido assinada formalmente em 1888, as questões relacionadas aos negros, ao trabalho e à desigualdade social no Brasil não foram liquidadas, conforme afirma Fausto *apud* Santos (2012, p.66),

[...] a abolição da escravatura não eliminou o problema do negro. A opção pelo trabalhador imigrante, nas áreas mais dinâmicas da economia, e as escassas oportunidades abertas ao ex-escravo, em outras áreas, resultaram em uma profunda desigualdade social da população negra. Fruto em parte do preconceito, essa desigualdade acabou por reforçar o próprio preconceito contra o negro. Sobretudo nas regiões de forte imigração, ele foi considerado um ser inferior, perigoso, vadio de propenso ao crime; mas útil quando subserviente.

Nesse bojo, repleto de interesses antagônicos, é assinalado o fim da monarquia e a proclamação da República, em 1889. Ainda de acordo com Fausto *apud* Santos (2012, p.66)

[...] o republicanismo, que já tinha adeptos no Brasil desde fins do século XVII, ganha terreno como ideologia de forma de governo entre os mais diversos setores: da burguesia do café paulista aos militares que o apoiavam (ao republicanismo) inspirados pela ideia de um Executivo forte, que modernizasse o país, passando pela Igreja, que também pretendia maior autonomia diante do Estado.

Nesse sentido, podemos afirmar que a República não nasce a partir de um movimento de forte base popular e sim, como estratégia de concretização de interesses escusos dos setores oligarcas, militares e religiosos do país. O período conhecido como República Velha (1889-1930) ficou marcado pelo avanço/consolidação do capitalismo no Brasil – momento de transição, ainda que de modo tímido, do trabalho escravo para o trabalho assalariado⁶ (Santos, 2012) e massificação da economia exportadora. Conturbações nas áreas financeira e política, acarretadas principalmente pela especulação e superprodução de café – acentuadas pela crise da bolsa de Nova York, em 1912 –, além dos acordos e desavenças orquestradas pelas oligarquias de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e os militares insatisfeitos a condução federalista do país.

Houve, nesse período, um forte investimento de capital financeiro internacional no Brasil, e com isso a influência estrangeira direta nas decisões políticas no país durante a República Velha. Dessa forma o Brasil consolida o seu papel agroexportador no cenário

⁶ Ver Santos 2012.

econômico mundial (Santos, 2012).

Cabe lembrarmos que no interior dos grandes latifúndios da época haviam relações de trabalho extremamente exploratórias, o que garantia taxas de lucro exacerbadas e uma produção massiva de mercadorias para exportação. Expandiram-se também as contradições e tensionamentos entre capital e trabalho, e as manifestações da questão social inerentes a tal processo eram “enfrentadas” pelo Estado de maneira violenta e repressiva. Em meio a essa conjuntura adversa e efervescente é importante destacarmos o surgimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922.

Mais adiante, com o desgaste do modelo oligárquico-republicano (início do século XX) e diante do crescente processo de urbanização impulsionado pela diversificação da produção econômica do país, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, a classe dominante começa a traçar novos rumos para o país. Com o golpe que acarretou na chegada de Getúlio Vargas ao poder (1930-1945), o Brasil passou por um momento de consolidação da indústria nacional; período que alguns estudiosos denominam industrialização restringida, que vai de 1933 até 1955. Sobre esse período, Cardoso de Mello, *apud* Soares (2012, p.72) diz:

[...] a dinâmica passa a se apresentar na expansão industrial. Existe um movimento endógeno de acumulação em que se produzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais, mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implantem, num só golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer diante da demanda, autodeterminado o processo de desenvolvimento industrial.

No âmbito político, o governo de Getúlio fora marcado pela centralização do poder, carregado de um discurso nacionalista. Essa “face” Getuliana se acentua ainda mais com seu segundo golpe - em 1937, que ficou conhecido como “Estado Novo” - movimento orquestrado como pretexto à “ameaça comunista” que rondava o país. A partir disso, Getúlio começou a criar mecanismos de respostas às múltiplas expressões da questão social. Nessa direção, Santos (2012) afirma que 1930 marca também a mudança de orientação quanto às respostas estatais para a questão social. Muito embora situe as primeiras medidas de legislação sobre o trabalho na República Velha, o período que vai até 1945 é considerado como um marco em relação ao volume e perfil diferenciado que esta legislação vai assumir como resposta à Questão Social. Conforme recupera Santos (2012, p.75):

Na Constituição de 1934, o Estado tanto preservaria os direitos sociais quanto regularia os contratos de trabalho (com carteira de trabalho), as profissões e os sindicatos, através do Ministério do Trabalho e essas características ficariam conhecidas, juntamente com o “controle ideológico” do governo sobre os sindicatos, como corporativismo sindical. As ações posteriores na área de

previdência social modificaram alguns aspectos administrativos, mas cristalizaram a estrutura desigual já mencionada na prestação dos benefícios, segundo a contribuição das categorias profissionais já existe na estrutura das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs).

Nesse contexto, Getúlio também fez investimentos na política educacional, que acarretou na estruturação do nível secundário e valorização do ensino profissionalizante, como estratégia de qualificar a força de trabalho das indústrias que se expandiram pelo país. Mais adiante começa a tomar corpo o processo de redemocratização que entrecorta a decaída do Estado Novo. Tal mudança ocorre “de cima pra baixo”, dando continuidade ao modelo anterior de fazer política, com os militares à frente. Skidmore *apud* Soares (2012, p.78), afirma que o panorama político da época foi marcado:

Por muitas sucessões presidenciais, por instabilidade nas bases de apoio desses chefes políticos, que correspondiam à diversificação de interesses e forças sociais em jogo. A característica que esteve como divisora de águas entre essas forças foi o ‘getulismo’, marcando o território entre os ‘de dentro’ e os ‘de fora’ - referência a interesses de grupos mais próximos de posturas nacionalistas ou não - especialmente no caso dos partidos políticos. Eram ‘getulistas’ o PSD e o PTB, partidos criados por Vargas, de base ruralista e trabalhista urbana, respectivamente; eram ‘antigetulistas’ a UDN, o PCB e o então minúsculo PCdoB, além de outros partidos ainda menores. O ‘getulismo’ também dividia as forças armadas.

Além dos partidos citados, diversas outras forças políticas tiveram papel importante nesse processo: as facções da burguesia industrial; os grandes proprietários fundiários; uma classe média urbana em formação; o movimento sindical, as ligas camponesas, os estudantes e organizações católicas de esquerda (SANTOS, 2012). O movimento de transição da burguesia cafeeira para a burguesia industrial teve na ideologia do populismo⁷ o seu mote. A questão social continuou ocupando espaço de destaque no desenvolvimento constitucional do país, mas com poucas mudanças substanciais, conforme comenta Fausto *apud* Santos (2012, p.79):

[...] observa que em nada mudou a política trabalhista anterior, à exceção do direito de greve, que foi admitido, mas devido a um dispositivo que o vinculava a uma lei complementar, elaborada por Dutra, continuou duramente reprimido na prática, já que quase todos os setores eram considerados essenciais, e sua greve, decretada ilegal. Enquanto isso, as condições de vida da maioria da população se deterioravam visivelmente, especialmente nos centros urbanos.

A respeito disso, Vieira *apud* Santos (2012, p.80) comenta que:

Em 1950 revelou-se haver no Brasil perto de 10 milhões de domicílios

⁷ “Para o que se quer aqui enfatizar, interessa é a dimensão política do termo populismo. O populismo no Brasil nasceu com Getúlio Vargas e foi caracterizado, entre outros aspectos, pela capacidade de o Estado conter e manipular o movimento de massas organizado. Para isso foi fundamental a destruição da organização independente dos trabalhadores, atrelando-a ao Estado, mas também a concessão de uma série de avanços no tocante às relações do capital/trabalho e à cobertura de riscos sociais.” (MARQUES; MENDES, 2005, p.165-166)

particulares (37% nas cidades e 63% fora delas), dos quais nada menos que 7 milhões eram construídos com madeira, pau a pique ou algo semelhante. Não existiam mínimas condições de conforto e higiene, pois apenas 16% do total de domicílios ocupados no país possuía, naquela ocasião, água encanada; 25% deles tinha iluminação elétrica e 33% era dotado de aparelho sanitário, achando-se somente 6% dos aparelhos ligados à rede coletora geral. Com o crescimento das principais cidades brasileiras, cada vez mais se configurava a triste opção para o trabalhador urbano: morar em favelas sob os morros, mas no centro, bem próximo ao seu emprego; ou então despendar diariamente quatro a cinco horas, indo para a sua ocupação e voltando para o subúrbio, onde ele residia de modo nem sempre diferente do favelado.

Apesar de voltar à presidência em 1951, Vargas não conseguiu permanecer no poder por muito tempo. Com um déficit extremamente elevado e pressões políticas por todos os lados, que tinham no plano de desenvolvimento econômico e social a grande crítica, Getúlio afastou Goulart (Ministro do Trabalho). Os militares, insatisfeitos com os posicionamentos do presidente, teciam duras críticas a ele. Em 1954 Getúlio suicidou-se; deixando escrita uma “carta-testamento” em que afirmava: “saio da vida para entrar na história”. Sobre tal acontecimento, Santos (2012) afirma que:

Isso provocou uma série de manifestações populares que tiveram o papel de afastar os militares de qualquer pretensão em relação à presidência: esse projeto teria que aguardar dez anos para que uma outra conjuntura de radicalização da questão social o tornasse viável.

Sobre o governo de Juscelino Kubitschek (JK), Draibe *apud* Santos (2012, p.82-83) comenta que:

[...] um elemento crucial do bem-sucedido esquema de política econômica do governo Kubitschek foi sua capacidade de unir os interesses objetivos do capital nacional à penetração do capital estrangeiro. No desenho dos novos blocos setoriais de investimento, coordenados pela empresa estrangeira, oferecia-se ao capital nacional uma nova fronteira de acumulação a taxas de lucro elevadas. Uma nova perspectiva lhe era de fato aberta - sem ameaças de ‘estatização’ - a de ingressar em novos mercados e linhas de produção, recebendo ainda o suporte creditício do Estado, para saltar as barreiras do volume de capital inicial e da indispensável atualização tecnológica. [...] A concretização desse salto para um patamar mais avançado de desenvolvimento industrial significou, na verdade, a integração da economia nacional e do capital nacional ao esquema de divisão internacional do trabalho no pós-guerra, em plena fase de constituição ao longo dos anos 50. Obviamente, teve curso e tempo próprios, num movimento que era também de rearticulação de novos padrões de concorrência internacional e alcançou um grau máximo de profundidade possível, [...] graças ao decisivo avanço na construção do setor de bens de produção e do suporte infraestrutural em capital social básico, ambos viabilizados pela ação direta do Estado.

Apesar de obter êxito no âmbito econômico, o governo JK sofreu dificuldades no campo comercial, com vultuoso déficit entre importações e exportações. Além disso, a construção de Brasília custou caro aos cofres públicos. No fim de seu mandato, JK quebra o acordo que havia

feito com o FMI para estabilizar a economia.

Nas eleições presidenciais de 1960, Jânio Quadros e João Goulart saem vitoriosos, com o objetivo de buscar conciliar os interesses da esquerda e da direita, diante de um cenário polarizado pela revolução cubana (1959). Porém, o país se via imerso numa situação econômica tensa, herança de JK. Jânio Quadros pretendia realizar uma reforma institucional, incidindo inclusive sobre o setor agrário (desapropriação de latifúndios improdutivos) e a política trabalhista (ele apoiava a autonomia sindical), de educação e saúde (Santos, 2012).

Diante de uma conjuntura que impossibilitou a implementação de seus projetos, Jânio Quadros renunciou, e sob forte contestação, principalmente dos militares, seu vice, João Goulart assumiu a presidência. Goulart era visto pelos militares como um risco para o país, pois, segundo eles, era um representante dos comunistas. A partir de uma manobra operada pelo Congresso, o parlamentarismo se tornou o regime de governo no país, o que ocasionou a diminuição dos poderes presidenciais.

O governo Goulart durou cerca de dois anos e meio e teve como características marcantes as medidas que ficaram conhecidas como “reformas de base”. Contraditórias, tais reformas tinham como propósitos, entre outros fatores, a reforma agrária; a regulação das remessas de lucro para o exterior e a expansão do monopólio do petróleo. Nesse bojo de interesses e tensões generalizadas, as lutas sociais, comandadas por estudantes, ligas camponesas e pelos movimentos católicos de esquerda se intensificaram e se expandiram por todo país.

Sob forte resistência de alguns setores em relação ao seu direcionamento político e diante da limitação do modelo parlamentarista até 1963, quando foi aprovado o retorno do presidencialismo, as reformas de Jango não conseguiram deslanchar e, meses depois, seu governo chegou ao fim de maneira drástica e abriu caminho para a instauração da ditadura empresarial-militar no país. Sobre este fato, Santos (2012, p.85) elucida:

[...] em Janeiro de 1964, aconselhado pelos aliados mais próximos, Goulart inicia uma série de comícios tendo em vista anunciar as reformas de base por meio de decretos, caminha para pôr fim ao seu governo. Isso porque a radicalização do seu discurso acaba por provocar o apoio das classes médias urbanas à alternativa do golpe militar - sinalizado com a ‘Marcha da Família com Deus pela liberdade’. Com suporte da “doutrina de Segurança Nacional”, os militares instauram a ditadura, sob o pretexto de “purificar a democracia” de seus elemento subversivos.

O período ditatorial (1964-1985) ficou marcado como um dos momentos históricos mais avassaladores, autoritários e repressivos do Brasil. Com os militares à frente do país, sob o comando de Castelo Branco, o país estreitou os laços com os Estados Unidos, sobretudo no

campo da assistência econômica e financeira. Nesse contexto, os militares estavam dispostos a combater o “populismo” e os “adversários políticos”. Para tanto, exigiram a implementação de uma legislação que realizasse uma “limpeza ideológica” no país, com a cassação de mandatos e demissão de funcionários públicos que não concordavam com suas medidas (Santos, 2012). Sobre tal episódio, Skidmore *apud* Santos (2012, p.86) esclarece:

[...] o primeiro ato institucional (AI) estipulava que a eleição de um novo presidente e de um vice-presidente devia ter lugar dentro de dois dias após a sua publicação. Cancelava também especificamente a cláusula constitucional de inelegibilidade, tornando assim candidáveis à eleição os oficiais militares da ativa. Esta alteração visava possibilitar a pronta eleição do General Castelo Branco, coordenador da conspiração militar, que tinha a preferência esmagadora dos revolucionários, militares e civis.

Os militares começaram a criar instituições que tinham como objetivo “vigiar” e identificar sujeitos e atos “subversivos”. Formou-se de imediato o Serviço Nacional de Informações (SNI), que caracterizou-se como órgão responsável por perseguir, torturar e desaparecer com sujeitos que eram tidos como inimigos da ordem militar. Dando continuidade às medidas antidemocráticas, o regime militar promulgou os Atos Institucionais ns. 2 e 3, que Skidmore *apud* Santos (2012, p.88) admite que ratificaram,

[...] as regras para a política no Brasil. Todos os partidos políticos deviam ser dissolvidos. A eleição presidencial de 1966, bem como as eleições para governador, seriam indiretas [e nominais] (pelo Congresso para Presidente e pelas legislaturas estaduais para governadores), e o presidente readquiria o direito de cassar, à sua discrição, os direitos políticos de brasileiros considerados como ameaça à segurança do governo.

Posteriormente, o cenário político partidário brasileiro ficou restrito ao MDB (oposição) e Arena (que reunia os governistas). Dando continuidade às medidas arbitrárias, o governo instituiu o AI n. 4, que teve como objetivo o estabelecimento de mecanismos de manutenção e centralização de poderes no Executivo.

Costa e Silva assume em 1967 e, diante do fortalecimento da oposição de esquerda (estimulada pela conjuntura internacional que desencadeou o maio francês e as manifestações contra a guerra no Vietnã), resolveu reagir de maneira truculenta e tirânica, sancionando o AI n. 5, que acabou afetando de maneira dura os direitos coletivos e individuais, conforme indica Fausto *apud* Santos (2012, p.89):

[...] abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura dos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos do governo.

Cabe recuperarmos, que a luta armada se acentuou no país, mas o AI 5 se prolongou até

1979. O governo de Costa e Silva foi suspenso por motivos de saúde do general e um grupo militar passou a comandar o país durante dois meses. Após novas eleições, em 1969, Médici assumiu a presidência e deu sequência ao direcionamento repressivo característico do governo anterior. Legitimado pela classe média e pela burguesia industrial, a economia começou a se recuperar - e começou a tomar corpo o período denominado de “milagre econômico”, que entrou em decadência a partir dos anos 1970.

Diante da crise do “milagre”, em 1974, assumiu o poder Ernesto Geisel. A classe média urbana, um dos principais braços de sustentação do governo, começou a questionar as medidas aplicadas por Geisel. Alguns setores da Igreja Católica e do movimento operário - que se encorpou principalmente nas empresas privadas do setor automobilístico - também começaram a se organizar contra o regime. No que tange ao desenvolvimento urbano, rural e industrial, conforme afirma Abranches *apud* Santos (2012, p.90):

[...] houve um descompasso entre a evolução industrial e urbana e o desempenho da agricultura, em relativo atraso, sobretudo no que diz respeito à produção de alimentos para consumo doméstico, com graves consequências sociais devido ao aumento dos preços para o consumidor e seus impactos na inflação.

Com a chegada de Figueiredo ao poder, evidenciou-se o caráter contraditório do processo de “transição democrática” brasileiro, que seria conduzido, mais uma vez, com rupturas sutis em relação aos anseios da classe dominante. A disputa foi entre Paulo Maluf (como candidato do PDS, ex-Arena) e Tancredo Neves (candidato do PMDB), com Sarney como vice. Após vencer a eleição, a oposição se viu desfalcada com a morte de Tancredo Neves, que tinha posicionamentos políticos vinculados à valores democráticos. Assim, seu vice, José Sarney (tido como conservador), assume a presidência e permanece até 1990, sucedido por Fernando Collor de Mello (cassado em 1992, após inúmeras denúncias de irregularidades em seu governo). De 1992 a 1995, o país esteve sob o comando de Itamar Franco, e posteriormente, por Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Esteve em curso no Brasil dos anos 1990 uma contrarreforma do Estado, e não uma 'reforma', como apontam - e ainda o fazem - seus defensores. Uma contrarreforma que se compôs de um conjunto de mudanças estruturais regressivas sobre os trabalhadores e a massa da população brasileira, que foram também antinacionais e antidemocráticas. (Behring, 2008, p.281).

À época, o Partido dos Trabalhadores (PT) realizava uma tarefa de contrapor os partidos da ordem e de organizar a classe trabalhadora. Ao analisar a história do Partido dos Trabalhadores, Iasi *apud* Musse (2006) aponta que o PT nasceu e se organizou pelas frações do operariado, com posicionamento anticapitalista, que tinha como horizonte a implementação de uma outra ordem societária (o socialismo). Musse *apud* Musse (2006, p.8) afirma que

[...] organizado a partir das lutas concretas, sindicais, como movimento político de afirmação da independência e autonomia da classe operária, o PT apresenta-se, inicialmente, como representante da ‘classe trabalhadora’; depois, do conjunto dos ‘trabalhadores’; em seguida, do ‘povo’; e, por fim, dos ‘cidadãos’. A passagem da ‘classe’ à ‘nação’ atesta a prevalência da estratégia do ‘gradualismo reformista’ e a subordinação à tática eleitoral, que redefiniram o horizonte social, político e econômico do projeto partidário.

A literatura sobre o tema aponta que o PT teve papel extremamente relevante na história da organização política dos trabalhadores no Brasil, pois apresentava uma proposta “classista”, calcada nas demandas da classe que o partido dizia representar, ou seja, a classe trabalhadora. Além disso, o posicionamento do partido no período ditatorial (1964-1984) foi altamente combativo, de contestação à ordem vigente, de organização das mobilizações e lutas sociais urbanas e rurais.

Cabe lembrar que o PT foi um dos responsáveis pela criação da maior central sindical do Brasil, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do maior movimento social de luta pela terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ambos criados na década de 1980. Iasi (2012 *apud* Musse, 2006, p.8) cita alguns trechos da Carta de Princípios do Partido, onde afirmava “[...] seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo”.

De acordo com o mesmo autor, dois fatores foram essenciais para que os rumos do PT fossem substancialmente alterados ao longo da história: a derrota de Lula para Fernando Collor, nas eleições de 1989, e a “derrota” dos regimes políticos socialistas do leste europeu e o fim da União Soviética, em 1991:

O primeiro num plano mais imediato, abre uma longa reflexão sobre os limites eleitorais atingidos e a suposta impossibilidade de ir além deste limite com a atual radicalidade programática e uma política de alianças restrita ao campo popular (assalariados e classes médias); o segundo fenômeno coloca o partido na defensiva quanto suas afirmações estratégicas socialistas (Iasi, *apud* Menezes, 2014, p.453).

Sendo assim, a direção do Partido resolveu “afrouxar” seu posicionamento - antes anticapitalista - de modo a buscar melhorias adaptáveis no ventre do sistema socioeconômico vigente; não alterando, portanto, as bases estruturais da ordem capitalista. Nesse sentido, concordamos com a afirmação de Demier (ANO? *apud* Musse 2006, p.9),

[...] o PT transitou de um projeto original socialista - embora um socialismo mal definido, difuso - para a linha da social democracia da terceira via, ou seja, sem ter passado pelo Estado de Bem Estar Social com políticas sociais redistributivas.

O Partido, agora sob uma “nova roupagem”, começou a enfrentar diversas crises

internas. Sobre esses acontecimentos, cabe citar algumas passagens, ainda que longas, para que seja possível compreender melhor todo esse processo. Arcary (2011, p. 9) *apud* Menezes, 2014, p. 9) afirma que:

[...] a primeira grande crise veio com o governo Erundina à frente da Prefeitura de São Paulo. A questão central colocada era a relação com o regime democrático: aceitar ou não os limites legais da constitucionalidade. (...) Não houve rupturas no partido, mas as placas tectônicas do PT se moveram. O PT pagou a dívida externa do município, escrupulosamente, e não hesitou em convocar a Polícia Militar contra a luta operária e popular. No início dos anos 1990, quando a situação política evoluía à direita, e as pressões burguesas pela estabilidade do regime democrático eram mais intensas, a direção do PT convocou o 1º Congresso e decidiu expulsar a Convergência Socialista, uma corrente trotskista que constituiu, após uma unificação com outras organizações marxistas, o PSTU. Foi a segunda grande crise. Dali para frente, as tendências de esquerda que ainda resistiam no PT ficaram sabendo qual seria o seu destino se desafiassem a direção. (...) Finalmente, em 2003, depois da eleição de Lula, a direção do PT não hesitou em expulsar Heloísa Helena e os deputados que vieram a formar o PSOL, com a acusação, novamente, de indisciplina, por terem se recusado a votar no congresso a Reforma da Previdência. Foi a terceira grande crise. Ficou comprovado que a mão da direção do PT não iria tremer no seu giro à direita. Foi, porém, em 2005, que o PT atravessou a mais séria crise de sua história. Uma parcela do núcleo duro de sua direção foi decapitada, politicamente, pela crise aberta pelas denúncias do mensalão.

Conforme elucidamos anteriormente, os governos petistas não alavancaram medidas alicerçadas sob a óptica transformadora, emancipatória, progressista. Pelo contrário, na contramão de sua história de luta, expurgou do partido diversos membros que compunham o fração mais radical e combativa do PT; revelando, assim, sua tendência perversa e conciliatória que ficaria ainda mais nítida nos anos subsequentes (estabelecendo vínculos diretos com grandes monopólios privados e aliança política com partidos conservadores). No campo do plano econômico, de acordo com Behring *apud* Menezes (2014, p.10),

[...] todos os parâmetros macroeconômicos da era FHC foram mantidos, permanecendo intocáveis: o superávit primário; a Desvinculação de Receitas da União (DRU) (que desvincula 20% dos recursos arrecadados de impostos e contribuições sociais para o pagamento de dívida pública); taxas de juros parametradas pela Selic; apostas na política de exportação, com base no agronegócio; o inesgotável pagamento dos juros, encargos e amortizações da dívida pública; e o aumento da arrecadação da União.

Todas essas medidas econômicas impactam diretamente nas políticas sociais, que foram formuladas e implementadas sob a lógica da focalização, e não pautadas na lógica do direito, da universalidade e da Seguridade Social. Algumas medidas aplicadas pelos governos de Lula cristalizam seu caráter focalista e, portanto, mercantil. Podemos citar o Projeto Fome Zero, que ficou aglutinado principalmente no programa Bolsa-Família; a contrarreforma da Previdência

Social; e como o governo lulista lidou com os recursos da Seguridade Social⁸ (Bravo; Menezes, 2014).

Se por um lado a estratégia de enfrentamento da pobreza por meio de políticas compensatórias efetivadas pelo PT, tal como o Bolsa Família, beneficiou diversas famílias, por outro, não se pode enfrentar de maneira séria a pobreza - enquanto manifestação da questão social -, isoladamente. É essencial que programas de transferência de renda estejam associadas a outras políticas sociais universais, sob a perspectiva de um amplo sistema de proteção social. Além disso, o Bolsa Família, por se tratar de uma política de governo (aprovada pelo Executivo Federal, que não consta na Constituição Federal), corre o risco de ser dissolvida a qualquer momento. Dessa forma, concordamos com a “paradoxal constatação” de Antunes *apud* Menezes (2014, p.14):

[...] que põe em xeque a pretensão neodesenvolvimentista do governo Lula: esse governo melhorou, sim, as condições sociais de muitos brasileiros, mas, ao mesmo tempo, melhorou muito mais a remuneração do capital financeiro, industrial e do agronegócio que operam no país. Ou seja, foi no governo Lula que o enfrentamento da pobreza absoluta teve a maior visibilidade política de sua endêmica existência, mas, paradoxalmente, isso foi acompanhado da garantia de altos lucros, comparáveis com os mais altos da história recente do Brasil.

Após o término de dois governos de Lula (2003-2011), sua companheira de partido Dilma Rousseff chegou à presidência sob fortes pressões. Logo no início de seu governo, Dilma realizou diversos cortes orçamentários, restringiu investimentos, concretizou medidas de caráter privatista como a privatização dos aeroportos e os leilões do petróleo do Pré-Sal (MENEZES, 2014).

Além disso, efetivou cortes profundos (na casa de R\$ 60 bilhões) no orçamento, conforme enuncia Domingues (2011), *apud* Menezes (2014, p.14-15), a saber:

[...] redução de gastos com pessoal, incluindo congelamento dos salários (R\$ 3,5 milhões); corte de R\$ 5 bilhões no Programa “Minha Casa Minha Vida”; no Ministério da Reforma Agrária houve redução de R\$ 929 milhões; na Educação corte de R\$ 3,1 milhões; na Saúde R\$ 578 milhões; nos Desportos R\$ 1,5 milhões; no Meio Ambiente R\$ 400 milhões e no Transporte R\$ 2,3 milhões.

Outro aspecto marcante a ser comentado é que, desde o primeiro ano do governo Dilma, ficou evidente o descontentamento de boa parcela dos grupos sociais vinculados à classe trabalhadora, que desencadeou uma série de manifestações por todo o país. Sobre isso, Costa

⁸ Para complementar a leitura crítica sobre tais medidas, recomendamos o “Cadernos de Saúde - A Saúde nos governos do Partido dos Trabalhadores e as lutas sociais contra a privatização. Maria Inês Bravo e Juliana Souza Bravo de Menezes (2014).

(2014, p.15), demarca:

[...] a [manifestação] dos estudantes e trabalhadores em protesto contra a elevação da passagem dos ônibus em várias cidades do Brasil; fóruns populares em todo país debatem a situação da saúde e da educação pública, organizando mobilizações contra o processo de privatização; trabalhadores da construção civil reagem às condições de superexploração impostas pelas empreiteiras - empresas multinacionais - como a Odebrecht, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Mendes Júnior e outras - nas obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que é um dos maiores programas de transferência de verbas públicas para as mãos do grande capital.

Os anos de 2012 e 2013 foram marcados por grandes lutas sociais. Em 2012, mais de cinquenta universidades aderiram à greve dos professores universitários dos demais setores do funcionalismo público federal. Em 2013, já com o governo Dilma sofrendo forte contestação, ocorrem as manifestações de Junho. Sobre esse fato, Iasi (ano, p. *apud* Menezes 2014, p.15) afirma que

[...] as manifestações se iniciaram por protestos contra o aumento das passagens e se desdobraram para uma multifacetada pauta que tem por centro a demanda por educação, saúde, contra os gastos com a Copa e seus efeitos perversos, como as remoções, e contra uma forma de política que mostra seus limites com representantes que não representam, eleitos por muitos e defendendo os interesses de poucos.

As respostas do governo Dilma (pacto pela responsabilidade fiscal; pacto pela reforma política; pacto pela saúde; pacto pelo transporte público e o pacto pela educação pública) não deram conta de atender às demandas oriundas das ruas e não modificaram as bases estruturais que afetavam os gastos com encargos da dívida pública, por exemplo. Diante de uma conjuntura política e econômica extremamente desgastada, e sob forte pressão das classes médias e dos setores dominantes do país (grandes empresas, bancos, partidos de direita etc), o governo de Dilma sofreu um golpe parlamentar em 2016.

Seu vice, Michel Temer (PMDB), assumiu a presidência e deu continuidade ao processo de destruição das políticas sociais no país, mas de forma mais radical - agudizando ainda a condição de pauperização das classes subalternas brasileiras: alterou o regime de exploração do petróleo - ampliando a desnacionalização do setor, de modo a beneficiar as empresas estrangeiras; a reforma do ensino médio, que altera a base curricular da educação. Além disso, tramitaram no Congresso Nacional diversas propostas com teores reacionários e privatistas, como foi o caso das contrarreformas Trabalhista (aprovada na Câmara dos deputados em abril de 2017) e da Previdência (aprovada em outubro de 2019); do Projeto Escola Sem Partido (arquivado em 2018); a Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como “PEC do Fim do Mundo”- que congelou por 20 anos os investimentos em saúde, educação, e infraestrutura;

desmonte do programa Mais Médicos, entre outras barbaridades.

O golpe pode ser compreendido como um desencadeamento do processo de conciliação de classes efetivado pelo Partido dos Trabalhadores. O PMDB, partido que se autodenomina de “centro”, possui raízes extremamente conservadoras. O PT, em busca de governabilidade, estabeleceu uma aliança perigosa, que resultou no processo de impeachment de Dilma, e abriu margem para o avanço de medidas antipopulares ainda mais devastadoras para a classe trabalhadora brasileira. Com a vitória eleitoral do militar reformado de extrema-direita, Jair Messias Bolsonaro, o qual (des)governou o país por longos quatro anos (2019-2022), a avalanche de retrocessos acentuou-se ainda mais, conforme veremos ao longo deste estudo

CAPÍTULO II - QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

2.1 QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

Mencionamos anteriormente que o fenômeno População em Situação de Rua se constitui enquanto uma refração radicalizada da questão social imanente à dinâmica da sociedade capitalista. Sendo assim, faremos uma breve retomada de alguns marcos históricos relacionados à política social e à questão social a nível “global” e “local” neste subtópico.

Historicamente, as políticas sociais são formas que o Estado cria para “amenizar” os conflitos existentes entre as duas classes fundamentais (classe trabalhadora e burguesia), frente ao aprofundamento das expressões da questão social.

Apesar de não ser possível afirmar com rigor o período exato do surgimento das políticas sociais, é sabido que elas têm sua gênese diretamente ligada à ascensão do capitalismo na época da Revolução Industrial, por meio das lutas de classe e consequente mediação do Estado nesse processo (Behring; Boschetti, 2007, p. 47).

Alguns estudiosos relacionam sua origem à mobilização de movimentos socialdemocratas e ao surgimento dos Estados-nação europeus ocidentais do final do século XIX. Entretanto, a expansão das mesmas ocorre massivamente no processo de transição entre o capitalismo concorrencial para o monopolista após a Segunda Guerra Mundial (Behring; Boschetti, 2007). Cabe recuperarmos, que antes disso, as sociedades pré-capitalistas executavam algumas ações sociais com o intuito de preservar a ordem social vigente de forma punitiva e culpabilizadora. O “público-alvo” dessas ações eram os chamados “desocupados”, “vagabundos” e “indigentes”.

Com o avanço do capitalismo e da industrialização nos países europeus e consequente extinção das restritas medidas de proteção social, os trabalhadores foram destituídos de direitos,

fazendo com que o fenômeno do pauperismo se acentuasse. De acordo com Marx apud Behring e Boschetti (2007), as lutas pela jornada normal de trabalho” foram as impulsoras no processo de criação de novas regulamentações sociais e trabalhistas efetuadas pelo Estado burguês, como forma de enfrentar as expressões da questão social que se expandiram nos países industrializados.

Apesar de ganhos minimalistas, insuficientes e repletos de contradições, pode-se constatar a ligação direta entre a ampliação da luta de classes e a questão social da época. Por meio de tensionamentos efetuados pelos/as operários/as, deu-se início ao que Behring e Boschetti (2007) acreditam ser as mediações precursoras entre Estado e a classe trabalhadora, o que mais tarde acarretaria na expansão das políticas sociais viabilizadoras de direitos até a década de 1930. Nesse sentido, vale ressaltar que o movimento operário da época teve papel central no processo de enfrentamento e luta pela maximização de direitos e acesso às políticas sociais que viriam a ser implementadas pelo Estado.

A partir da ascensão do ideário liberal na Europa, o qual pregava a mínima intervenção estatal no campo das relações de trabalho e atendimento às demandas sociais da classe trabalhadora - além de tratar os direitos de forma individualizada e fragmentada - as demandas da classe operária eram atendidas de forma tímida e parcial. A raiz da questão social, portanto, não era alterada (Behring; Boschetti, 2007).

As autoras supracitadas afirmam que ao longo do XIX até a terceira década do século XX, houve um avanço abissal do liberalismo, que tinha como base de sustentação a lógica de compreensão do trabalho como mercadoria, tendo como “regulador central” o livre mercado. Esta lógica, defendida principalmente por David Ricardo e Adam Smith, tende a individualizar questões estruturais da sociabilidade humana - como é o caso do trabalho. Segundo estes, os sujeitos históricos podem agir de maneira coletiva, mas de acordo com os seus próprios interesses econômicos e, ainda assim, o bem-estar coletivo seria assegurado.

O mercado livre seria o responsável por regular as relações econômicas e sociais. Ao Estado, restaria apenas a função de criar as bases legais para que o mercado pudesse ampliar a sua liberdade e influência direta nas relações sociais e econômicas. Segundo Faleiros (2011, p.149):

Foi a partir da fase de transição do estágio concorrencial do capitalismo (em que existia uma determinada equiparação no patrimônio, na comercialização e capacidade de produção entre as indústrias) para a fase monopolista (reduzindo a concorrência e controlando a produção e comercialização) e da inversão da hegemonia mundial inglesa para a hegemonia imperialista norte-americano, numa conjuntura de acentuadas crises cíclicas do sistema capitalista mundial (1887 e 1929, por exemplo) e da agudização da luta de

classes - com forte influência das Internacionais dos Trabalhadores e do bloco soviético, que o grande capital precisou criar novas estratégias a fim de ‘combater’ a crise que estava se alastrando pelo mundo.

Diante de uma nova dinâmica social, fruto dos desdobramentos ocorridos sobretudo após a experiência bismarckiana e o fim das duas Guerras Mundiais, o grande capital se viu na necessidade de criar mecanismos de valorização do capital e criação de um novo regime de acumulação e regulação social. Ou seja, durante as duas grandes Guerras (1914-1918 e 1939- 1945), o capital passou por um período de forte recessão econômica, com constantes quedas nas taxas de lucros, inflação elevada, PIB irrisório, altas taxas de desemprego, etc. Em meio a isso, Faleiros (2011) chama a atenção para a ascensão da Revolução Russa (1917) e a decorrente Guerra Fria, a qual dividiu o mundo em dois grandes “blocos”⁹.

Já no final da Segunda Guerra Mundial, estabeleceram-se acordos e foram criadas agências internacionais que ficariam responsáveis por direcionar a “nova ordem mundial”. São exemplos: o Sistema de Bretton Woods; a Organização das Nações Unidas (ONU); o Plano Marshall; a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); a Organização dos Estados Americanos (OEA); o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); a Aliança para o Progresso; a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o Pacto de Varsóvia.

Foram marcos históricos dessa época, as guerras ocorridas na Coreia (1950-1953); no Vietnã (1962-1975); no Afeganistão (1979-1989), a Revolução Cubana (1959); a construção do Muro de Berlim; a construção do movimento dos países não alinhados (composto por países da América Latina, África e Ásia) - que acabaram se alinhando aos EUA, além de constantes tensionamentos entre os dois blocos, liderados respectivamente pela União Soviética e EUA.

Diante de um mar de contradições ocasionadas pelas mudanças estruturais supracitadas, o imperialismo vê-se forçado a alterar algumas funções do Estado, de modo a garantir as condições gerais para o pleno funcionamento e desenvolvimento da dinâmica capitalista global. Para tanto, obriga o Estado a tomar a frente de questões vinculadas à economia direta e indireta para assegurar os superlucros dos monopólios, incluindo nesse bojo algumas demandas

⁹ A Guerra Fria dividiu-se em dois blocos: o “bloco ocidental” (pró-capitalismo), composto por países da Oceania, da América do Sul e da América Central, exceção de Cuba, alguns países asiáticos e da Europa Ocidental. Esse bloco era liderado pelos EUA. O outro, o “bloco do Leste”, era composto pela URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e aliados da parte leste e central europeia como Albânia, Romênia, Polônia, Hungria e Alemanha Oriental

populares. “Num marco democrático, para servir ao monopólio o Estado deve incorporar outros interesses sociais; ele não pode ser, simplesmente, um instrumento de coerção - deve desenvolver mecanismos de coesão social” (Netto; Braz, 2012, p.217).

Tais demandas não foram incorporadas de maneira “natural”; pelo contrário - foram fruto de embates e mobilizações potentes liderados pela classe trabalhadora que, com fortes influências das ideias socialistas e democráticas, pressionava o Estado por mudanças na esfera dos direitos sociais. Mesmo que de forma tênue, o Estado começou a traçar medidas de proteção social, e abriu espaço para o que viria a se tornar o Estado de Bem-Estar Social em alguns países centrais. Sobre este período, Netto e Braz (2012, p. 218) afirmam que:

O empenho do Estado a serviço dos monopólios para legitimar-se é visível no seu reconhecimento dos direitos sociais - que, juntamente com os direitos civis e políticos, constituem a “cidadania moderna”. A consequência desse reconhecimento, resultado da pressão dos trabalhadores, foi a consolidação de políticas sociais e a ampliação da sua abrangência, na configuração de um conjunto de instituições que dariam forma aos vários modelos de Estado de Bem-Estar Social (Welfare State). Nesses modelos, a orientação macroeconômica de matriz keynesiana conjugada à organização da produção taylorista-fordista alcançou o seu apogeu: durante os “anos dourados”, o capitalismo monopolista vinculou o grande dinamismo econômico com a garantia de expressivos direitos sociais (ainda que somente para os trabalhadores de alguns países imperialistas) - e o fez no marco de sociedades nas quais tinham vigência instituições políticas democráticas, respaldadas por ativa ação sindical e pela presença de partidos políticos de massas.

Desse modo, o Welfare State emerge a partir da necessidade de ampliação do conceito de seguridade social na Inglaterra, sobretudo com a influência do Plano Beveridge, no qual W. Beveridge apresenta críticas aos seguros sociais bismarckianos; propondo uma nova forma de organização para as políticas sociais. Segundo Mishra (ano, p. *apud* Behring; Boschetti 2007, p.94):

[...] os princípios que estruturam o Welfare State são aqueles apontados no Plano Beveridge: 1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma ‘rede de segurança’ de serviços de assistência social.

É importante ressaltarmos que, diferentemente do que houve na Europa, no Brasil o processo de transição e ascensão do capitalismo, e posterior criação de políticas sociais ocorreu tardiamente e de forma peculiar - por conta de sua formação sócio histórica ser distinta de outros países capitalistas centrais. Podemos afirmar que o país nunca vivenciou o aludido

“Estado de Bem-Estar Social”.

Sob forte influência da conjuntura internacional (de crise), o Brasil (imerso numa ditadura empresarial-militar (1964-1985) sangrenta, repressiva e autoritária que torturou, prendeu e matou diversos sujeitos; diante da crise econômica e política que se alastrava de maneira aterrorizante; e com o acirramento da luta de classes), o governo - com o intuito de garantir legitimidade e adesão popular - começa a expandir e “modernizar” as políticas sociais. Para ilustrar esse movimento histórico, Behring e Boschetti (2007, p.137) citam algumas ações desenvolvidas no referido período, a saber:

Unificação, uniformização e centralização da previdência social no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1966 - medida que acabou por restringir a participação dos/as trabalhadores/as da gestão da previdência social; a criação da Renda Mensal Vitalícia para os idosos pobres, no valor de meio salário mínimo para aqueles que tivessem contribuído ao menos um ano para a previdência; criação do Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SINPAS), em 1977, que integrava o INPS, o Instituto Nacional de Assistência Médica (INAMPS) e o Instituto Nacional de Administração da Previdência Social (Inamps), entre outras instituições; e a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) - que tinha como estratégia central impulsionar a economia por meio do desenvolvimento da construção civil e consequente criação de moradias populares.

Concomitantemente, o Estado abria brechas para a participação direta da iniciativa privada em várias instâncias: saúde, previdência e educação, por exemplo. Ou seja, ao mesmo tempo em que ampliava as políticas sociais e atendia à algumas necessidades da classe trabalhadora - ainda que de maneira residual, restrita, parca e setorializada -, fortalecia a elite empresarial do país. É por isso que as autoras referenciadas afirmam que uma das características mais marcantes do período ditatorial, no campo das políticas sociais, é o seu caráter dual e contraditório de acesso.

Apesar de assegurar importantes avanços para os trabalhadores, o “capitalismo progressista” não durou muito tempo: em meados de 1970 ele entrou em colapso. A partir daí, a burguesia monopolista começou a delinear mecanismos de reorganização que acarretou o solapamento das conquistas sociais obtidas ao longo dos anos anteriores. Após intensa mobilização, organização e luta de diversos setores da classe trabalhadora brasileira desde o período da ditadura militar, nasce a Constituição Federal de 1988 (CF). Naquele momento, deu-se início no Brasil a um importante processo histórico de construção de um sistema de proteção social, a fim de assegurar direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal. Dessa maneira, as diversas necessidades da população brasileira, de âmbito pessoal, individual e coletivo entraram definitivamente na agenda de responsabilidades dos entes públicos/estatais.

A partir da CF ficou definido que Assistência Social e Saúde devem ser compreendidas enquanto políticas públicas de direitos - não contributivas - integrantes do Sistema de Seguridade Social, ao lado da Previdência Social, articulando-se com diversas outras políticas sociais voltadas à garantia e promoção da cidadania constituindo, assim, um amplo sistema de proteção social. Podemos afirmar que, com a Assistência Social e a Saúde como políticas públicas, dever do Estado e direito da população, houve um rompimento de alguns paradigmas e visões relacionadas ao assistencialismo e à benevolência no Brasil, ainda que de maneira débil.

A partir desse movimento histórico e impulsionadas pelas lutas dos movimentos sociais, diversas políticas sociais foram planejadas, formuladas e implementadas. Destacam-se, por exemplo, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ademais, inúmeras demandas populares contidas nos projetos de reforma sanitária e psiquiátrica.

Contudo, em que pese esses avanços, a partir dos anos 1990, o ideário neoliberal ganha força e avança na contramão da perspectiva inscrita na CF. Nessa perspectiva, Navarro (ano, p. apud Behring e Boschetti, 2007, p.126), sustenta que os neoliberais acreditam que

[...] a intervenção estatal na regulação das relações de trabalho também é negativa, pois impede o crescimento econômico e a criação de empregos. [...] a proteção garantida pelo Estado social, por meio de políticas redistributivas, é perniciosa para o desenvolvimento econômico, pois aumenta o consumo e diminui a poupança da população.

Nessa mesma direção, Anderson (ano, p. apud Behring; Boschetti 2007, p.126), afirma que

[...] os neoliberais sustentam a estabilidade monetária como meta suprema, o que só seria mediante a contenção dos gastos sociais e a manutenção de uma taxa 'natural' de desemprego, associada a reformas fiscais, com redução de impostos para os altos rendimentos.

A partir dessa lógica, as políticas sociais acabam sendo aplicadas de maneira restritiva, seletiva e focalizada, nos termos de Behring e Boschetti (2007), perdendo, assim, seu antigo caráter amplo e universal que permitiu a ampliação do Welfare State. O avanço do projeto neoliberal no Brasil refletiu diretamente nas contrarreformas no âmbito das políticas sociais: ampliando o desemprego estrutural, a retirada de direitos sociais e trabalhistas através de emendas constitucionais e consequente agudização do pauperismo, e o aumento exponencial da população em situação de rua. Tais contrarreformas foram aprofundadas intensamente pelos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002), processo que ampliou

os espaços privados no país, de modo a encolher os espaços públicos e reduzir ainda mais os direitos sociais conquistados com a Constituição de 1988.

Com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva, que governou o país de 2003 a 2011, esperava-se uma guinada à esquerda - com a implementação de políticas sociais universalizantes e mudanças estruturais historicamente demandadas pela classe trabalhadora – mas as tímidas mudanças operadas pelos dois governos petistas se deram por intermédio da lógica do ideário neoliberal, de forma limitada e antirrevolucionária.

Com a consolidação do golpe parlamentar em 2016, Michel Temer assumiu a presidência e deu continuidade, agora de forma ainda mais grave e radical, ao processo de retrocesso social, político e econômico. Após um período eleitoral conturbado em 2018, que teve, entre outros fatos, a decretação da prisão do ex-presidente Lula, o candidato do Partido Social Liberal, Jair Bolsonaro, se consolidaram vencedor. Ex-militar, com valores e costumes conservadores e até reacionários, Bolsonaro é um sujeito controverso: possui processos por danos morais, faz discursos polêmicos, machistas, racistas, xenofóbicos e homofóbicos. Além disso, é saudosista da ditadura militar.

Deputado Federal por sete mandatos, Bolsonaro sempre se posicionou a favor das privatizações irrestritas, da contrarreforma da previdência, defende o projeto escola sem partido e a liberação do porte de armas, entre outras medidas com direcionamentos igualmente conservadores, que, conforme veremos, causaram rebatimentos devastadores para a classe trabalhadora brasileira.

2.2 RESPOSTAS DO ESTADO FRENTE ÀS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Até a década de 1980, o Estado não se responsabilizou em criar estratégias de assistência e atenção à PSR; esta ficava na dependência de trabalhos realizados por instituições sociais e religiosas. Tais trabalhos restringiam-se às ações de caráter caridosos, estigmatizantes e higienistas.

Assim, ao passo que o processo de solapamento dos direitos sociais e consequente agravamento das expressões da questão social intensificavam-se pelo país, expandia-se a organização política da PSR a nível nacional, sobretudo após inúmeros episódios de truculência e violação de direitos. Destaca-se a criação e ampliação do Movimento Nacional da População de Rua, que após muita mobilização e resistência, garantiu a instituição da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), em 2009, e diversas outras conquistas posteriores

(ROSA; SANTANA, 2018). Tal Política tem como objetivos (BRASIL, 2008, p.14):

- I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;
- II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;
- III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;
- IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;
- V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;
- VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;
- VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;
- VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;
- IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;
- X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;
- XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º;
- XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;
- XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e
- XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Outro marco fundamental para o avanço da rede de atenção à população em situação de rua foi o Programa Consultório na Rua, instituído pela Política Nacional de Atenção Básica, em 2011, com a finalidade de atuar frente aos diferentes problemas e necessidades de saúde da população em situação de rua, visando ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde. Tal estratégia se efetiva pelas equipes de Consultórios na Rua, as quais

prevê-se a possibilidade de algumas configurações de equipe com os seguintes profissionais: enfermeiro, médico, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, agente social, técnico ou auxiliar de enfermagem, técnico em saúde bucal, cirurgião dentista, profissional de educação física e profissional com formação em arte e educação.

As equipes dos Consultórios na Rua podem ser organizadas em três modalidades:

Modalidade I: equipe formada minimamente por 4 (quatro) profissionais, entre os quais 2 (dois) destes obrigatoriamente deverão ser Enfermeiro, Psicólogo, Assistente Social e Terapeuta Ocupacional;

Modalidade II – equipe formada minimamente por 6 (seis) profissionais, entre os quais 3 (três) destes obrigatoriamente deverão ser Enfermeiro, Psicólogo, Assistente social e Terapeuta Ocupacional;

Modalidade III – equipe da Modalidade II acrescida de um profissional médico (MS, site oficial).

A partir da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), aprovada em 2003, diversas outras normativas voltadas à população em situação de rua foram aprovadas. Entre elas, podemos citar a Lei 11.258, aprovada em dezembro de 2005, que altera a LOAS no que se refere à inclusão da obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à PCR. Em 12 de dezembro de 2006, o MDS lança a Portaria n. 381, que prevê o cofinanciamento de serviços continuados de acolhimento institucional para população de rua, com municípios com mais de 250 mil habitantes.

Entre 2007 e 2008, o MDS elabora a Pesquisa Nacional para População em Situação de Rua e, em 2009, promulga-se a Lei 7053 de 23 de dezembro de 2009, instituindo a Política Nacional para População em Situação de Rua. A Instrução Operacional conjunta – SNAS e SENARC Nº 07, data de 22 de novembro de 2010 – e reúne orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Portaria Nº 843, de 28 de dezembro de 2010 – Dispõe sobre o cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais ofertados pelos CREAS e pelos Centros Pop e dá outras providências. Portaria 139/2012: Dispõe sobre parâmetros para o cofinanciamento federal para oferta de serviços socioassistenciais pelo Centro POP.

2.3 EU ME ORGANIZANDO POSSO DESORGANIZAR: O MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Não é o foco de nossa pesquisa realizar uma análise minuciosa sobre a luta e a contribuição dos movimentos sociais no Brasil. No entanto, devido à sua relevância para o estudo, optamos por fazer uma breve explanação a respeito do papel imprescindível destes em uma nação marcada pela criminalização das organizações políticas populares em diversos momentos da história.

Nesse sentido, Montañó e Duriguetto (2013) afirmam que durante os anos que antecederam a ditadura militar, as organizações da classe trabalhadora brasileira demonstraram grande força de mobilização, principalmente reivindicando as reformas de base, como a reforma agrária, urbana, tributária etc.

Entretanto, com o advento da ditadura militar, a partir de 1964, as organizações e movimentos que lutavam pela ampliação da autonomia política, econômica e de desenvolvimento do país, viram-se encurralados pelos incontáveis mecanismos de censura e violência orquestrados pelos militares.

Concomitantemente ao contexto repressivo, conforme expresso por Montañó e Duriguetto (2013), crescia o descontentamento e, conseqüentemente, surgiam sinais de resistência contra a barbaridade militar. Ampliaram-se também os protestos, as greves (principalmente via sindicatos) e as ações de luta armada nas áreas urbanas e rurais – as quais foram derrotadas posteriormente pela ditadura militar.

Posteriormente, em 1984, as potentes mobilizações que desencadearam as “Diretas Já!” estimularam o surgimento e a luta de outros movimentos de base.

Conforme visto no início deste trabalho, em 1989 é realizada a primeira eleição presidencial direta para o cargo de Presidente da República.

Acerca do processo de expansão dos movimentos sociais, Montañó e Duriguetto (2013, p.275) demarcam que:

[...] a partir da segunda metade dos anos 1980, principalmente devido às articulações ocorridas no processo da constituinte (1985-1988), temos a criação dos Fóruns Temáticos, como a criação em 1988 do Fórum Nacional de entidades não Governamentais de defesa dos direitos da criança e do adolescente (Fórum DCA). [...] Nos bairros da periferia das grandes cidades nascem diversos movimentos populares. Organizados localmente nos clubes de mães, nos grupos de jovens, de mulheres, de educação popular, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nas Pastorais Populares das igrejas, nas associações de moradores.

Na segunda metade dos anos 1970, destaca-se a eclosão da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que mais tarde influenciou a criação dos movimentos de luta pela terra, entre eles o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - que segue lutando pela reforma agrária popular, em favor da soberania alimentar, pelo acesso democrático à terra, contra a cultura oligárquica – considerado um dos maiores e mais importantes movimentos sociais da América Latina (Montaño; Duriguetto, 2013).

Muitos foram os movimentos (com distintas formas de organização e atuação) que surgiram nas últimas décadas e permanecem na arena política até os dias atuais.

A luta organizada por direitos da PSR, conforme supramencionado, despontou a partir de uma série de acontecimentos histórico-sociais envolvendo o ataque aos direitos elementares da população em situação de rua ao longo da construção do capitalismo brasileiro.

Vale destacar que a formação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) foi fruto da crescente indignação com a violência e a negação de direitos a que esse público está submetido. Seu surgimento ocorreu no início dos anos 2000 como resposta a diversos episódios de violência contra a População em Situação de Rua. Dentre eles, destaca-se o “Massacre da Sé” que aconteceu nos dias 19 a 22 de agosto de 2004 quando 16 pessoas em situação de rua foram agredidas e sete foram assassinadas na cidade de São Paulo. Esses episódios geraram diversas manifestações na busca de justiça. Desde então, o MNPR conquistou diversos avanços, dentre os quais podemos destacar a realização da primeira Pesquisa Nacional da População de Rua em 2008, a conquista de um assento no Conselho Nacional da Assistência Social em 2014 e no Conselho Nacional de Saúde em 2013.

O Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR é, portanto, fruto do processo de indignação, revolta e necessidade de organização estratégica da PSR, a fim de garantir, ampliar e coletivizar suas demandas e necessidades. Nesse sentido, compreendemos o MNPR como um marco histórico de altíssima relevância, pois se trata do primeiro movimento de alcance nacional organizado a partir da base e voltado à PSR.

Em Julho de 2023 o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Silvio Almeida, dialogou com representantes do MNPR sobre a urgência de articular uma política nacional para a PSR junto aos estados e municípios. Na ocasião, também foi destacado a importância do cumprimento das medidas elencadas na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976, que partiu da requisição dos partidos Rede Sustentabilidade, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Publicada em maio do ano passado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a referida arguição foi referendada no dia 22/08/2023 pelo Plenário do Supremo. De acordo com

a decisão, União, Estados, Distrito Federal e municípios estão obrigados a aderir às diretrizes contidas na PNPSR, entre as quais destacam-se:

- 1) A formulação pelo Poder Executivo Federal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, do Plano de Ação e Monitoramento para a Efetiva Implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;
- 2) Elaboração de um diagnóstico atual da população em situação de rua, com identificação do perfil, da procedência e de suas principais necessidades, entre outros elementos a amparar a construção de políticas públicas voltadas ao segmento;
- 3) Desenvolvimento de mecanismos para mapear a população em situação de rua no censo realizado pelo IBGE;
- 4) Incorporação na Política Nacional de Habitação das demandas da população em situação de rua;
- 5) Previsão de um canal direto de denúncias contra violência;
- 6) Elaboração de medidas para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à moradia, trabalho, renda, educação e cultura de pessoas em situação de rua;
- 7) Vedação ao emprego de técnicas de arquitetura hostil contra as populações em situação de rua; (BRASIL, 2022).

Em nota à imprensa publicada no dia 26/07/2023, o MDHC afirmou que está trabalhando para entregar o plano de ação antes do prazo estipulado pelo STF. No documento, o MDHC elenca ações que estão sendo elaboradas pelo Poder Executivo. Alguns pontos merecem ênfase:

- 1) desenvolvimento do Programa Moradia Primeiro, que dará prioridade à população em situação de rua no âmbito do Minha Casa Minha Vida, o que já foi aprovado em lei;
- 2) publicação do Decreto nº 11.472, em abril deste ano, que fortaleceu a participação e o controle social na implementação e monitoramento das políticas públicas voltadas a essa população por meio do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua - neste momento, inclusive, está sendo realizado o processo seletivo que irá escolher as entidades aptas a participarem do colegiado, com participação histórica de segmentos da sociedade civil e movimentos sociais;
- 3) instituição do programa de lavanderias – pontos de cidadania para a população em situação de rua (Pop Rua), com serviços de bebedouro, bagageiro, lavanderia, corte de cabelo, banheiro etc (BRASIL, 2023b, p.2).

Enfatiza-se que o MNPR teve papel central no processo de levantamento, elaboração de propostas e tensionamentos políticos que desencadearam as citadas determinações por parte do Judiciário. Alia-se a isto outras iniciativas que contaram com a participação direta do movimento, como o Colaboratório Nacional de População em Situação de Rua, lançado no dia 26 de maio de 2023, em um evento virtual transmitido pelo canal da Fiocruz Brasília. De acordo com o sítio eletrônico oficial do Colaboratório,

[...] trata-se de um projeto do Núcleo de Populações em Situações de Vulnerabilidade e Saúde Mental na Atenção Básica (Nupop) da Fiocruz Brasília, em conjunto com o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), a Clínica Luiz Gama de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e o Núcleo de Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). O Colaboratório tem como objetivos construir e operar estratégias de acompanhamento das políticas públicas específicas para a população em situação de rua (PSR), em contexto regional e nacional; qualificar pessoas com trajetória de rua no âmbito político da participação social; e incentivar e apoiar ações de qualificação das equipes e serviços que atuam com a PSR. Para alcançar esses objetivos, o Colaboratório se estrutura em torno de quatro eixos: Colegiado Gestor, Grupo de Pesquisa, Escola Nacional da PSR e Polos Descentralizados Volantes em cinco capitais (Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Salvador e Curitiba) (Marques, 2023, p.1).

Cabe no próximo capítulo, na análise sobre o período de emergência de saúde pública ocasionado pela pandemia de Covid-19, refletirmos a respeito das profundas implicações para a população em situação de rua - considerando as atrocidades cometidas pela gestão federal.

CAPÍTULO 3 - PANDEMIA DE COVID-19 E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

3.1 FACES DE UMA NOVA (VELHA) BARBÁRIE

A partir de março de 2020, quando da Declaração Mundial da Pandemia de Covid-19 por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS), ficou ainda mais evidente o caráter predatório e bárbaro do sistema socioeconômico vigente, bem como as refrações da questão social³ inerentes à dinâmica de produção e reprodução das relações sociais no bojo do capitalismo dependente brasileiro. Diante de um contexto de crise sanitária global, acentuado por uma conjuntura política, econômica e social extremamente adversa a nível nacional, a classe trabalhadora viu-se imersa em um fatídico momento histórico. Tal cenário reforçou a vocação genocida, privatista e antipovo do ideário neoliberal – à época maximizado pelo governo genocida de Jair Messias Bolsonaro e sua corja.

Estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontavam uma taxa de desemprego de 14,7% no 1º semestre de 2021. A porcentagem representava cerca de 14,8 milhões de brasileiros(as). A título de comparação, o mesmo instituto indica que a taxa de desemprego encontra-se (outubro de 2023) em 8,0% - o equivalente a 8,6 milhões de pessoas.

A condição de insegurança alimentar foi outro aspecto que assolou o país. De acordo com a pesquisa intitulada *Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil* (Galindo et al. 2021), realizada entre os meses de novembro a dezembro de 2020, por pesquisadores(as) da Freie Universität Berlin, da Alemanha, em parceria com a

Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mostram 59% dos domicílios brasileiros estão situação de insegurança alimentar durante a pandemia, 44% reduziram o consumo de carnes e 41% o consumo de frutas.

Soma-se a isso o processo avassalador de contrarreformas efetuadas recentemente: trabalhista e previdenciária; e de privatizações: setores estratégicos do Sistema Único de Saúde, Eletrobrás, BR Distribuidora, entre outras, além da Emenda Constitucional 95 (EC 95) - aprovada durante o governo golpista de Michel Temer, em 2016 - que congela por vinte anos os investimentos públicos em áreas fundamentais como saúde, educação e proteção social. Discute-se ainda a contrarreforma administrativa (PEC 32/2020), que permitirá, entre outras aberrações, a contratação de servidores públicos por prazo determinado, sem concurso público - e a privatização dos Correios (serviço público reconhecido pela sua qualidade e premiado internacionalmente).

Desprovida de direitos basilares: moradia, emprego formal, alimentação, saneamento básico etc., a PSR sofreu de maneira ainda mais aguda os rebatimentos da conjuntura. Os embaraços das condições de vida - amplificados durante a pandemia - e a supressão de direitos historicamente conquistados cristalizam o cenário extremamente destrutivo vivenciado por essa população.

Dados da pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2020 demonstraram um crescimento substancial da estimativa de pessoas em situação de rua no Brasil: de 92.515 em 2012; saltando para 221.869 em 2020.

A Prefeitura da cidade de São Paulo, epicentro do capitalismo tupiniquim, historicamente conhecida pelos seus arranha-céus e também pelas misérias produzidas pelo sistema socioeconômico corrente, realizou um novo Censo da População em Situação em Situação de Rua, entre outubro e dezembro de 2021. Dados da referida pesquisa evidenciam que há cerca de 31.884 pessoas vivendo nas ruas da megalópole paulista, o que estampa um aumento de 7.540 em relação ao identificado no censo feito no ano de 2019 (24.344); o dobro do registrado no Censo de 2015 (15.905).

Apesar dos estudos mais recentes demonstrarem um aumento avultado de pessoas em situação de rua, entidades, organizações da sociedade civil e militantes inseridos na luta cotidiana em defesa dos direitos da PSR enfatizam o caráter reducionista das pesquisas. Sabe-se que há em curso um processo de subnotificação do mapeamento dessa população, a exemplo do que ocorreu com os casos de Covid-19, sobretudo nas camadas da classe trabalhadora que mais foram afetadas durante a pandemia: mulheres, negros/as, quilombolas, indígenas, moradores/as de periferias, etc. Dessa maneira, os números não refletem a realidade das ruas,

desencadeando dificuldades para o desenvolvimento de políticas públicas ampliadas para o atendimento das necessidades da PSR, especialmente diante de um panorama de expressivo crescimento de contingente.

Outro dado relevante obtido no Censo de 2021 diz respeito à distribuição das pessoas em situação de rua por cor/raça/etnia: pessoas declaradas pardas (47,1%); pessoas declaradas brancas (25,8%); pessoas declaradas pretas (23,7%); pessoas que se declararam de etnia/cor amarela (0,8%); indígenas (0,8%) e 1,7% não souberam ou não quiseram responder à questão. Isto significa que a maior parte (70,8%) da PSR situada na cidade de São Paulo é composta por pessoas pretas e pardas, o que cristaliza o cunho racista característico de um país com raízes fortemente coloniais como o Brasil.

Em relação à distribuição das pessoas em situação de rua por sexo, a pesquisa demonstra que 83,4% são do sexo masculino, e 16,6% do sexo feminino. No tangível à distribuição das pessoas em situação de rua por identidade de gênero, 80,1% dos entrevistados se declararam homens cisgênero, 16,9% mulheres cisgênero, 1% agênero, 0,8% mulher transexual, 0,3% homem transexual, 0,2% travesti e 0,2% não binário e 3% expressaram identidade de gênero diferente da cisgênero.

Tal conjunção evidenciou, ainda mais, o caráter desigual, trágico e vilipendioso orquestrado pelo governo federal da época, como parte de um projeto político de genocídio direcionado à classe trabalhadora brasileira, que privilegiava a manutenção dos interesses do mercado e expansão da miséria, em detrimento das reais necessidades e anseios da população. Não obstante, serviu também para desvelar o mito da democracia burguesa-liberal e suas fáticas promessas eleitoreiras e “palanquiais” de avanço, desenvolvimento e progresso societário.

Vale salientar que, diante de um panorama extremamente funesto como aquele, a “invisibilidade social” da PSR expressou-se de maneira ainda mais aguda. Despida de políticas sociais efetivas, proteção social robusta, dignidade, respeito, assistência à saúde, emprego e renda, moradia, alimentação, lazer etc., sobejou-se apenas a arbitrariedade, a fome, a truculência estatal, o racismo, a negação de direitos, a criminalização, a marginalização histórica, os estigmas, as discriminações e violências das mais variadas formas.

Neste horizonte, as particularidades das pessoas em situação de rua requerem ênfase, pois trata-se de uma população que vive em condições peculiares, conforme exposto. Consequentemente, encontrou-se mais vulnerável à infecção e complicações decorrentes da Covid-19. Soma-se a isso o fato de que a PSR sempre foi tida, sob a ótica da burguesia, como improdutiva, ineficaz, desprezável, supérflua e, contraditoriamente, extremamente necessária à produção, reprodução, acumulação e expansão do capital. O sistema capitalista, no decorrer

de suas típicas oscilações cíclicas, faz germinar, especialmente durante os períodos de crise, um extenso quantitativo de trabalhadores/as sobranceiros.

Isto posto, concordamos que a PSR encontra-se na fração do proletariado a qual Marx (2013) denominou de “superpopulação relativa”, “população excedente” ou “exército industrial de reserva”

O modo de produção especificamente capitalista, o desenvolvimento a ele correspondente da força produtiva do trabalho e a alteração que esse desenvolvimento ocasiona na composição orgânica do capital não se limitam a acompanhar o ritmo do progresso da acumulação ou o crescimento da riqueza social. [...] Dessa maneira (GRIFO), a lei de população é peculiar ao modo de produção capitalista, tal como, de fato, cada modo de produção particular na história tem suas leis de população particulares, historicamente válidas. [...] Se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado (Marx, 2013, p.706-707)

Nesse mesmo caminho, Silva (2009, p. 97) sublinha que, “A reprodução do fenômeno população em situação de rua vincula-se ao processo de acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção pelo capitalismo”.

Marx (2013) ainda diferencia a superpopulação relativa em três conformações: flutuante - aqueles/as trabalhadores/as que ora são dispensados, ora atraídos novamente para o mercado de trabalho; latente - parte da população do campo que migra para os centros urbanos; e parte do campesinato que permanece trabalhando no campo, mas com salário reduzido); estagnada - composta pela camada do proletariado que encontra-se ativa no mercado de trabalho, porém com empregos “irregulares”, ou melhor, desregulamentados; trabalhando muito e recebendo pouco.

Mais adiante, o autor cita a existência de outro sedimento que, de acordo com ele, é o “mais baixo da superpopulação relativa e reside no campo do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito.” (Marx, 2013, p.719). E complementa afirmando que há, no interior desse sedimento, três categorias: “aqueles/as trabalhadores/as ‘aptos/as ao trabalho’; ‘os/as órfãos/as e os/as filhos/as de indigentes’; e, por fim, os/as degradado/as, maltrapilho/as, incapacitados/as para o trabalho”. (Marx, 2013, p.719).

Essas análises são de fundamental relevância para refletirmos acerca do fenômeno

população em situação de rua na contemporaneidade, apreendendo-o, conforme expresso inicialmente, enquanto fruto da própria forma de ser e de existir do capitalismo. De modo que este último busca, ininterruptamente, através de seus dirigentes, a dilatação da lucratividade.

A pandemia acometeu o mundo todo, todavia, de maneira diferenciada os países da periferia do capitalismo. Particularmente no Brasil, o período reforçou o que diversos/as estudiosos/as Boschetti; Salvador (2006), Salvador (2017), (BRAVO et al., 2020) vinham descortinando através de estudos realizados nos últimos anos – o desmonte do financiamento da Seguridade Social e os retrocessos decorrentes desse processo.

A base de financiamento da Seguridade Social é diversa, ou seja, compete às três dimensões de gestão do SUAS - União, estados e municípios, destinar recursos para assegurar seu pleno funcionamento, conforme explicitado no Art. 194 da Constituição Federal. Entretanto, os sucessivos ajustes fiscais - diminuindo a intervenção estatal em áreas estratégicas - colocaram o país em uma posição altamente frágil. O Sistema Único de Saúde (SUS), constitucionalmente universal, não foi capaz de absorver as volumosas demandas da Covid-19, e entrou em colapso.

Assinala-se, porém, que o orçamento do SUS já vinha sofrendo duros ataques antes mesmo da pandemia, conforme argumenta (Boschetti; Behring, 2021, p. 76): “o orçamento federal para a saúde já vinha desde 2015 congelado no patamar de 1,7% do PIB, o que não foi revertido com a leve recomposição feita pelo ‘orçamento de guerra’ na saúde”.

Milhares de profissionais de saúde foram sujeitos a extensas jornadas de trabalho, muitas vezes sem conseguir acessar os equipamentos de proteção individuais adequados. Por outro lado, grande parcela da classe trabalhadora, atravessada por frágeis relações e condições de trabalho, perdeu o emprego. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), a taxa de desemprego em 2020 (primeiro ano de pandemia) chegou a atingir 13,5%.

No intervalo de um ano, a população ocupada reduziu 7,3 milhões de pessoas no país, chegando ao menor da série anual (86,1 milhões). Com isso, pela primeira vez, menos da metade da população com idade para trabalhar estava ocupada no país. Em 2020, o nível de ocupação foi de 49,4% (IBGE, 2021, p.1)

As ações desenvolvidas pelo governo federal que tiveram como objetivos atender às específicas demandas dessa população e conter a transmissão do vírus de modo seguro, foram planejadas unilateralmente, sem a participação massiva de estados e municípios. O que se viu foram ações isoladas, fragmentadas e pontuais em determinados estados e municípios

brasileiros, sobretudo durante o inverno, articuladas principalmente entre serviços de saúde, assistência social, universidades e sociedade civil.

Cabe destacar, o papel preponderante dos movimentos sociais no processo de solidariedade de classe que se espalhou pelo país durante a pandemia, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que criaram cozinhas comunitárias e campanhas expressivas de distribuição de alimentos e kits de higiene pessoal para os segmentos pauperizados da classe trabalhadora, entre elas a PSR. Diante da ausência do Estado e da sistemática degradação das políticas públicas, instituições religiosas e entidades do terceiro setor também agiram no sentido de atender às necessidades objetivas e imediatas dos/as trabalhadores/as.

O aumento galopante de pessoas em situação de rua em todo o país é mais uma evidência da aptidão predatória do capitalismo dependente. Longe de ser uma “nova problemática”, o enfrentamento ao fenômeno requer o compromisso do conjunto da sociedade.

O Serviço Social tem papel fundamental nesse processo, pois é uma profissão que possui compromisso intransigente com a classe trabalhadora e tem como um de seus objetivos centrais a emancipação humana e a qualidade dos serviços prestados.

Todavia, é necessário não cair na ilusão do hipotético caráter “revolucionário” das políticas sociais. Desse modo, é tarefa urgente aquecer a crítica inexorável às incalculáveis refrações do capitalismo e seus representantes – levando em consideração as particularidades conjunturais do terreno latino-americano. O trabalho profissional deve forjar-se na direção de outro projeto societário, de modo a articular teoria e prática, trazendo à luz dos espaços sócio-ocupacionais socialização de informações, debates sobre combate às opressões, ao racismo, e a possibilidade de reflexão, construção, organização e enfrentamento do imediatamente posto.

3.2 MEDIDAS DE CARÁTER EMERGENCIAL DESENVOLVIDAS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Conforme exposto ao longo desta pesquisa, o Brasil vive, desde o golpe Parlamentar efetivado pela direita em 2016, mergulhado em um crise sistêmica que se expressa de inúmeros modos: avanço do neoconservadorismo, expansão da extrema-direita, apologia à violência, perseguição e extermínio das camadas populares da sociedade, desfinanciamento de políticas públicas, precarização do trabalho, desmantelamento dos serviços públicos, aumento da fome e do desemprego, militarização da vida, privatizações, e uma série imensa de ataques à classe que vive do trabalho. O governo reacionário de Jair Messias Bolsonaro representa o

reacionarismo de extrema-direita que naturaliza a barbárie e suas nuances.

Destarte, buscaremos trazer à luz da discussão algumas políticas públicas e/ou medidas emergenciais criadas ou reeditadas durante a pandemia da Covid-19 voltadas à PSR. Para tanto, foram consultados documentos e dados publicados em plataformas e documentos oficiais do Governo Federal e da cidade de Uberlândia/MG, além da pesquisa elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano de 2023.

Em meio ao desastre orquestrado pelo governo Bolsonaro no decurso da pandemia, que até o momento (14/09/2023) apresenta, de acordo com o Ministério da Saúde, números assustadores de óbitos (705.494) e totaliza 37.789.040 de casos confirmados. Se levarmos em consideração a subnotificação, tais números podem ser ainda mais expressivos. Profissionais de saúde, pessoas negras, indígenas e pobres foram as maiores vítimas da pandemia (LOTTA, 2021).

Não obstante, estima-se que os óbitos de pessoas em situação de rua tenham sido igualmente acentuados. É certo que o advento da pandemia afetou de maneira desigual a população brasileira. Enquanto parte da sociedade permanecia em casa, respeitando o isolamento social, outra parcela de trabalhadores/as foi obrigada a trabalhar, utilizando transportes coletivos superlotados, ou seja, expostas ao vírus. A ausência de estudos, pesquisas e dados precisos sobre vacinação, contágio e mortes da PSR torna ainda mais difícil dimensionar a catástrofe ocasionada pela omissão, sobretudo do Governo Federal, no tocante ao enfrentamento da pandemia. Conforme veremos adiante, as medidas aplicadas pelas gestões (federal e municipal) voltadas à PSR foram residuais, focalizadas e paliativas - isto é, na contramão das estratégias de intersetorialidade (de modo articulado com outras políticas públicas).

Antes de analisarmos os gráficos, realizaremos uma rápida contextualização sobre o município de Uberlândia, a fim de situarmos e vincularmos a discussão teórica ao universo da pesquisa. A cidade encontra-se na Região do Triângulo Mineiro – também conhecida como Sertão da Farinha Podre. A ocupação da região e seu desenvolvimento estão intrinsecamente relacionados ao período do ciclo do ouro no Brasil. Durante a época colonial, a escassez de minérios nas áreas auríferas das 'Geraes' levou à dispersão da população em direção a outras regiões. Nesse contexto, o Triângulo desempenhou um papel importante como fornecedor periférico de metais e como ponto de apoio aos núcleos mineratórios do Centro-Oeste, além de suprir essas áreas com alimentos. Com o declínio da atividade mineradora, a região experimentou um aumento significativo da população. No entanto, mesmo com esse crescimento, algumas áreas ainda eram consideradas como "região vazia". Através de um decreto assinado no dia 7 de junho de 1888, as freguesias de Santa Maria e São Pedro de Uberabinha tornaram-se vilas. No dia 31 de agosto daquele ano, foi criado o município de São Pedro de Uberabinha, atual

Uberlândia, emancipando-se de [Uberaba](#) (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA, 2023c)

Dados obtidos no último censo 2022 (IBGE, 2023b) revelam que o município possui uma

[...] população de 713.232 pessoas – sendo, assim, a segunda maior do estado de Minas Gerais. Em 2021, o salário médio mensal era de 2.6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 35.1%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 29 de 853 e 20 de 853, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 414 de 5570 e 298 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 27.2% da população nessas condições, o que o colocava na posição 835 de 853 dentre as cidades do estado e na posição 5127 de 5570 dentre as cidades do Brasil. A Taxa de Escolarização de 6 a 14 anos de idade, em 2010, era de 98%. A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 8.23 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.4 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 459 de 853 e 421 de 853, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3188 de 5570 e 3606 de 5570, respectivamente. Apresenta 98.2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 95.2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 33% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 2 de 853, 30 de 853 e 309 de 853, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 59 de 5570, 875 de 5570 e 1064 de 5570, respectivamente. Atualmente ocupa a 23ª posição no ranking dos melhores PIBs do Brasil, sendo a área de prestação de serviços (terciário) a maior fonte geradora do PIB, seguida da indústria (há diversas empresas multinacionais situadas na cidade). De acordo com o balanço feito a partir do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, o município teve um saldo de 2.032 postos de trabalhos abertos no primeiro semestre de 2023.

Entretanto, a grandeza do PIB e os demais números imponentes da economia não converteram-se em investimento massivo no campo das políticas sociais e, consequentemente, em ações qualificadas, robustas e bem construídas ao longo da pandemia. A população em situação de rua local aumentou substancialmente, conforme veremos. Enquanto isso, as medidas emergenciais (sempre provisórias) elaboradas durante o período pandêmico seguiram a lógica da cartilha neoliberal: não atingiram (e continuam não atingindo) – nem de longe – a raiz da questão.

Quadro 1 - Medidas emergenciais aplicadas na cidade de Uberlândia/MG para a PSR no contexto da pandemia.

Categoria	Ações
-----------	-------

Serviços	Criação de um espaço de quarentena para a permanência de pessoas encaminhadas em umas das instituições de acolhimento do município
Alimentação	Oferta de alimentação nas instituições de acolhimento
Orientação	Reforçadas orientações sobre prevenção ao contágio e disponibilização de equipamentos de proteção e prevenção ao coronavírus – ações realizadas pela equipe do Centro Pop e da Abordagem Social
Higiene	Distribuição de kits de higiene pessoal no Centro de Referência Especializado para População de Rua e Migrante e nas instituições de acolhimento
Saúde	Encaminhamento de pessoas que apresentavam sintomas e/ou suspeita de contaminação para local específico e posterior testagem de Covid-19
Acolhimento provisório	Acolhimento institucional específico para pessoa com suspeita de Covid-19

Fonte: PREFEITURA DE UBERLÂNDIA (2021)

Constata-se que parte das referidas ações foram realizadas por serviços vinculados ao terceiro setor. O município de Uberlândia possui uma vasta Rede de Proteção Social “privatizada”, composta por dezenas de instituições “subvencionadas” pela Secretaria de Desenvolvimento Social. De acordo com os dados publicizados pela gestão municipal, atualmente há vinte e oito (28) entidades não-governamentais no âmbito dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Proteção Social Básica); quatro (4) equipamentos desenvolvem o Serviço de Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho; dez (10) ofertam Serviços de Atendimento para Pessoas com Deficiência; e quatro (4) ofertam ações classificadas como “assistenciais” - destas últimas, todas são vinculadas às instituições religiosas. No campo da Proteção Social Especial de Média Complexidade, o cenário é o seguinte: um/a (1) Serviço de Atendimento Especializado à Família e Indivíduos; dois (2) Serviços de defesa de direitos da Criança e Adolescente/Família. E, por fim, a esfera da Proteção Social Especial de Alta Complexidade encontra-se organizada da seguinte maneira: cinco (5) entidades ofertam serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes; um/a (1) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; um/a (1) Programa de Apadrinhamento; um/a (1) Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em situação de Violência; três (3) Serviços de Acolhimento Institucional para Idoso; e quatro (4) Serviços Especializados para População em Situação de Rua (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA, 20--])

Dados do último Censo (IBGE 2023a), porém, mostram que o município possui cento e duas (102) “Fundações privadas e associações sem fins lucrativos” e “Entidades sem fins lucrativos” inseridas no grupo de classificação “Assistência Social”. Ainda segundo o

levantamento, essas instituições empregam 1.731 pessoas (terceira área que mais emprega). Os maiores empregadores são: Educação e Pesquisa (4.273) e Saúde (3.882).

Tais números suscitam um debate central no trato das formas de resposta do Estado frente às múltiplas refrações da “questão social” na contemporaneidade: as estratégias de “refilantropização” e consequente transferência de responsabilidades. Em outras palavras, há, nesse processo, um movimento de desresponsabilização social por parte do Estado, que transfere às iniciativas do terceiro setor a incumbência de oferecer serviços socioassistenciais à população pauperizada (Montaño, 2002).

Segundo Montaño (2002), o terceiro setor, ou seja, as ONGs e demais organizações de iniciativa privada “sem fins lucrativos”, tornaram-se instrumentos estratégicos neoliberais de resposta para as sequelas da questão social. O autor afirma que as refrações da questão social, antes sob responsabilidade prioritária do Estado, acabam se transformando em atividades localizadas e de auto-responsabilidade dos sujeitos portadores das carências; atividades desenvolvidas por voluntários ou implementadas em organizações sem garantia de permanência, sem direito.

O que era de responsabilidade do conjunto da sociedade passa a ser de (auto-)responsabilidade dos próprios sujeitos afetados pela —questão social; o que era sustentado pelo princípio da solidariedade universal passa a ser sustentado pela solidariedade individual, micro, o que era desenvolvido pelo aparelho do Estado passa agora a ser implementado no espaço local, o que era constitutivo de direito passa a ser atividade voluntária, fortuita, concessão, filantropia, passa a ser um não-direito do cidadão (MONTAÑO, 2002, p.11).

Além de instituir um processo perverso de transferência de responsabilidades, o Estado acaba por exonerar o grande capital dessa função “interventiva” no trato da questão social, fazendo recair sobre os setores da “sociedade civil”, sobretudo de suas camadas mais pauperizadas, os custos e a realização de tais atividades.

Ora, se temos hoje uma vasta diminuição da intervenção estatal, via privatização das políticas e serviços sociais (tanto para o âmbito lucrativo do mercado, quanto para o “terceiro setor”), via terceirização dos mesmos, via recorte dos gastos sociais, passando esta ação cada vez mais para a responsabilidade dos próprios sujeitos portadores de necessidades, isto não só significa a retirada parcial do Estado desta função, mas fundamentalmente a passagem de uma responsabilidade do conjunto da sociedade em financiar esta ação estatal para uma auto-responsabilidade dos necessitados pela solução dos seus próprios carecimentos. Isto significa que passa a haver um auto-financiamento pelos próprios sujeitos carenciados, complementado pela participação voluntária.

A ação social deixa de ser financiada pelo conjunto da sociedade, pelo capital, pelo trabalho, etc. e passa agora a ser cada vez mais financiada pelos setores carenciados, mais ligados aos trabalhadores de média e baixa renda. O capital deixa de ser obrigado a co-financiar as políticas sociais estatais; passa-se de uma “solidariedade sistêmica” (mediante a contribuição compulsória e diferencial) para uma “solidariedade individual e voluntária” (segundo os princípios da “auto-ajuda” e da “ajuda-mútua”). O capital, assim, se desonera da contribuição compulsória. Sua intervenção na “ação social” assume a forma voluntária de “doação” (segundo sua “consciência cidadã” e sua “responsabilidade social”), não de obrigação (Montaño, 2002, p.08)

Outro fator problemático que envolve as instituições do terceiro setor, é o fato destas, em geral, não terem condições de autofinanciamento. Sendo assim, recorrem a transferências do fundo público para seu funcionamento. Ou seja, recursos públicos que poderiam ser investidos em políticas públicas com caráter universalista, igualdade de acesso e solidariedade, estão sendo injetados em instituições e ações focalizadas, pontuais. As medidas supramencionadas, de caráter desarticulado e descontinuado, que em muitos casos redirecionam a responsabilidade estatal para o terceiro setor, corroboram com os dados obtidos por outras pesquisas realizadas ao longo da pandemia, em outros estados brasileiros, conforme veremos mais adiante. Toda essa trama ideológica por parte do Estado tem como um de seus desígnios a desarticulação do povo trabalhador, e a “assistencialização” da miséria, em detrimento da expansão de políticas sociais universais, assim como nos mostra Iamamoto:

Verifica-se uma ampla investida ideológica por parte do capital e do Estado voltada à cooptação dos trabalhadores, agora travestidos em ‘parceiros’ solidários aos projetos do grande capital e do Estado. Essa investida é acentuada pela “assistencialização” da pobreza contra o direito ao trabalho, transversal às políticas e programas sociais focalizados, dirigidos aos segmentos mais pauperizados dos trabalhadores, com marcantes incidências na capacidade de mobilização e organização em defesa dos direitos (Iamamoto, 2009, p.15).

Salienta-se, conforme explicitado no QUADRO 1, que no município em questão há um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e Migrante, o qual foi instituído a partir da Lei nº 11.674, de 27 de dezembro de 2013. O referido serviço

[...] realiza um trabalho de proteção social à população em situação de rua e migrantes, através de abordagem social, triagem, prestação de orientações, além de fazer encaminhamentos necessários, de acordo com a demanda apresentada, e efetuar o monitoramento nas ruas da cidade, principalmente nas áreas de maior fluxo desta população (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA, 2023a, p.1)

De acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua (BRASIL,

2009a) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014), o Centro Pop constitui-se em:

[...] serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.” Outrossim, “deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Proporciona endereço institucional para utilização, como referência, do usuário.

Nesse sentido, nota-se a vasta abrangência de ações profissionais/institucionais que devem ser ofertadas no âmbito do Centro Pop.

Entretanto, analisando os dados disponíveis no sítio eletrônico da própria Prefeitura de Uberlândia, não foi possível identificar informações relacionadas à disponibilidade de espaços de guarda de pertences, local adequado para higienização pessoal e oferta de alimentação, por exemplo. Diante desse contexto, surgem algumas perguntas fundamentais: os serviços socioassistenciais, as demais políticas públicas setoriais e outros órgãos vinculados ao Sistema de Garantia de Direitos desenvolvem um trabalho pautado e fundamentado em princípios éticos associados à justiça social, à cidadania, à dignidade humana, ao respeito à diversidade, aos reais interesses e necessidades da população usuária? As singularidades do território e as potencialidades dos recursos locais e regionais estão sendo respeitadas e utilizadas para elaborar, acompanhar e monitorar as políticas públicas, conforme preconiza a PNPSR? A gestão municipal possui ações que incentivam e apoiam a participação da PSR nas instâncias de elaboração, monitoramento e controle social? E mais: uma Rede de Proteção Social (que deveria ser composta por serviços essencialmente públicos), quando compartilha a órbita de responsabilidades, objetivos, princípios, diretrizes e atribuições elencadas nas legislações pertinentes com ONGS, instituições religiosas e demais corporações de caráter privado, estão de fato assegurando direitos, democratizando e universalizando o acesso às políticas de atenção à PSR?

Essas são questões imprescindíveis para que se possa observar, compreender, dimensionar e refletir as particularidades da PSR da cidade. Somente a partir disso, poderá se planejar e elaborar respostas mais radicais, efetivas e democráticas no que tange à PSR. A expansão da PSR, fenômeno que permeia os quatro cantos do país, é uma drástica manifestação da questão social constatada em inúmeros estudos, ano após ano. É, portanto, urgente a ampliação e adensamento de pesquisas, censos e demais materiais que explicitem a realidade social dos grupos subalternizados, historicamente tratados como “improdutivos”, “supérfluos”,

“descartáveis”.

Desde 2013, todos os municípios brasileiros precisam informar se há algum tipo de estudo, levantamento ou pesquisa que estime o número de pessoas em situação de rua localmente. A partir disso, os dados são enviados para o Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome, através do Censo Suas. Portanto, essa ainda é a principal fonte de dados sobre o tema (Natalino, 2023).

De acordo com dados extraídos do CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico – ferramenta do Governo Federal que permite acessar dados socioeconômicos de pessoas/famílias inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais -, o município de Uberlândia possuía, em agosto de 2023, cerca de 800 famílias em situação de rua.

Conforme demonstra o levantamento realizado pelo IPEA (Natalino, 2023, p.10), “estima-se que, em 2022, existiam 281.472 pessoas em situação de rua no Brasil. O número é 38% maior que o valor estimado em 2019, e 211% superior ao estimado uma década atrás, em 2012.”

Quadro 2 - Número de pessoas em situação de rua no Brasil (2012-2022)

Ano	População em situação de rua estimada
2012	90.480
2013	96.246
2014	106.650
2015	123.104
2016	138.785
2017	160.614
2018	184.749
2019	204.660
2020	214.451
2021	232.147
2022	281.472

Fonte: Natalino (2023)

Os números cristalizam o que já vem sendo estudado, dito e denunciado há muito tempo no tocante aos degradantes rebatimentos da lógica neoliberal sobre as políticas sociais, sobretudo quando se trata de direitos elementares para a classe trabalhadora - como moradia, alimentação, saúde, educação etc. A regressão de direitos operada pela extrema-direita que governou o país de 2018 a 2022, refletiu-se em todas as dimensões da vida social, e ainda mais brutalmente nas camadas mais pauperizadas da sociedade. Com isso, muitas pessoas se viram sem emprego, sem moradia, sem emprego, sem alimentação e sem políticas públicas efetivas, que fossem capaz de garantir o mínimo de dignidade humana.

Durante a pandemia, o Governo Federal, na contramão do mundo, disseminou e

incentivou o discurso antivacina, foi contra o fechamento do comércio, não acatou às diversas orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), não criou programas abrangentes de distribuição de alimentos, não elaborou um plano de construção de moradias populares, inicialmente foi contra o Auxílio Emergencial de R\$600,00 (houve pressão da oposição e da população para que o projeto fosse aprovado), demorou a efetuar a compra de vacina, enviou tardiamente oxigênio e insumos hospitalares para os estados, atacou frontalmente o Fundo Público (aprofundando os cortes de investimentos em áreas estratégicas), entre outras medidas bárbaras que acentuaram a gravidade do contexto pandêmico e fizeram com que o país ultrapassasse 700 mil mortes por covid-19. Os/as mais afetados por todas essas ações antipopulares foram os grupos historicamente explorados, marginalizados e violentados de inúmeras formas.

Aqueles/as que compõem as camadas mais empobrecidas de um Brasil colaborador assíduo do movimento de acumulação primitiva capitalista nacional e internacional, que teve sua formação sócio-histórica marcada pelo sequestro e massacre dos povos indígenas, quilombolas, da população ribeirinha, daqueles/as expulsos/as de suas terras pelos predatórios agentes do agronegócio e da mineração. Enquanto a população em situação de rua, os/as negros/as, as populações periférica e LGBTQIA+ e as mulheres enfrentavam desigualmente os efeitos das crises política, econômica e de saúde pública; o presidente Jair Messias Bolsonaro, seus ministros e aliados permaneciam incentivando aglomerações via motocicletas e demais, enquanto o povo trabalhador continuava indo em busca de sua subsistência diária, correndo o risco de contaminação em transportes lotados. Dessa forma, há a vulnerabilização e intensificação da desigualdade social, ocasionando o aumento significativo da PSR como pode ser visto no Quadro 2.

Logo abaixo, o Quadro 3 apresenta o número de famílias em situação de rua na cidade de Uberlândia, entre 2019 e 2023. Evidencia-se o crescimento significativo (cerca de 32%) nos últimos quatro anos. Ademais, chama atenção o aumento, desde 2020 – ano em que foi decretado o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia -, da PSR no citado município.

Quadro 3 – Número de famílias em situação de rua* na cidade de Uberlândia/MG (2019-2023), de acordo com os dados do CadÚnico**

Ano	Pessoas em situação de rua estimada
2019	606
2020	579
2021	528
2022	643

2023	803
------	-----

* nomenclatura utilizada no GPTE CadÚnico

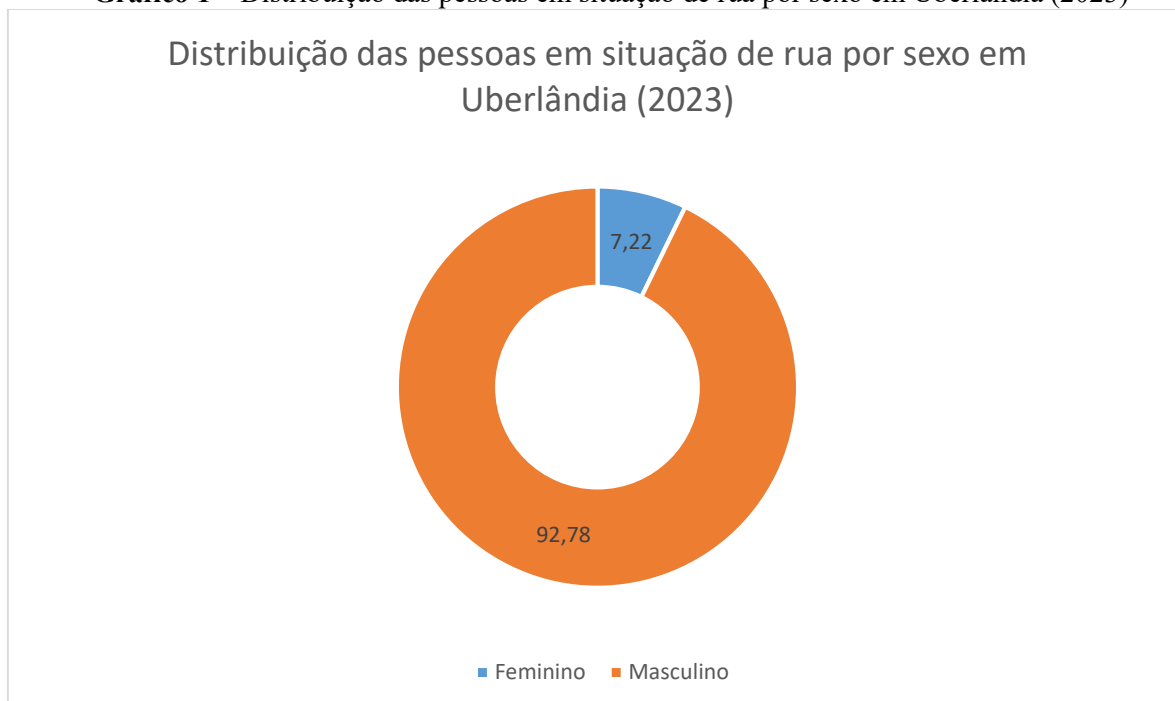
Fonte: GPTE CadÚnico

Em Junho de 2020, em plena pandemia, a Prefeitura de Uberlândia solicitou o descredenciamento do Programa Consultório na Rua junto ao Ministério da Saúde, alegando que estava com dificuldade de contratar novos profissionais para compor a equipe. Ou seja, um dos principais serviços voltados exclusivamente à PSR foi, de modo antidemocrático, simplesmente encerrado, deixando a referida população ainda mais descoberta e distante da rede de saúde, pois funcionava de modo itinerante, realizando atendimentos nas ruas e atuando como um elo fundamental entre a PSR e os demais serviços que compõem a rede de saúde local, como o Hospital das Clínicas, UBS, Unidades de Pronto Atendimento etc. O Programa, inclusive, fazia parte do Plano Municipal de Saúde do município para o período 2018-2021.

Diante do descaso da gestão municipal, o Ministério Público Federal (MPF) ingressou com uma Ação Civil Pública (ACP) exigindo que a Prefeitura retomasse os atendimentos. Um ano após a suspensão, a gestão municipal firmou acordo com o MPF e reabilitou o PcR. Ao longo do ano de 2022, a equipe do programa realizou mais de quatro mil atendimentos – reforçando, assim, sua imprescindibilidade.

O gráfico 1, a seguir, demonstra que 92,78% das pessoas em situação de rua na cidade são do sexo masculino, enquanto 7,22% são do sexo feminino.

Gráfico 1 – Distribuição das pessoas em situação de rua por sexo em Uberlândia (2023)



Fonte: Elaborado pelo autor.

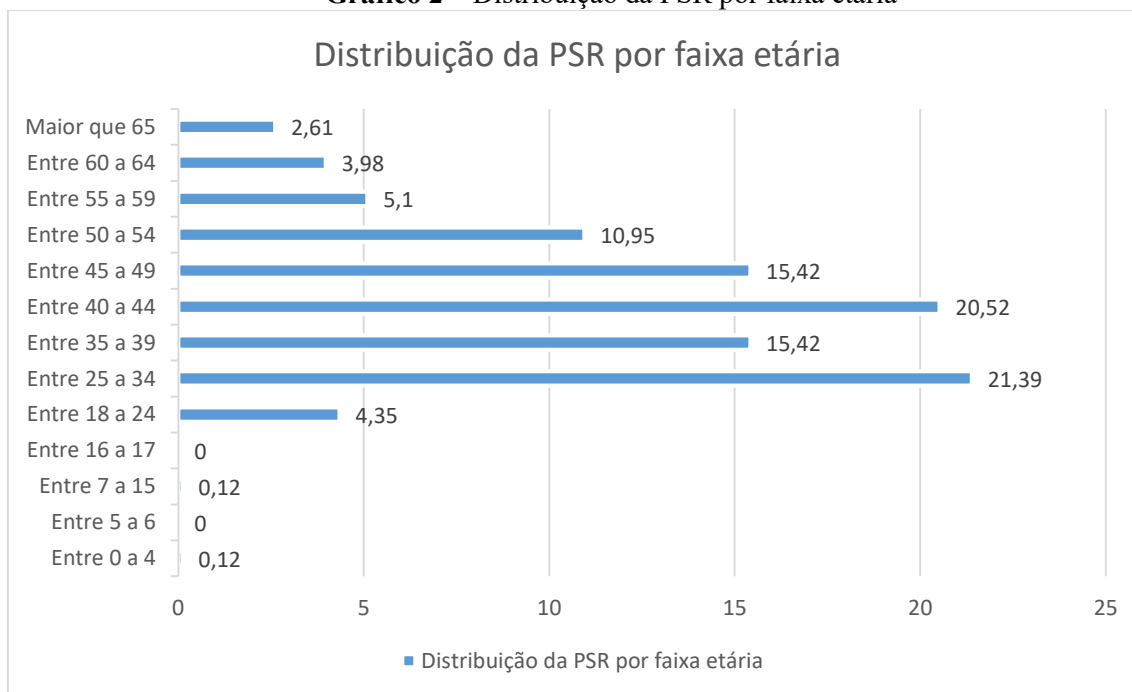
Os dados coletados expressam uma vasta diferença na quantidade de homens e mulheres em situação de rua. Sublinha-se que não consta na plataforma CECAD a variável “identidade de gênero” e, por essa razão, trouxemos apenas a porcentagem relativa aos “sexos”.

A discrepância nos números entre homens e mulheres em situação de rua identificados/as na cidade de Uberlândia também pode ser observada quando aplicado o filtro de pesquisa a nível federal (88,45% homens; 11,55% mulheres).

Segundo estudo elaborado por Rodrigues (2009), pode-se inferir que a menor presença de mulheres em situações de rua, em comparação com os homens, pode ser consequência das inúmeras dificuldades que elas enfrentam devido às desigualdades enraizadas no sistema de sexo/gênero em nossa sociedade, tem-se como referência: violência doméstica, sobrecarga e culpabilização resultante do trabalho reprodutivo, entre outros fatores.

Em seguida, no Gráfico 2, observaremos a distribuição da PSR por faixa etária.

Gráfico 2 – Distribuição da PSR por faixa etária



Fonte: Elaborado pelo autor.

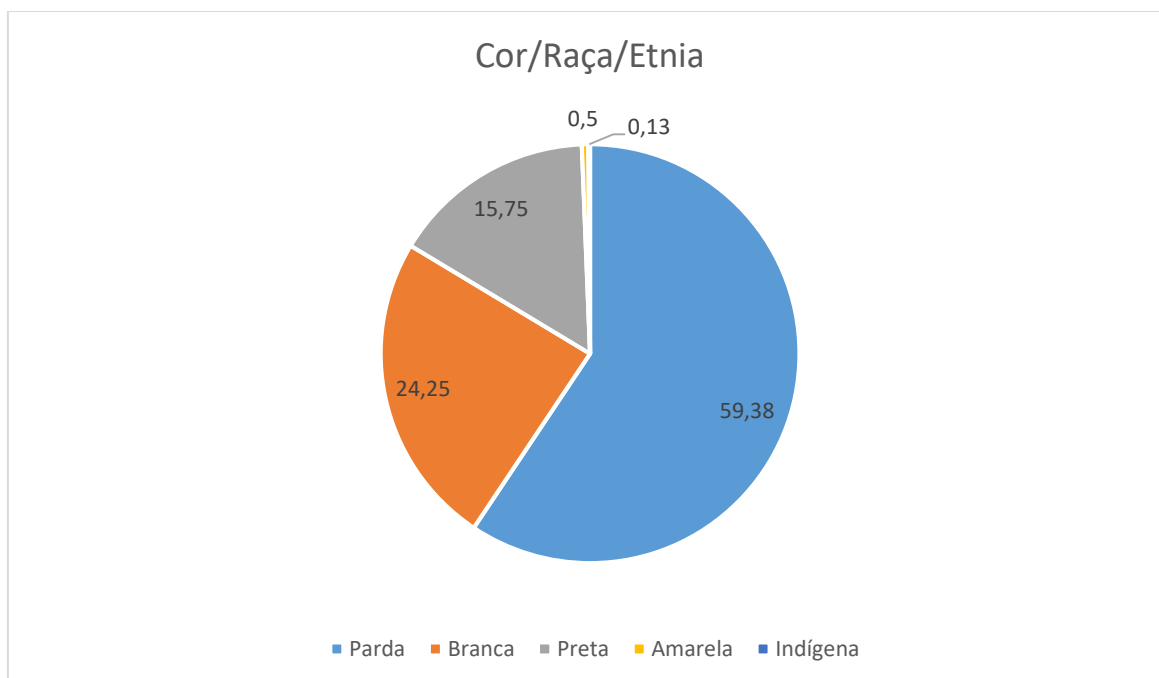
No que se refere à idade da PSR em Uberlândia, nota-se a prevalência de pessoas nas faixas etárias entre 25 a 34 anos (21,39%); entre 40 e 44 (20,52%); entre 35 a 39 (15,42%) e entre 45 a 49 anos (15,42%). Assim, constata-se que a maior parte da PSR no município possui entre 25 e 49 anos. Apesar de menor, o número de pessoas idosas (a partir de 60 anos, de acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa), não pode ser simplesmente “naturalizado”. Os dados mostram

que cerca de 6,59% dessa camada populacional encontra-se em situação de rua. Isso nos faz refletir novamente sobre a fragilidade de políticas sociais pontuais, desarticuladas, focalizadas. Onde estão os direitos à moradia digna, à saúde, à alimentação, à cidadania, à dignidade e ao respeito, conforme explicitado no referido Estatuto?

Verifica-se, a nível nacional, semelhanças com os números coletados da cidade de Uberlândia. As faixas etárias que prevalecem são: entre 25 a 34 anos (22,54%); entre 40 a 44 anos (16,44%); entre 35 a 39 (15,40%) e entre 45 a 49 anos (13,45%). Em relação às pessoas idosas, o índice é de 8,37. Quando convertida esta porcentagem para valores absolutos, chega-se ao total – assustador - de 18.500 pessoas idosas em situação de rua em todo o país.

No tocante à cor, raça e/ou etnia da PSR em Uberlândia, a maior incidência - assim como evidencia os dados nacionais -, foi de pessoas declaradas pretas/pardas, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Cor/Raça/Etnia



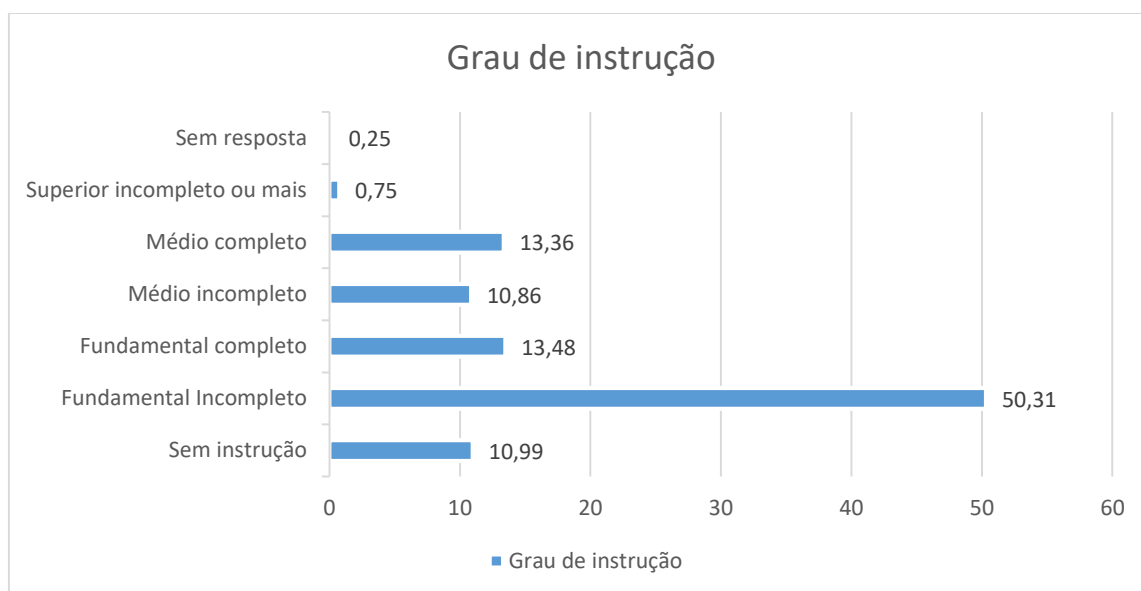
Fonte: Elaborado pelo autor.

Pessoas declaradas pardas 59,38%; 24,25% pessoas declaradas brancas; pretas 15,75%; amarela 0,13% e indígena 0,5%. Quando comparados os dados locais aos nacionais, verifica-se fortes aproximações: pessoas declaradas pardas 57,27%; brancas 31,64%; pretas 9,51%; amarelas 0,92% e indígenas 0,63%. Ou seja, em ambos os casos a PSR é composta majoritariamente por pessoas que se autodeclararam pardas e pretas.

Tais constatações estampam o cenário trágico que caracteriza a força selvagem do racismo enquanto instrumento histórico de opressão que permanece ceifando vidas, explorando e violando corpos de forma indiscriminada, de modo a fermentar ainda mais as desigualdades sociais – e raciais - peculiares de um país de capitalismo periférico tardio, que se “desenvolveu” a partir de um regime colonial, escravocrata e senhorial; e que atualmente segue os ditames do capital financeiro internacional.

Outro quesito pesquisado foi o “grau de instrução” da PSR da cidade, conforme analisaremos no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Grau de Instrução



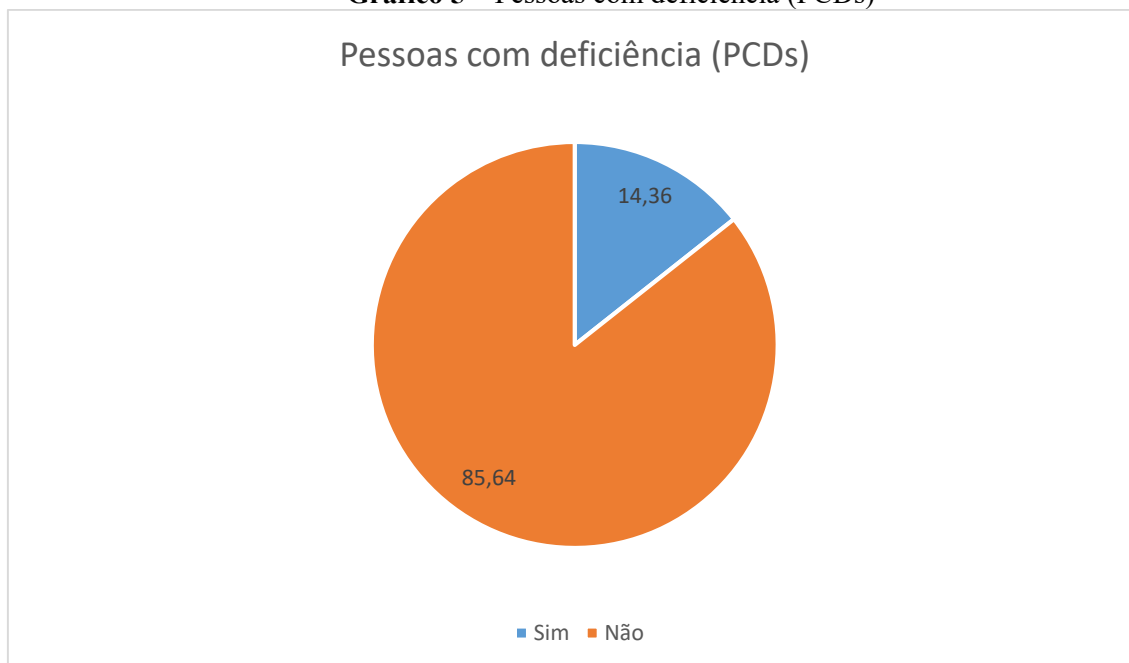
Fonte: Elaborado pelo autor.

O resultado mostra que um pouco mais da metade das pessoas em situação de rua em Uberlândia - cerca de 50,31% - possui Ensino Fundamental Incompleto, enquanto 13,48% possuem Ensino Fundamental Completo; 13,36% completaram o Ensino Médio; 10,86% possuem Ensino Médio Incompleto; 10,99% “sem instrução”; 0,75% Superior incompleto ou mais e, por fim, 0,25% dos/as entrevistados/as durante a efetuação do CadÚnico não responderam.

A nível nacional, os dados são os seguintes: 29,86% Ensino Fundamental Incompleto; Ensino Médio Completo 20,48%; “Sem instrução” 20,28%; Sem resposta 9,32%; Ensino Médio Incompleto 8,77%; Ensino Fundamental Completo 8,28; Superior incompleto ou mais 3,01%. Apesar de o acesso à educação Básica ser um direito preconizado pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em ambos os levantamentos realizados ficou nítido que esse é mais um direito violado. Conforme elaborado por BOLORINO (2012), a política de educação, como toda e qualquer política social, é um cenário complexo e contraditório que envolve conflitos de classes e, obviamente, de projetos sociais variados; uma arena onde diversos poderes se confrontam em busca de legitimação.

Sendo assim, o não-acesso à educação também pode ser compreendido como uma refração da questão social que, conforme discutido neste trabalho, afeta de modo ainda mais intenso a população mais pauperizada – em sua maioria negra –, entre as quais a PSR. A seguir, no Gráfico 5, veremos que há um considerável número de pessoas com deficiência em situação de rua.

Gráfico 5 – Pessoas com deficiência (PCDs)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Outro dado alarmante diz respeito ao percentual de PCDs em situação de rua no município de Uberlândia, em Agosto de 2023, era de 14,36% - o equivalente a 115 pessoas. Observa-se, nacionalmente, informação similar: 13,93% dos entrevistados se autodeclararam

PCDs, ou seja, há, no Brasil, cerca de 31.741 pessoas com deficiência em situação de rua.

Frisa-se que o “conceito” de PCD utilizado pelo governo federal no sistema do CadÚnico se refere àquele definido pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2007, p.16), a saber:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) destaca que “a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integridade à vida comunitária” (BRASIL, 1993, p.1) e acrescenta que será assegurado “[...] 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.” (BRASIL, 1993, p.1). Todavia, apesar de alguns avanços no campo normativo, relativos aos direitos sociais voltados às PCD nas últimas décadas (a exemplo da Lei nº 13.146, de 2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência), inúmeros são os desafios quanto à garantia de uma proteção social efetiva para as PCD, em especial as que vivem nas ruas.

A esse respeito, Dias (2021) elucida que é impreterível a criação de modos concretos de assistência que considerem os sujeitos e seus marcadores sociais de gênero, raça, classe, orientação sexual, deficiência etc., além de assegurar e expandir os direitos já estabelecidos, mesmo em tempos de austeridade e notável diminuição do papel do Estado.

Apesar de importantes por possibilitar a análise (quantitativa) do fenômeno, os números obtidos a partir do CadÚnico não retratam a factual dimensão da realidade, pois nem toda a PSR consegue acessar os serviços públicos e, conseqüentemente, não efetuam o referido cadastro.

Embora a Política Nacional para População em Situação de Rua tenha como um de seus objetivos “instituir a contagem oficial da população em situação de rua”, quatorze anos após a publicação do Decreto que instituiu esta legislação, a contagem ainda não ocorre oficialmente. No último Censo Demográfico, realizado pelo IBGE, no ano de 2022, a metodologia de pesquisa permaneceu a mesma: apenas pessoas domiciliadas puderam ser recenseadas.

De acordo com o último Censo Suas, realizado em 2022, (BRASIL, 2023a) apenas 35,8% dos municípios que responderam o questionário afirmaram ter realizado algum tipo de levantamento ou pesquisa nos últimos doze meses que aponte o número de pessoas em situação de rua. O mesmo Censo demonstra não haver pessoas em situação de rua em apenas 11,2% dos

municípios brasileiros, ou seja, das 5539 cidades que responderam o questionário, apenas 623 afirmaram não possuir PSR localmente.

Assim, acredita-se que há uma espécie de subestimação de dados. Apesar da ausência de informações mais precisas e abrangentes, nota-se um exponencial aumento no número da PSR localmente.

Esses dados, quando comparados com os últimos estudos publicados a nível nacional, a exemplo da Nota Técnica – Estimativa da População em Situação de Rua Brasil (2012-2022) elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Natalino, 2023), mostram que esta é uma refração da questão social que permanece latente em nossa sociedade, sem sinais concretos de mudanças estruturais - que toquem na “raiz” da questão -, nos três níveis de governamentais. O que se vê são ações de caráter paliativo, sem alterações significativas nas condições de vida da PSR.

Diante do cenário apresentado, tanto em relação à caracterização da PSR em Uberlândia assim como os dispositivos direcionados para o cuidado desse público (ou a ausência desses), é possível perceber a situação alarmante vivenciada por essa população, sobretudo durante o período pandêmico.

O desfinanciamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aliado ao desmonte das demais políticas públicas e sociais e aumento do desemprego – logo, do pauperismo -, resultou na expressiva ampliação de pessoas em situação de rua em todos os estados do país.

Com a vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva, que governará o país de 2023 a 2027, espera-se que haja algum tipo de progresso no campo dos direitos sociais voltadas às camadas subalternas, ao contrário do que se viu ao longo dos últimos anos.

Nesse sentido, a despeito dos aludidos retrocessos, nota-se alguns avanços oriundos principalmente de medidas articuladas pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Recentemente (18/09/23), o ministro Silvio Almeida assinou a portaria que instituiu o Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH), plataforma que, de acordo com o governo, irá realizar um levantamento dos indicadores de violações de direitos no Brasil.

Segundo informações do MDHC, será possível: “identificar e apresentar indicadores e índices de direitos humanos sobre grupos populacionais prioritários: crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, pessoas em situação de rua, entre outros”. Outra recente ação do MDHC foi a publicação, em parceria com o IPEA, do “Guia Inclua – Pop Rua – Avaliação de Riscos de Desatenção, Exclusão ou Tratamento Inadequado da População em Situação de Rua”. O documento possui orientações técnicas e

informações relevantes sobre a condução de trabalhos realizados com a PSR. As citadas ações podem ser compreendidas como desdobramentos das demandas historicamente cobradas pela PSR e também como resposta à decisão liminar do STF, que determinou que os governos das três esferas adotassem medidas para preservar a saúde e a vida da PSR.

Ademais, compreendemos que a efetivação do projeto Moradia Primeiro, baseado no modelo Housing First, que assegura acesso imediato à moradia segura, individual e integrada à comunidade para pessoas em situação de rua, é elementar para assegurar o processo de expansão de direitos da PSR. Apesar dos projetos-piloto em curso, sobretudo em Curitiba/PR e Porto Alegre/RS, ainda é irrisório o impacto do projeto a nível nacional. Ao invés de despendere recursos para instituições de abrigamento, o governo federal poderia investir na construção de habitação de qualidade para PSR – uma das principais bandeiras de luta do MNPR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que incitou a formulação deste estudo foi o número ainda ínfimo de produções e a pertinência de refletirmos criticamente acerca das determinações sociais que envolvem frontalmente o fenômeno população em situação de rua, compreendendo-o enquanto uma manifestação radical da questão social, fruto da contradição entre capital e trabalho, que no Brasil possui características peculiares devido a sua formação sócio-histórica. A pesquisa também objetivou elucidar aspectos importantes sobre as políticas sociais no Brasil ao longo das últimas décadas, a fim de situar social, histórico, político, econômico e culturalmente o fenômeno população em situação de rua, considerando as particularidades de um país de capitalismo periférico.

Ademais, buscou-se analisar as formas que historicamente foram elaboradas pelo Estado e pela sociedade com a finalidade de enfrentar a questão, ou melhor, com o intuito de “apaziguá-la”, trazendo luz às medidas e ações praticadas durante a pandemia de Covid-19 a nível nacional e, particularmente, na cidade de Uberlândia/MG. Para tal objetivo, buscamos, inicialmente, através de referenciais teóricos, realizar uma breve caracterização da PSR, além de discorrermos sobre a acumulação primitiva do capital - relacionando-a à questão social -, e suas típicas refrações.

Constatou-se que o modo de produção capitalista produz e reproduz pauperismo, fome, desemprego em massa e infindáveis retrocessos que afetam de modo ainda mais degradante a população em situação de rua.

Durante o estudo realizamos o levantamento de respostas emergenciais que foram aplicadas pelos governos (federal e municipal) durante o período pandêmico. Nesse cenário, consideramos a imprescindibilidade histórica e política do Movimento Nacional da População em Situação de Rua ao longo dos últimos dezoito anos atuando na luta pela ampliação de direitos e contra as incontáveis formas de violência e opressão sofridas cotidianamente. Nessa trajetória foi possível conhecer o perfil dessa população a partir dos dados obtidos por pesquisas/censos realizados pelo MDS e prefeituras nos últimos anos, além dos levantamentos feitos por nós.

Desse modo, pudemos identificar fortes semelhanças relacionadas à realidade da PSR, principalmente no que diz respeito aos marcadores sociais de raça (predomínio de negras/os) e gênero (preponderância de homens vivendo nas ruas). Outro ponto identificado foi a ausência de informações relacionadas à identidade de gênero - o CECAD, por exemplo, não possui os referidos dados. Tal marcador é de suma importância para que sejam pensadas políticas

públicas que levem em consideração as necessidades e particularidades dos sujeitos de acordo com o gênero que se identificam.

Notamos que o surgimento das políticas sociais, conforme exaustivamente discutido por Behring e Boschetti (2007), se deu paulatina e diversificadamente entre os países, de acordo com suas bases sócio-históricas, nível de articulação e tensionamento da classe trabalhadora, das particularidades das forças produtivas e da correlação de forças existentes na esfera estatal. Nesse sentido, constatou-se que, apesar de avanços significativos no campo dos direitos sociais obtidos por meio de potentes mobilizações orquestradas pelo povo trabalhador pós ditadura militar, o que verificou-se em seguida foi um longo processo de devastação estatal, sobretudo durante os anos 1990 – período em que Fernando Henrique Cardoso foi presidente.

Behring e Boschetti (2007) afirma que houve uma espécie de “reformatação do Estado brasileiro para a adaptação passiva à lógica do capital” aplicada pelo governo FHC, o qual, nesse processo, tentou justificar as contrarreformas de viés neoliberal que foram colocadas na ordem do dia no Brasil. Tal movimento expôs novamente a essência dependente, submissa e covarde da burguesia brasileira, que até os dias atuais exerce o papel de agente garantidor dos interesses do capital financeiro global, reforçando a lógica de subordinação aos mandos e desmandos do grande capital e de seus representantes.

Podemos reiterar que o mar infindável de privatizações em quase todas as áreas estratégicas do país, destacando-se, aqui, o cunho híbrido (dividido entre o privado e o público) da Seguridade Social brasileira e das políticas sociais como um todo, conforme *expliapud* Behring e Boschetti (2007), além do progressivo avanço daquilo que Montañó (2002) chamou de “refilantropização”, compõem o rol de medidas avassaladoras instrumentalizadas pelo projeto neoliberal. No âmago do referido percurso de transferência de responsabilidades do público para o privado, há o consequente desmonte do Estado, processo este que fortifica as refrações da questão social, entre as quais a PSR e o desemprego massivo.

A política social dirigida aos agora qualificados como excluídos se perfila, reivindicando-se como inscrita no domínio dos direitos, enquanto específica do tardo-capitalismo: não tem nem mesmo a formal pretensão de erradicar a pobreza, mas de enfrentar apenas a penúria mais extrema, a indigência — conforme seu próprio discurso, pretende confrontar-se com a pobreza absoluta (vale dizer, a miséria extrema) (NETTO, 2007, p.148).

Após incontestáveis avanços - e contradições - em áreas fundamentais como educação, saúde, previdência social, assistência social - durante os treze anos dos governos do Partido dos Trabalhadores, que desembocaram no golpe político-parlamentar efetuado contra a ex-presidente Dilma Rouseff, em 2016, o país passou por profundos ataques políticos, econômicos,

sociais e culturais.

Durante os três anos do governo golpista de Michel Temer e os quatro anos do governo presidencial de extrema-direita liderado por Bolsonaro, tendo Paulo Guedes como um de seus mentores, o que se viu foi justamente a continuidade e o alargamento da violência, do pauperismo, da insegurança alimentar, da compra de armas por civis, de ataques aos povos indígenas e às mulheres, do crescimento de casos de feminicídio, lgbtfobia e racismo.

As citadas negligências durante a pandemia, além das contrarreformas da previdência social (EC nº 103/2019) e trabalhista (Lei nº 13467/2017) e de alterações recentes que flexibilizam ainda mais as relações de trabalho, permitindo a terceirização de áreas antes proibidas (Lei nº 13.429/2017 – conhecida como Lei da Terceirização), ataques contínuos à Política de Assistência Social (via desfinanciamento e criação, por exemplo, do Programa Criança Feliz), do incentivo ao trabalho voluntário durante a pandemia (vide Lei nº 14.370/2022), o adensamento de políticas públicas focalizadas, minimalistas e descentralizadas.

[...] bastou a crise sanitária fazer vir à tona, sem possibilidades de camuflagem, às mais profundas mazelas do capitalismo dependente brasileiro, expondo o contingente de trabalhadores em trabalho informal e sem garantias trabalhistas, a pobreza absoluta de pessoas que sobrevivem através das atividades mais precárias, instáveis e espoliativas, a fragilidade de rendimentos de indivíduos que sobrevivem da autoexploração intensiva e de seus familiares, glamourizados sob o mantra do empreendedorismo, terceirizados, artistas, pequenos comerciantes, vendedores ambulantes, trabalhadoras domésticas, trabalhadores de aplicativo de toda sorte e uma miríade de tantos outros que compõem o fenômeno da uberização do trabalho (Silva, 2020, p.64).

Conforme sinalizado ao longo do estudo, a conjuntura nacional dos últimos sete anos foi dramática, principalmente no decurso da pandemia de Covid-19 - o que, evidentemente, causou sérios problemas para população em situação de rua. Historicamente marginalizada e estigmatizada socialmente, a referida população – e a parcela da população mais empobrecida – se viu vultuosamente exposta aos riscos do vírus, tendo em vista a ausência de condições objetivas e materiais mínimas de dignidade e proteção: moradia, emprego, renda, alimentação, acesso à saúde, educação, assistência social, proteção à maternidade e à infância e demais direitos.

Cabe registrar que o maior número de mortos da Covid-19, encontra-se entre a população mais empobrecida, em sua maioria negros(as), pretos(as) e pardos(as) que, historicamente, sofrem do racismo estrutural, desde o período de colonização na formação sócio-histórica do Brasil, quando seus corpos foram sequestrados de África e escravizados, servindo à assim chamada acumulação primitiva capitalista no país. Bem como as populações indígenas,

quilombolas, ribeirinhas, originárias, atingidas por barragem que vem sendo cada vez mais dizimadas e oprimidas, expulsas de suas terras e assassinadas pelo agronegócio, grileiros e mineradoras. Milhares de trabalhadores e trabalhadoras moradores de morros e favelas nas periferias das cidades e que vivem em situação de rua, que em sua grande maioria estão desempregados, em trabalhos informais, precários, temporários, intermitentes, são mais pauperizados, e que ampliam a superpopulação relativa em sua condição latente, flutuante e estagnada, sem direitos sociais e trabalhistas (Abramides, 2021, p. 30).

A fim de “paliativar” as manifestações da questão social durante esse período, o poder público criou mecanismos de “enfrentamento”, via projetos, programas e ações setoriais em diferentes equipamentos públicos. Não obstante, tais medidas tiveram as marcas das políticas neoliberais (ausência de construções coletivas para lidar com os rebatimentos ocasionados pela pandemia, fragmentação, pulverização, insuficiência, restrição, imediatismo, focalização, insuficiência, ausência financiamento e programas amplos de moradias populares, além das já citadas omissões no campo da saúde pública e da economia.

A realidade apreendida ao longo da construção deste estudo escancara ainda mais a brutal e desumana face de uma sociedade calcada nos imperativos do grande capital - que se apropria privadamente da riqueza construída socialmente, produzindo, assim, ainda mais desigualdade e pobreza:

[...] é a demonstração cabal e irretorquível de que a produção capitalista é simultaneamente produção polarizadora de riqueza e de pobreza (absoluta e/ou relativa). Ainda se está por inventar ou descobrir uma sociedade capitalista - em qualquer quadrante e em qualquer período histórico - sem o fenômeno social da pobreza como contraparte necessária da riqueza socialmente produzida (Netto, 2007, p.143).

Diante do exposto, podemos sublinhar que, diferentemente do que é vastamente propagado em alguns meios sociais – principalmente nos grandes veículos de comunicação controlados pela classe dominante nacional -, a pandemia não nos deixou um legado de “ensinamento”, “aprendizado” e “superação”, nem muito menos levou a burguesia e seus gestores a repensar sobre as predatórias práticas cotidianamente direcionadas contra a classe que tudo produz, visando sempre a expansão de seus gigantescos lucros. Ou seja, o obscuro período pandêmico não alterou a base, a estrutura, a natureza, os fundamentos do capitalismo – ao contrário, reforçou seus traços opressivos, sendo mister afirmar que as transformações ocorridas nas últimas décadas nos países capitalistas não descaracterizou

[...] a essência exploradora da relação capital/trabalho; pelo contrário, tal essência, conclusivamente planetarizada e universalizada, exponencia-se a

cada dia. [...] a ordem do capital esgotou completamente as suas potencialidades progressistas, constituindo-se, contemporaneamente, em vetor de travagem e reversão de todas as conquistas civilizatórias. (Netto, 2007, p.424-425.)

Os levantamentos elaborados sobre a população em situação de rua no país: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009b); Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua da cidade de São Paulo (QUALITEST, 2019); Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (2012-2022 – IPEA) (Natalino, 2023); Censo Suas 2022 (BRASIL, 2023a); bem como os dados angariados nesta pesquisa – os quais foram obtidos a partir dos registros oficiais disponíveis do Cadastro Único para Programas do Governo Federal na plataforma ECAD, mostraram-se cruciais e possibilitaram-nos dimensionar, ainda que parcialmente, a brutalização da vida que o sistema socioeconômico vigente desempenha contra a PSR. Tais considerações ratificam a premência de estudos dessa natureza, pois demonstram que as questões que envolvem o fenômeno população em situação de rua estão longe de ser “sanadas” com políticas públicas, ações de cunho assistencialistas, religiosos e afins, no campo do imediato.

Concluimos que, enquanto estivermos submersos na lama germinada pela lógica do capital, continuaremos degustando os amargos e sangrentos efeitos do neoliberalismo. Nesse rumo, a temática trabalhada mostra-se cada vez mais necessária na contemporaneidade. Os dados aqui reunidos estampam a gritante desigualdade social brasileira e o vácuo estatal. A ausência de dados sobre a PSR no último Censo Demográfico realizado pelo IBGE (contrariando a Política Nacional para População em Situação de Rua e demais legislações) é outro aspecto que merece destaque. Se um dos objetivos do Censo é justamente “identificar suas características e revelar como vivem os brasileiros, produzindo informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas” (IBGE, 2023b, p.1), resta-nos indagar: despossuídos de dados, como é que os entes federativos construirão políticas públicas voltadas à PSR?

Outro gargalo, identificado ao longo dos estudos diz respeito à necessidade de articulação intersetorial e o fortalecimento dos movimentos organizados que lutam por melhores condições de existência, como o MNPSR. Diante de tantas problemáticas, enseja-se que este material sirva de suporte e alavanque novas reflexões acerca dessa grave manifestação da questão social. E mais: que valha para pensarmos e repensarmos nossas táticas e estratégias profissionais – sem desconsiderar seus limites enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho.

Dessa forma, mostra-se inadiável atuarmos na perspectiva do Projeto Ético-Político, incorporando nos espaços sócio-ocupacionais os valores e a direção social hegemônica da profissão, tendo como propósito basilar o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a elas inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.” (CFESS, 2012, p.24).

No mais, almeja-se que este funcione como uma espécie de instrumento crítico-reflexivo que, apesar de inconcluso do ponto de vista histórico e teórico-metodológico – dado o dinamismo inerente à realidade social -, buscou denunciar explicitamente como a PSR foi e permanece sendo afetada na sociedade de classes. Por fim, espera-se que a presente pesquisa também possa contribuir com futuras elaborações teórico-práticas que objetivem (a curto prazo) a ampliação dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora no plano jurídico-político e, a médio prazo, o aniquilamento do atual modo de produção predatório.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. Serviço social e lutas sociais: desafios profissionais em tempos de barbárie. **Temporalis**, [s.l.], v. 21, n. 41, p. 19–33, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34830>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ASSUNÇÃO, C. **Censo da população de rua de São Paulo não mostra a realidade, contesta movimento**. [s.l.]: 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/censo-da-populacao-de-rua-de-sao-paulo-nao-mostra-a-realidade-contesta-movimento/>. Acesso em 10 set. 2023.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

BOLORINO, E. C. M. **Educação e serviço social**: elo para a construção da cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BOSCHETTI, I. S.; SALVADOR, E. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 87, p. 25-57, 2006.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n140/0101-6628-ssoc-140-0066.pdf> Acesso em 15/09/2023. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 6 mar. 2021.

BRASIL. **Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispões sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Supremo Tribunal Federal. **Processo nº 0120168-73.2022.1.00.0000 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental**. Distrito Federal: Ministério da Justiça, 2022. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6410647>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção Global. Diretoria de Promoção e Educação em Direitos Humanos. Coordenação Geral dos Direitos das Populações em Situação de Risco. **Política Nacional para a População em Situação de Rua no Brasil**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp->

content/uploads/2019/09/POL%C3%8DTICA-PARA-A-POP-RUA-RED-CALLE-BRASIL-2019.pdf. Acesso em: 6 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua.** Brasília: MS, 2012. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_rua.pdf. Acesso em: 6 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Coordenação Geral de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Saúde da População em Situação de Rua: um direito humano.** Brasília: MS, 2014. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_situacao_rua.pdf. Acesso em: 6 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar – Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** Brasília: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 23 set. 2023

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008. Disponível em: <<http://projetorua.gempo.com.br/wp-content/uploads/2013/06/Pol%C3%ADtica-nacional-para-inclus%C3%A3o-social-da-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Censo SUAS 2022.** Brasília: 2023a. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/censosuas/status_censo/relatorio.php. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Nota à imprensa sobre ações do MDHC para população em situação de rua.** Brasília, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/nota-a-imprensa-sobre-acoes-do-mdhc-para-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência.** Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192#:~:text=1.,por%20causa%20de%20sua%20defici%C3%Aancia. Acesso em: 13 set. 2023

BRAVO, M. I. S.; PELAEZ, E. J.; CISLAGHI, J. F.; BEHRING, E. R.; TEIXEIRA, S. O.;

BOSCHETTI, I. S. Ajuste Fiscal e Seguridade Social: retrocessos e desafios em tempos de ofensiva conservadora. **Revista de Políticas Públicas**, [s.l.], v. 24, p. 200-220, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321165167012>. Acesso em: 13 set. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. 10. ed. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

DIAS, F. S. Proteção social e pessoas com deficiência em situação de rua: reflexões sobre a última década (2010-2020). *In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICA*, 10., 2021, São Luís. Anais [...]. São Luís: UFMA, 2021. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/anais.html>. Acesso em: 11 set. 2023.

EDUARDO TADDEO. Estamos mortos. 2020. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/carlos-eduardo-taddeo/estamos-mortos/>. Acesso em: 12 set. 2023.

FACÇÃO CENTRAL. A marcha fúnebre prossegue. [s.l.]: Sky Blue, 2001.

FALEIROS, 2011 – VERIFICAR - FALEIROS, V. P. O que Serviço Social quer dizer. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.108, p.748-761, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/qB4rCg7QcST6DJGnZwhv3RS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2023.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Galindo, Eryka, Marco Antonio Teixeira, Melissa De Araújo, Renata Motta, Milene Pessoa, Larissa Mendes, Lúcio Renno. 2021. **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil**. Food for Justice Working Paper Series, no. 4. Freie Universität Berlin, Institute for Latin American Studies. Disponível em: <https://refubium.fu-berlin.de/handle/fub188/29813>. Acesso em: 03 set. 2022.

HALLAIS, J. A. S.; BARROS, N. F. Consultório na Rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 7, p. 1457-1504, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/MDJ4Q8zJvCTWDHktRGyTwzC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2023.

HECKERT, U.; SILVA, J. M. F. Psicoses esquizofrênicas entre a população de rua. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 14-19, 2002.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. *In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. cap. 1.1, p. 15-50.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Com a pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020. [s.l.]: 2021. Disponível em: [INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Fundações privadas e associações sem fins lucrativos**. \[s.l.\]: 2023a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/pesquisa/35/29951>. Acesso em: 21 set. 2023.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020#:~:text=Com%20pandemia%2C%2020%20estados%20t%C3%AAm%20taxa%20m%C3%A9dia%20de%20desemprego%20recorde%20em%202020,-Editoria%3A%20Estat%C3%ADsticas%20Sociais&text=A%20taxa%20m%C3%A9dia%20de%20desocupa%C3%A7%C3%A3o,PNAD%20Cont%C3%ADnua%2C%20iniciada%20em%202012. Acesso em: 19 set. 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE – População: Censo Demográfico**. [s.l.]: 2023b.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. Atas - Investigação Qualitativa em Educação, [s.l.], v. 2, p. 243-247, 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248>. Acesso em: 6 mar. 2021.

LOTTA, G.; FERNANDEZ, M.; MAGRI, G.; MELLO, C. A. C.; TAVARES, D. L. C.; HADDAD, J. P.; CORRÊA, M. G.; ROCHA, M.; PORTO, P.; SCHALL, B.; WENHAM, C.; PIMENTA, D. N. **A pandemia de COVID-19 e (os)as profissionais de saúde pública: uma perspectiva de gênero e raça sobre a linha de frente**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/pandemia-de-covid-19-e-osas-profissionais-de-saude-publica-uma-perspectiva-de-genero-e>. Acesso em: 10 mar. 2023.

LUCHENSKI, S.; MAGUIRE, N.; ALDRIDGE, R. W.; HAYWARD, A.; STORY, A.; PERRI, P.; WITHERS, J.; CLINT, S.; FITZPATRICK, S.; HEWETT, N. What works in inclusion health: overview of effective interventions for marginalised and excluded populations. **Lancet**, [s.l.], v. 391, n. 10117, p. 266-280, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29137868/>. Acesso em: 08 set. 2023.

MARQUES, F. **26/5: Colaboratório de População em Situação de Rua**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/26-5-lancamento-do-colaboratorio-nacional-de-populacao-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 10 set. 2023.

MARQUES, R. M. M; MENDES, A. Os dilemas do financiamento do SUS no interior da Seguridade Social. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 159-175, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643043/10595>. Acesso em: 12 set. 2023.

MARTINS, R. M. **Consultório na rua enquanto instrumento de efetivação de direitos da população em situação de rua: história, avanços e desafios em tempos de desmonte do SUS**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade

Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2018.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEZES, J. S. B. . Os Governos do Partido dos Trabalhadores e as Políticas Sociais: Nada de novo no front?. *In*: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B.. (Org.). **A Saúde nos Governos do Partido dos Trabalhadores e as Lutas Sociais Contra a Privatização**. 1ed. Rio de Janeiro: Rede Sirius, 2014, p. 7-19.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. (Org.). A intersectorialidade na agenda das políticas sociais. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 19, n. 1, p. 169, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rac/v19n1/1982-7849-rac-19-1-0169.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2021.

MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas sociais**, [s.l.], n. 8, p. 53-64, 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18912>. Acesso em: 16 set. 2023.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=KpLFAwAAQBAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MUSSE, R. A consciência de classe entre a negação e o consentimento. *In*: IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, Prefácio.

NATALINO, M. **Nota Técnica nº 103: Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)**. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf. Acesso em: 04 ago. 2023.

NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. *Argumentum*, Vitória, v. 4, n. 1, p. 202–222, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2028>. Acesso em: 29 set. 2023.

NETTO, J. P. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista Em Pauta Teoria Social e Realidade Contemporânea**, [s.l.], n. 19, p. 135-170, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190>. Acesso em: 10 mar. 2021.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

OLIVEIRA, R. G. Práticas de saúde em contextos de vulnerabilização e negligência de doenças, sujeitos e territórios: potencialidades e contradições na atenção à saúde de pessoas em situação de rua. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 37–50, 2018.

PAIVA, I. K. S.; LIRA, C. D. G.; JUSTINO, J. M. R.; MIRANDA, M. G. O.; SARAIVA. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2595–2606, 2016.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **População de rua e migrantes**. Uberlândia: 2023a. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/desenvolvimento-social/populacao-de-rua-e-migrantes/>. Acesso em 20 set. 2023.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. Prefeitura reforça estrutura do atendimento à população em situação de rua. Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2021/05/07/prefeitura-reforca-estrutura-do-atendimento-a-populacao-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Trabalho e Habitação. Entidades subvencionadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação - SEDESTH. Uberlândia: [20--]. Disponível em: <https://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/Entidades-subvencionadas-pela-SEDESTH.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. Site da Prefeitura de Uberlândia. Uberlândia: 2023c. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/>. Acesso em 15 set. 2023.

QUALITEST. Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo: produto IX – Relatório final da pesquisa amostral do perfil socioeconômico. São Paulo: Qualitest, 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

RODRIGUES, P. G. Gênero entre as ruas e a trama institucional: um estudo sobre a sobrevivência de mulheres adolescentes em situação de vulnerabilidade social no centro de São Paulo. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/423368ef-cc68-4699-b7ec-12214ee7fbc9/content>. Acesso em: 08 mar. 2021.

ROSA, A. S.; SANTANA, C. L. A. Consultório na rua como boa prática em saúde coletiva. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [s.l.], v. 71, n. 1, p. 501-502, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/DVHCqDsJ8PhCnYK76kXnGSt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 8 mar. 2021.

SALVADOR, E. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 426-446, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/mT566rdLKQ8crx5qQ4z7W9k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, M. L. L. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. 220f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, M. M. Sistema Único de Assistência Social: entre o desmonte e a condição de serviço essencial no contexto da pandemia. *In*: MOREIRA, Elaine et al. (orgs.). **Em tempos de pandemia**: propostas para a defesa a vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2020. cap. 8, p. 60-67.

SOUZA FILHO, R.; GURGEL, C. **Gestão Democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.